

Abril de 2006 • Ano 3 • nº 21

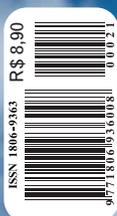
www.desafios.org.br

desafios

do desenvolvimento



ipea



Novo empresário

Estudos comprovam que inovação tecnológica, responsabilidade social e transparência são cada vez mais valorizados na gestão das firmas brasileiras

HOSPITAIS

O fim das filas depende mais de boa administração do que de mudanças na infra-estrutura

TURISMO

2005 foi o melhor ano da história. Diversos projetos e investimentos prometem repetir a dose

FAVELAS

Grupos de trabalho instalados nos morros cariocas promovem melhorias na urbanização

Abril de 2006 • Ano 3 • nº 21

desafios

Laurence Dutton/Gary Ingrams

desafios

do desenvolvimento

Sumário

- 8 Entrevista Luiz Hildebrando**
De Paris para Rondônia
- 16 Comportamento Um grau acima**
Pesquisas mostram que empresários estão mais inovadores e éticos
- 24 Turismo Um país para todos**
Os brasileiros começam a aproveitar a vocação nacional para atrair visitantes
- 34 Comércio exterior Mão na roda**
Novos centros de distribuição abrem mercado externo para o produto nacional
- 38 Saúde Tempo real**
Ipea constata que a espera nas filas do SUS é, em média, de 4,5 dias
- 44 Tecnologia Diversão e arte**
Há muita novidade na Copa do Mundo, nos Pan-Americanos e em todo o esporte
- 52 Melhores práticas Cidade legal**
As favelas cariocas estão sendo inseridas no mapa da urbanidade

Seções

- 6 Giro**
- 60 Circuito**
- 62 Estante**
- 64 Indicadores**
- 66 Cartas**

Artigos

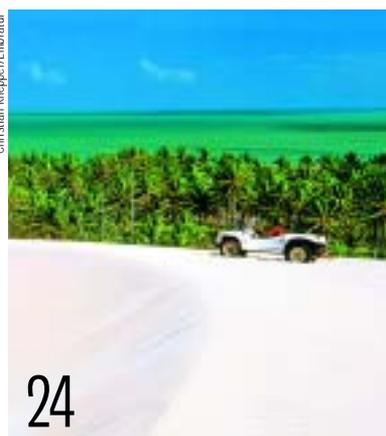
- 14 Luis Alberto Moreno**
Degraus de oportunidade: redefinindo o possível
- 23 Glauco Arbix**
Vozes do Brasil
- 33 Márcia da Mota Darós**
O turismo e as inovações tecnológicas
- 59 Laís Abramo**
Trabalho decente

Caroline von Tuempling/Getty Images



16

Christian Kasper/Entour



24

SchalkadeVMI



44

Carlos Secchin / Opaco Brasil Imagens



52

Carta ao leitor

A reportagem de capa desta edição de **Desafios** traz uma excelente constatação: a mentalidade do empresariado brasileiro evoluiu muito. De todos os cantos do mundo corporativo surgem novidades. A administração busca padrões internacionais de excelência e transparência. As linhas de montagem incorporam novas tecnologias, que geram produtos melhores e mais baratos. Os avanços facilitam a inserção no mercado externo, o que traz divisas para o país. Mas os benefícios não se restringem aos sócios. Estudos mostram que as empresas inovadoras empregam mais e pagam melhores salários. Além disso, elas costumam cultivar a responsabilidade ambiental e social. Outra reportagem também aborda a questão social, desta vez em condições bem mais hostis. Na página 52, a matéria “Cidade legal” apresenta uma experiência inovadora da prefeitura carioca. Equipes técnicas instaladas em postos nas favelas trabalham para promover melhorias urbanas, orientar os moradores na hora de construir e reformar suas casas, e incluir as vielas dos morros no mapa oficial da cidade. As favelas e suas condições precárias surgem ainda na entrevista com o cientista Luiz Hildebrando, publicada na página 8. O professor, reconhecido internacionalmente como uma autoridade em doenças tropicais, fala de sua experiência na implantação de um centro de estudos em Rondônia e diz que a infra-estrutura de pesquisa no Brasil sofre mais por problemas administrativos do que pela falta de recursos. Conclusão semelhante é apresentada na reportagem “Tempo real”, que trata das filas enfrentadas pelos pacientes nos hospitais. Algumas experiências mostram que alterações na gestão conseguem operar “milagres”, reduzindo muito o tempo de espera e seus efeitos nefastos. Outro bom resultado obtido por meio de mudança administrativa é mostrado na matéria da página 24, que fala sobre o desempenho do turismo. Quase todos concordam que os números recordes são fruto da criação do Ministério do Turismo, que deu novo impulso ao setor. E, por falar em viagens, a reportagem “Diversão e arte” trata de um dos destinos prediletos do brasileiro em 2006: a sede da Copa do Mundo. A matéria conta como a tecnologia promete dar um show à parte nos gramados e nas arquibancadas alemãs. E mais: em breve as novidades devem desembarcar no Brasil para serem desfrutadas por atletas e torcedores. Vale a pena saber. Boa leitura!

Andréa Wolffenbüttel, Editora-Chefe

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: cartas@desafios.org.br
Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Visite nosso endereço na internet: www.desafios.org.br

Patrocínio

Apoio



desafios

do desenvolvimento

www.desafios.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
PRESIDENTE Glauco Arbix

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)
REPRESENTANTE INTERINO NO BRASIL Lucien Muñoz

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

ASSISTENTE Mary Cheng

CONSELHO EDITORIAL Andréa Wolffenbüttel, Bruno Araújo, Divonzir Gusso, Glauco Arbix, João Carlos Magalhães, Karla P. Correa, Leonardo Rangel, Lucien Muñoz, Luiz Fernando L. Resende, Luiz Henrique P. Soares, Mary Cheng, Murilo Lobo, Pérsio Davison, Renato Villela

Redação

EDITORA-CHEFE Andréa Wolffenbüttel

EDITOR Ottoni Fernandes Jr.

EDITORAS ASSISTENTES Lia Vasconcelos e Marina Nery

REPÓRTER Manoel Schindwein

COLABORADORES Anderson Gurgel, Eliana Simonetti, Gustavo de Paula (redação), Anderson Schneider, Esio Mendes, João Paulo Engelbrecht (fotografia), Ivana Gomes (revisão), Renato Breder (arte)

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE Renata Buono

ARTE Rafaela Ranzani

FOTO DA CAPA Laurence Dutton/Getty Images

Publicidade

DIRETORA Bia Toledo • bia@desafios.org.br

REPRESENTANTES

BAHIA E SERGIPE Canal C Comunicação

Tel. (71) 358-7010, (71) 9988-4211 • e-mail: canalo@canalccor.com.br

ESPÍRITO SANTO • Mac Marketing e Assessoria de Comunicação

Telefax (27) 3229-2579 • e-mail: machodom.viv@terra.com.br

PARANÁ • Sec. Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (41) 3019-3717 – Fax (41) 3019-3716 • e-mail: sec.thadeu@terra.com.br

RIO GRANDE DO SUL • RR Gianoni Representações

Tel. (51) 3388-7712 • e-mail: gianoni@gianoni.com.br

SANTA CATARINA • Sec. Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (48) 348-4121, (48) 9977-9124 • e-mail: m.minuzzi@terra.com.br

Circulação

GERENTE Flávia Cangussu • flavia@desafios.org.br

Atendimento

Paula Galícia (coordenadora) • paula@desafios.org.br

Redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Tel.: (61) 3315-5188 Fax: (61) 3315-5031

Circulação e Publicidade

Rua Urussuí, 93, 13º andar, CEP 04542-050 - São Paulo, SP
Tel./Fax: (11) 3073-0722

Administração

Instituto Uniemp
Av. Paulista, 2198, conjunto 161 – CEP 01310-300 - São Paulo, SP
Tel.: (11) 2178-0466 Fax: (11) 3283-3386

Assinaturas

Teletarget
Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415 • desafios@teletarget.com.br

Atendimento ao Jornaleiro LM&X - Tel.: (11) 3865-4949

Impressão Globo-Cochrane Gráfica e Editora

Distribuição Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Organização das Nações Unidas

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E DO PNUD. É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

JORNALISTA RESPONSÁVEL • Andréa Wolffenbüttel

Monitor das reformas

O caminho das reformas nunca esteve tão tumultuado como no mês de março. Três grandes focos atraíram as atenções dos parlamentares sem deixar praticamente nenhum espaço livre: o escândalo que culminou na queda do ministro da fazenda, os afastamentos dos candidatos que ocupam o primeiro escalão do poder executivo, e a aprovação da proposta orçamentária para 2006, que já estava para lá de atrasada, prejudicando o bom andamento das atividades, como se pode constatar na entrevista publicada na página 8. Praticamente o único clamor pela retomada das reformas veio da voz isolada de Gilmar Mendes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pediu a aceleração dos trabalhos da reforma do judiciário. Procurou o presidente da Câmara solicitando que a reforma seja tratada em partes, para que se aprovelem já os itens sobre os quais há consenso, deixando para depois os pontos mais polêmicos. Em ano de eleição, é arriscado fazer previsões, mas tudo indica que 2006 será mais um ano no qual o Congresso vai cuidar do urgente em detrimento do importante.



Ecologia

Salvando as tartaruginhas (e as pessoas)

Apesar de a região amazônica ter sofrido uma das piores estiagens da sua história no ano passado, o projeto Pé de Pincha, programa apoiado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), conseguiu preservar a impressionante quantidade de 80 mil ovos de tartarugas, pitiús e tracajás. Os bichinhos, criticamente ameaçados de extinção, foram colocados em locais sem risco de inundação e cobertos com tela para evitar predadores. Quando suas cascas e seus cascos estavam duros o suficiente para protegê-los, foram devolvidos à floresta, próximo ao local de onde haviam sido reti-

rados. O problema é que entre os predadores está a população ribeirinha. Para conseguir sua colaboração, foram desenvolvidos programas de geração de renda para substituir o consumo e a venda de tartarugas e outros animais. A ideia deu certo: já conta com a adesão de 78 comunidades e municípios. Desde que foi fundado, em 1999, o programa Pé de Pincha resgatou mais de 350 mil ovos, dos quais nasceram 320 espécimes. Por que esse nome esquisito? Porque as pedregalhas deixadas pelas tartarugas se parecem com uma tampinha de garrafa de refrigerante, que é chamada, na região Norte, de pincha.

Educação

Mais formação no Norte

Formada por sete estados, a região Norte é a que menos recebe investimentos em pós-graduação. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC) avalia que, em 2004, apenas 1,8% dos cursos de doutorado e 2,5% dos de mestrado estavam nessa área. Para suavizar o desnível, o MEC lançou o Programa Acelera Amazônia. Dois mi-

lhões de reais foram repassados para o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação nas universidades da região. A quantia destina-se a bolsas de apoio a recém-doutores, de iniciação científica para jovens e ao desenvolvimento de laboratórios. Também vai ajudar a melhorar a qualidade dos 23 cursos de pós-graduação aprovados no ano passado. José Fernandes de Lima, diretor de Programas da Ca-

pes, espera que até 2010 o número de mestres e doutores no Norte triplique de 1 mil para 3 mil. O programa visa à fixação dessas pessoas na área, local que, segundo Lima, apresenta grande demanda por pesquisadores. Mas ele lembra que, mesmo ampliando os cursos e a mão-de-obra qualificada, a quantidade de material científico desenvolvido ainda é inferior às necessidades da região amazônica.

Abelhas sem controle

O mel brasileiro é o mais novo alvo das barreiras fitossanitárias da Europa. A União Européia (UE) barrou a importação do produto devido à falta de controle de resíduos biológicos. Em 2003, representantes da UE vieram ao Brasil e listaram uma série de exigências em relação a todos os produtos de origem animal. A visita se repetiu em 2005 para checar se os produtores haviam implementado as so-

licitações. Descobriram que o mel não atendia aos requisitos. Agora, a UE exige que o mel brasileiro receba um certificado garantindo a não-utilização de antibióticos nas abelhas e, enquanto isso não acontecer, as compras estarão suspensas. O Ministério da Agricultura lançou o Programa Nacional de Controle de Resíduos Biológicos para 2006 (PNCR) com o objetivo de atender às demandas da UE. Iniciado em

17 de março, o embargo preocupa a Confederação Brasileira de Apicultores. No ano passado, a exportação do produto gerou 20 milhões de dólares para o país, e estima-se que 90% das exportações de mel sejam destinadas ao mercado europeu. O maior receio recai sobre os estados do Ceará e Piauí, segundo e terceiro maiores produtores de mel, ficando atrás só de São Paulo. Nessas regiões,

concentram-se os microapicultores, que, segundo avaliação da confederação, serão os maiores afetados pela decisão da UE. O presidente da Confederação, Joail Humberto Rocha de Abreu, avalia que essa situação pode ferir a imagem do mel brasileiro no âmbito internacional e lamenta uma provável queda nos preços de venda do artigo no mercado interno devido ao excesso de oferta.

Telecomunicações

A revanche do telefone fixo

Depois de uma década de crescimento gigantesco dos celulares, a telefonia fixa começa a se movimentar. A Embratel lançou o Livre, um serviço de fornecimento de linha fixa residencial sem cobrança de assinatura básica. O novo produto inclui secretária eletrônica, identificador de chamadas, chamada em espera e instalação rápida, sem custos extras. Promete uma economia de até 60% em relação aos planos tradicionais. Por enquanto, o sistema está disponível nos estados do Norte, Nordeste, Sudeste e no Rio Grande do Sul. Simultaneamente chegou à Câmara dos Deputados um projeto de lei que altera os dispositivos da Lei Geral de Telecomunicações, com critérios diferenciados para cobrança das assinaturas mensais dos telefones fixos. O valor da assinatura do Telefone Social será de 14 a 20 reais mensais, bem abaixo dos atuais 40 reais. A idéia é promover a inclusão de cerca de 20 milhões de usuários, de famílias com renda de três a quatro salários mínimos.



Renato Stockler/Folha Imagem

Publicidade

Olhar cansado

Luminosos, cartazes colados nos postes, faixas nas esquinas, outdoors amontoados. O caos visual já se incorporou de tal maneira ao cotidiano dos moradores das grandes cidades que muitas vezes ele passa despercebido. Essa falta de sensibilidade gerada pelo excesso de informação começa a preocupar os publicitários. Como ser visto em meio a tamanha bagunça? E como saber o que é permitido ou não? Tentando colocar um pouco de ordem na paisagem, a Central de Outdoor, entidade que represen-

ta os empresários de mídia externa no Brasil, está desenvolvendo um projeto de lei que terá regras definidas para todo o país e anexos que serão adaptados às particularidades de cada região, tendo como princípio a interação da proposta com as leis orgânicas municipais e ambientais. Com essa iniciativa, o mercado publicitário espera ficar menos vulnerável a alterações abruptas das políticas municipais, e o transeunte espera um pouco mais de respeito ao seu olhar cansado.

Governo

Economia nas compras pela Internet

O governo poupou tempo e dinheiro desde que passou a comprar bens e serviços via Internet. O tempo gasto nas transações caiu, em média, de 120 para 17 dias. A economia financeira é calculada em 520 milhões de reais. Desde julho do ano passado os organismos do governo estão obrigados a usar o pregão eletrônico quando precisam adquirir algo que esteja catalogado na categoria dos chamados bens e serviços comuns. Trata-se de produtos padronizados e com especificação conhecida pelo mercado como clipes, papel, livros didáticos e computadores. As negociações via rede representaram 36% das compras governamentais em 2005. Espera-se que neste ano o índice atinja os 70%. O site www.comprasnet.gov.br disponibiliza informações aos interessados e permite o acompanhamento do andamento dos pregões.

Esio Mendes



Luiz Hildebrando

De Paris para Rondônia

Por **Andréa Wolfenbüttel**, de São Paulo

O cientista paulista Luiz Hildebrando Pereira da Silva é um dos mais respeitados estudiosos de doenças tropicais. Passou a maior parte de sua carreira trabalhando na França, no Instituto Pasteur, e ao voltar para o Brasil, há dez anos, decidiu se estabelecer em Porto Velho, em Rondônia, onde desenvolve diversas pesquisas, especialmente sobre malária. Nesta entrevista, concedida por telefone, o professor conta como vê a situação brasileira em termos de desenvolvimento científico e o que é preciso fazer para melhorar as condições de saúde pública.

ciências biomédicas, equiparam-se aos bons laboratórios europeus

Desafios – Por que, depois de trabalhar por mais de 30 anos na França, o senhor decidiu se instalar em Porto Velho?

Hildebrando – Essencialmente porque, desde que voltei para o Brasil, me interessei pelo estudo da malária. É muito difícil pesquisar a malária humana no Rio de Janeiro, em São Paulo ou mesmo em Brasília. A experiência adquirida no Instituto Pasteur, não só em Paris, mas em localidades da África onde a malária é endêmica, tais como Senegal, Gâmbô e Madagascar, me levou a buscar novamente algum lugar onde exista a incidência da doença. Quando me transferi de volta para o Brasil, o local da Amazônia com maior ocorrência de malária era Rondônia, e de certo modo havia facilidades de instalação após a criação de um hospital especializado em doenças tropicais, que oferecia espaço para o trabalho. Essas foram as razões que me trouxeram para cá.

Desafios – Além da presença da doença, o senhor conta com boas condições de trabalho?

Hildebrando – Ao chegar, encontrei uma situação muito precária, mas contei, desde o começo, com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MinCT) e também do Ministério da Saúde. Todas as instituições de fomento à pesquisa, tanto na área científica quanto na área médica e social, são conscientes das deficiências que existem na região amazônica para a investigação das endemias, e sabem da necessidade de reforçar essa estrutura. Se no início eu não tinha boas instalações para a pesquisa, fomos progressivamente obtendo os equipamentos necessários. Hoje posso dizer que dispomos de estruturas de apoio e equipamento básico que são equivalentes aos bons laboratórios encontrados nos grandes centros.

Desafios – Como está o quadro de incidência da malária no Brasil?

Hildebrando – Está se agravando. Nós

tivemos, em 1999, um aumento de incidência que assustou o Ministério da Saúde, porque foram registrados 600 mil casos, quando o número vinha se mantendo entre 400 mil e 500 mil. Isso provocou uma mobilização global do ministério, que promoveu uma grande campanha nos anos 2000, 2001 e 2002. O resultado foi que a incidência caiu para menos de 350 mil casos. Mas de 2002 para cá ela voltou a crescer. Não digo que houve abandono, mas certo relaxamento das medidas de controle. E há também um processo de desgaste das estruturas de campo. Antes o governo federal era responsável por esse controle, mas assim que ele foi passado para os municípios ocorreu um enfraquecimento. Então nós tivemos novos avanços da incidência em 2004 e 2005. No ano passado, foram quase 600 mil casos de novo.

Desafios – Como o senhor avalia a administração da saúde pública no Brasil do ponto de vista de endemias e epidemias?

Hildebrando – Bom, primeiro vamos lembrar que não se pode culpar a administração pública pelas emergências, porque podem acontecer em qualquer lugar. Um exemplo é a epidemia do vírus West Nile, que atingiu, há dois anos, Nova York e Boston. Atualmente, estamos sob a ameaça da gripe aviária – e há pouco o que se possa fazer. São processos naturais e inevitáveis. Mas, fora esses casos, os investimentos na medicina pública preventiva não têm sido suficientes, não há como negar. E não só na área específica da medicina, porque é necessário controlar os fatores que criam ambientes propícios à disseminação da doença, como as migrações, as urbanizações excessivas, as concentrações sem saneamento, as grandes favelas nas periferias das cidades, onde problemas como tuberculose e mesmo lepra se desenvolvem. Por outro lado, o país tem feito avanços importantes, por exemplo, em

Por amor à ciência

Ao contrário do que se possa imaginar, não foram exatamente os caminhos da ciência que levaram Luiz Hildebrando Pereira da Silva para a França. Membro do Partido Comunista Brasileiro, ele foi um dos inúmeros alvos do Ato Institucional nº 1, decretado pelo presidente Castello Branco em 1964, que levou diversos intelectuais brasileiros para o exílio. Aos 34 anos de idade, o professor teve de deixar o laboratório de genética de microorganismos da Universidade de São Paulo (USP), onde era livre-docente, e voltar a Paris, para o Instituto Pasteur, no qual já havia realizado pesquisas anteriormente. Em 1968, retornou ao Brasil, a pedido do diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Organizou o laboratório de genética microbiana, mas com o Ato Institucional nº 5, aprovado pelo presidente Costa e Silva, foi novamente demitido. Com a segunda extradição o Brasil perdeu, por 30 anos, a presença e a inteligência do professor, que se ligou definitivamente ao Instituto Pasteur. Na renomada instituição francesa, Hildebrando criou e dirigiu a Unidade de Parasitologia Experimental. Posteriormente, organizou unidades descentralizadas do instituto em Caiena, na Guiana Francesa, e em Dacar, no Senegal. Ao se aposentar, em 1996, voltou ao Brasil e retomou suas atividades na USP, porém por pouco tempo. Apaixonado pelo estudo de doenças tropicais, decidiu enfrentar o desafio de implantar e desenvolver um centro de pesquisas na região amazônica. Munido apenas de seu conhecimento e da vontade de colaborar com a ciência no Brasil (sua família permanece em Paris), ele desembarcou em 1997 em Porto Velho, capital de Rondônia, onde já consolidou duas novas entidades e de onde propõe um programa estratégico para a erradicação da malária no vale do rio Madeira.

“Precisamos dar maior importância à medicina preventiva do que à curativa. Isso cria uma competição entre as áreas urbanas, que exigem melhorias no sistema médico-hospitalar, e as populações suburbanas e rurais”

relação ao HIV e à hepatite. Mesmo no caso da dengue, durante os últimos dois anos houve grande melhora nas áreas mais desenvolvidas. O problema é que ela explodiu em regiões como Rondônia e outras localidades no Nordeste. Infelizmente, as necessidades do país são maiores do que sua capacidade de resposta.

Desafios – O senhor menciona alguns problemas que estão fora da alçada do Ministério da Saúde, como saneamento e controle de migrações, mas em termos de ações específicas na área da saúde o que é necessário fazer?

Hildebrando – É evidente que precisamos dar maior importância à medicina preventiva do que à medicina curativa. Isso cria um problema de competição entre as áreas urbanas organizadas, que reivindicam melhorias cada vez maiores no atendimento médico-hospitalar, e as populações suburbanas e rurais, que não dispõem de estrutura para problemas básicos. Temos de ter uma visão um pouco mais “república federativa”, para alocar recursos para o atendimento das populações rurais e da periferia dos grandes centros, por meio da implantação de uma estrutura preventiva. Temos de reequilibrar um pouco os investimentos em saúde para desenvolver uma medicina preventiva, não só para as doenças transmissíveis, mas para as doenças em geral. Isso também traria um pouco mais de estabili-

dade às populações, colaborando para evitar os movimentos migratórios que perturbam toda a atividade preventiva.

Desafios – O Brasil está sob a ameaça da chegada da gripe aviária. Como podemos nos preparar para evitar uma tragédia?

Hildebrando – O vírus da gripe aviária se transmite com toda a facilidade de ave para ave. A transmissão da gripe da ave para o homem é rara, mas já houve casos, na China, no Vietnã e, mais recentemente, na Turquia e na Nigéria. Isso normalmente ocorre em criações de galinhas feitas de forma primitiva, com as aves soltas ao redor das residências, o que facilita o contato com aves migratórias portadoras do vírus. Estas contaminam as aves domésticas, e as pessoas que estão em contato com elas correm o risco de contrair a doença. O grande receio é que um vírus que tenha contaminado uma pessoa sofra alguma mutação de tal maneira que passe a se transmitir de homem para homem. Aí não será mais a gripe aviária original, será uma gripe de origem aviária que se adaptou ao homem. Aparentemente, seria o mesmo fenômeno que ocorreu em 1918, com a gripe espanhola, também supostamente de origem aviária. Nas regiões de São Paulo e Paraná, onde as criações são industriais, a probabilidade de contato com aves migratórias é mínima. Portanto, a entrada de vírus não vai acontecer por aí, mas nas criações de fundo de quintal e nas periferias. Pode chegar por meio das aves migratórias, que vêm dos países do norte e da África e têm pousos em áreas do Norte e Nordeste brasileiros. Isso é esperado.

Desafios – Existe algo que possa ser feito para minimizar os efeitos da chegada da gripe aviária?

Hildebrando – Bem, todo mundo está procurando uma vacina contra o vírus aviário, tanto para as aves quanto para as pessoas que trabalham em contato com elas. Isso já está sendo feito, inclusive pelo Instituto Butantã, que está começando a produzir uma linhagem de vacinas contra o vírus aviário. Porém

todos temem a mutação que eu mencionei. Como ela ainda não aconteceu, é impossível criar uma vacina para um vírus que não existe. É uma corrida contra o relógio. Se e quando a mutação ocorrer saberemos se será possível fazer uma vacina adequada. Essa é a perspectiva preocupante que estamos enfrentando no momento.

Desafios – O senhor acredita que o Brasil possui uma estrutura de pesquisa científica capaz de enfrentar esses desafios?

Hildebrando – Nas últimas décadas, houve um grande progresso graças ao esforço importante de instituições como o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O número de doutores que estamos formando por meio do programa de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é significativo. Os bons laboratórios brasileiros na minha área, ou seja, em ciências biomédicas, equiparam-se aos bons laboratórios europeus. Não sei nas outras áreas, em física, em nanotecnologia, mas na minha área somos competitivos internacionalmente. De quais elementos nos ressentimos? Especialmente da falta de continuidade dos processos. Um exemplo: estamos no final de março, quase no quarto mês do ano, e só agora o Orçamento foi votado e aprovado no Congresso. Então não houve transferência de recursos para as instituições de pesquisa. Pessoalmente, dependemos de um convênio com o Ministério da Saúde para receber verba. Isso quer dizer que após a aprovação do Orçamento, levaremos mais um mês para renovar o convênio, e os recursos só serão transferidos em junho. São seis meses de atraso. Como é que se pode imaginar que uma instituição de pesquisa fique meio ano esperando por recursos que já estão consignados em Orçamento? Isso provoca uma ruptura imediata do fluxo de produção. Somado às dificuldades normais de um país como o Brasil, que pre-



cisa importar insumos e equipamentos e participar de congressos internacionais, o atraso gera uma parada no processo de desenvolvimento. Se nós não conseguirmos garantir a continuidade dos recursos por vários anos seguidos, será muito difícil fazer planos de longo prazo.

Desafios – O senhor acha que esse problema poderia ser minimizado por meio de parcerias com a iniciativa privada?

Hildebrando – A iniciativa privada evidentemente pode ajudar, mas os recursos para manter a pesquisa básica, em qualquer país europeu ou americano, vêm sempre do Estado. Mesmo nos Estados Unidos, onde há a maior indústria privada, ninguém pensa em fazer pesquisa na área biológica ou biomédica sem o apoio das instituições federais. Lá eles contam com grandes

entidades privadas de apoio à pesquisa, que concedem bolsas e recursos. Mesmo assim, se a aprovação do Orçamento atrasasse seis meses, os trabalhos de pesquisa simplesmente parariam.

Desafios – E como tem evoluído seu trabalho?

Hildebrando – Bem, temos três correntes de pesquisa em malária, uma mais científica, uma mais epidemiológica e outra biotecnológica. Na área epidemiológica, que costuma preocupar muito a população, estudamos o problema das malárias assintomáticas, que são os casos de pessoas que foram infectadas diversas vezes e terminaram por desenvolver uma espécie de imunidade natural. Como são protegidas naturalmente, as vítimas não apresentam os sintomas e não procuram tratamento, mas continuam sendo vetores, ou seja, transmitem a doença e ajudam

a disseminá-la. Nas regiões ribeirinhas da Amazônia isso ocorre com frequência bastante elevada. Estamos convencidos de que esses portadores assintomáticos são muito importantes para a manutenção da endemia. Nessa linha, estamos desenvolvendo experiências-piloto tratando os portadores sãos.

Desafios – Se mesmo as pessoas aparentemente sãs podem estar contaminadas, seria necessário fazer exame de sangue em toda a população para saber quem deve ser tratado?

Hildebrando – Na prática, sim. Teríamos de cuidar também das pessoas que não apresentam sintoma algum. Antigamente, isso era difícil, porque era necessário fazer um exame de sangue microscópico e, mesmo assim, não havia garantia de que ele revelaria a infecção. Atualmente, com as metodologias moleculares, é possível fazer o exame em grande escala apenas com algumas gotas de sangue de cada examinado. Isso nos permite dividir as regiões com maior ocorrência em grupos de 1.000 ou 2 mil pessoas para promover a análise ativa dos indivíduos em busca de infecções, tanto sintomáticas como assintomáticas. Depois tratamos todos os infectados para verificar se a transmissão é interrompida. Se a experiência der certo, poderemos propor, no futuro, um tratamento quimioprolático. Independente do exame de sangue, seria possível promover, em certas populações com alta incidência da doença, um tratamento generalizado. Todo mundo tomaria remédio.

Desafios – O tratamento da malária é muito complexo ou doloroso?

Hildebrando – Também temos progressos nessa área. A malária Vivax tem um tratamento relativamente fácil e barato, com a droga cloroquina, que não provoca efeitos colaterais tóxicos. É fácil de administrar e não há resistência dos pacientes. Infelizmente, esse tipo de malária apresenta recaídas. Ela volta depois de curada a infecção sanguínea, e é preciso estar muito atento para tratar a recaída, ou as pessoas

voltam a transmitir a doença. Por isso é necessária a presença constante de agentes no terreno. Já o tratamento da malária *Falciparum* tinha inconvenientes muito grandes. Ela desenvolveu resistência à cloroquina. As drogas utilizadas eram baseadas em quinina e certos antibióticos que provocavam efeitos colaterais tóxicos desagradáveis. Isso levava os pacientes a interromper os tratamentos. Eles não se curavam por completo e continuavam a transmitir. Atualmente, foram descobertas novas formas de tratamento menos tóxicas. Vamos experimentar essas alternativas. Também estamos trabalhando na pesquisa de novas drogas a partir da biodiversidade amazônica, em colaboração com dez laboratórios nacionais. Há muitos tratamentos a serem descobertos.

Desafios – A malária faz parte do grupo das doenças negligenciadas, que atingem as populações mais pobres do planeta e nas quais os grandes laboratórios não se dispõem a investir para a busca de novos medicamentos. Como o senhor vê o interesse da indústria farmacêutica em relação à malária?

Hildebrando – O Brasil tem se desenvolvido bem na área da bioquímica de produtos naturais, o que nos permite certa autonomia nesse tipo de pesquisa. É muito ilusório pensar que as gigantes internacionais vão investir grandes recursos em remédios contra a malária porque os consumidores são, em geral, países com poucos recursos. Mas o Brasil tem condições de desenvolver pesquisas com alto nível de tecnologia. É exatamente o que estamos fazendo. E agora estamos adquirindo equipamentos muito modernos para análise de produtos vegetais. Não adianta analisar só extrato de folhas e de fungo. É necessário que tenhamos capacidade para analisar bioquimicamente os produtos contidos nos extratos ativos. É uma atividade nova que estamos começando, junto ao setor de biotecnologia do MinCT. Acredito que nos próximos anos teremos bons resultados e descobriremos novos produtos ativos contra a doença. Até porque o que existe hoje

“Estamos em abril, quarto mês do ano, e ainda não há Orçamento votado e aprovado no Congresso. Isso provoca uma ruptura imediata do fluxo de produção. Somado às dificuldades normais de um país como o Brasil, o atraso gera uma parada no processo de desenvolvimento”

em dia foi descoberto de produtos naturais, na China e no Peru. Tudo partiu de produtos naturais, então a volta à natureza, aliada aos recursos tecnológicos dos quais dispomos hoje em dia, nos levará, certamente, a progressos importantes.

Desafios – Na última eleição, o senhor se candidatou à presidência da Academia Brasileira de Ciências. O que o levou a pleitear o cargo?

Hildebrando – Dois elementos principais me motivaram. De um lado, a minha localização no hemisfério norte do país, o que me permite perceber o grande abandono e isolamento da área da Amazônia. Isso contrasta com as enormes necessidades de pesquisa que existem aqui para que a região possa atingir o desenvolvimento sustentável. Atualmente, a Amazônia é totalmente dependente de investimentos e intervenções vindos de fora. Existem tentativas de estabelecer um desenvolvimento sustentável e eu acho que, nesse sentido, o reforço da atividade de pesquisa seria fundamental. Por isso achei que seria interessante, que chamaria a atenção, o fato de o presidente da Academia Brasileira de Ciências ser um cientista do norte, do mato, da Amazônia. A segunda motivação foi cons-

tatar que as articulações entre os cientistas e as comunidades científicas que existem no Brasil são muito fracas para tratar de problemas de interesse nacional, de grandes programas para todo o país. Existem pessoas muito competentes em todas as áreas, grandes autoridades, mas há muito pouco esforço coletivo de reflexão, do tipo que existe na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, onde há discussões coletivas e proposições de rumos para o desenvolvimento e para a aplicação dos investimentos. Não se pode querer fazer tudo, é preciso definir prioridades, e isso não pode ser fruto de decisões pessoais. Tem de nascer de discussões e interações entre as comunidades científicas. Eu acredito que a minha iniciativa valeu a pena porque esse problema foi percebido também pelo candidato eleito, o professor Eduardo Krieger.

Desafios – O senhor está satisfeito com sua opção de se mudar para Rondônia?

Hildebrando – Eu não tenho feito tudo o que gostaria, mas estamos avançando. Estamos conquistando reconhecimento nacional e internacional, estamos definindo projetos e programas que podem ter alguma repercussão e algum sucesso. Enfrentamos muitas dificuldades, mas de modo geral eu diria que estou contente com o que tem acontecido.

Desafios – Qual seu maior sonho no momento?

Hildebrando – Meu sonho, agora, é conseguir que parte dos vultosos investimentos que serão aplicados em Rondônia na construção de duas grandes hidrelétricas, no rio Madeira, seja dirigida também para a área de saúde. Estamos apresentando ao Ministério da Saúde e às empresas privadas responsáveis pelas obras um projeto. Temos a ambição de controlar a malária em todo o vale do rio Madeira, utilizando os conhecimentos de que já dispomos sobre a origem da infecção e os processos de transmissão. Esse é o meu sonho para os próximos anos. **d**

Degraus de oportunidades: redefinindo o possível

Divulgação



A primeira vista, os números parecem compor um quadro encorajador. Nas economias da América Latina e do Caribe, o desempenho macroeconômico é o melhor registrado em 30 anos. O crescimento é forte, o endividamento caiu e o investimento direto está em ascensão. Inflação e déficits orçamentários estão sob controle. Os mercados de ações estão em alta.

Esse desempenho, no entanto, não resultou em benefícios para a maior parte da população da região. De fato, a desigualdade de renda e o número de pessoas que vivem na pobreza são maiores, hoje, do que eram em 1960.

Por que as vantagens do crescimento falharam em alcançar a maioria da população latino-americana? A história nos ensina que os benefícios do sistema de mercado dependem da qualidade das instituições – as regras, as leis, os regulamentos que norteiam a atividade econômica. Onde essas instituições funcionam bem, as empresas privadas vinculam sua performance à valorização das capacidades humanas. Isso resulta em inovação e criação de oportunidades para todos.

Quando as instituições são fracas ou deficientes, o sistema não tem como oferecer degraus de oportunidade ou colocar os bens ao alcance da maioria. Em nossa região, disfunções do sistema legal e regulatório relegam muita gente ao setor informal, em que se gasta a vida trabalhando em negócios sem registro, em propriedades frequentemente não legalizadas. Para os trabalhadores informais é difícil, se não impossível, construir uma companhia, assinar contratos ou poupar para a aposentadoria. Como resultado, raramente podem aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado. Para eles, não há dúvida, ser pobre custa caro.

Além de instituições fortes e da ordenação legal, os trabalhadores e os pequenos empreendedores precisam ter uma vasta gama de habilidades para alcançar sucesso. Aos que aspiram empreender, é essencial o acesso a treinamento em ferramen-

tas básicas de administração, como contabilidade, marketing e tecnologia da informação. Negócios de maior porte requerem trabalhadores bem formados e recursos de pesquisa e desenvolvimento que universidades e escolas técnicas podem prover.

Uma economia de mercado em bom funcionamento cria incentivos para que companhias atendam mesmo aos cidadãos mais pobres. A América Latina ainda tem muito a aprender nesse sentido. Abriga um enorme contingente de pessoas de baixa renda ávidas por pagar por produtos e serviços que supram suas necessidades. Embora esse mercado se caracterize pela baixa renda e por reduzida produtividade, permanece inexplorado e potencialmente lucrativo em áreas como bens de consumo, construção civil e serviços. Quando uma companhia oferece a um consumidor de baixa renda um serviço de qualidade a preço justo, seu objetivo de lucro não é incompatível com a justiça social.

Os governos latino-americanos deveriam buscar maneiras de assegurar que o setor privado tivesse um papel mais ativo no atendimento às carências dos pobres. A necessidade de parceria entre as esferas pública e privada nunca foi tão grande. Em junho deste ano, o Banco Interamericano de Desenvolvimento promoverá uma conferência cuja proposta é buscar novos caminhos para a multiplicação de oportunidades e para o fortalecimento da democracia financeira entre os menos privilegiados. Não podemos continuar a excluir a maioria dos cidadãos dos frutos do crescimento econômico – a escada das oportunidades deve se tornar acessível a todos.

Luis Alberto Moreno é presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

“Quando uma companhia oferece a um consumidor de baixa renda um serviço de qualidade a preço justo, seu objetivo de lucro não é incompatível com a justiça social”

Um grau acima

A mentalidade do empresariado brasileiro está mudando, e para melhor. Diversos estudos mostram que a busca da inovação, a adoção de práticas transparentes de gestão, a responsabilidade social e a conquista do mercado exterior estão moldando um novo ambiente corporativo, onde o sucesso é perseguido sem abandonar a ética

Por **A n d e r s o n G u r g e l**, de São Paulo*

O empresário e as empresas brasileiras estão mudando. A frase pode parecer marketing, mas é a constatação de uma transformação de fato nas práticas empresariais, ainda que ela não esteja generalizada, é verdade. O mundo corporativo, hoje, mais do que nunca, busca a inovação, aposta no fortalecimento do mercado de capitais, na exportação e em ações como a responsabilidade social para crescer e melhorar a imagem da empresa. Um estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) conclui que há fortes indícios de que a indústria brasileira elevou seu padrão de competitividade, com base na configuração de uma nova visão em-

presarial. Os resultados do trabalho serão apresentados no livro *Tecnologia, Exportações e Emprego*, a ser lançado pelo Ipea, e que foi organizado por João De Negri, diretor do Ipea, Lenita Turchi, diretora adjunta, e os pesquisadores Fernanda De Negri e Danilo Coelho.

Essa nova liderança empresarial investe em tecnologia, qualidade e transparência. O fruto disso, como produto das melhores práticas, é também a geração de mais empregos e oportunidades – contrariando o mito de que o desenvolvimento tecnológico diminui sensivelmente postos de trabalho. O estudo do Ipea aponta que o grupo de empresas que mais inova no Brasil teve aumento de 29% no número de contratações entre 2000 e 2004, enquanto a média da indústria nacional ficou em 19%. Trata-se do conjunto de 1.368 companhias, todas com mais de 500 funcionários, das quais 900, ou 74%, realizaram alguma inovação entre 2001 e 2003.

Governança Outro aspecto que vem ganhando força no processo de modernização das companhias diz respeito à gestão e ficou conhecido como governança corporativa. É um conjunto de práticas que visa dividir de maneira justa poderes e responsabilidade nas corporações e fazer com que os processos das empresas sejam transparentes e confiáveis. Esse sistema pelo qual as sociedades empresariais são dirigidas e monitoradas envolve o relacionamento entre diversas partes: acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal. Marcando outro jeito de ser e de atuar do empresariado, esses princípios e códigos de ética se fortaleceram nos últimos 20 anos em todo o mundo. No Brasil, o grande salto veio com a entrada dos fundos de pensão nos conselhos administrativos das grandes corporações, pós-privatizações, quando a Previ, do Banco do Brasil, e a Funcef, dos economistas federais, entre outros, passaram a exigir transparência nas operações das empresas nas quais eram acionistas.

Giovanni Barontini, superintendente de sustentabilidade do Núcleo de Estudos do Futuro (NEF), da Pontifícia Universidade



Ponto de encontro da boa governança

Muitas empresas que têm investido nas melhores práticas e na aplicação dos princípios da governança corporativa a seu negócio têm um ponto em comum: estão no Novo Mercado da Bovespa. Trata-se de um segmento de listagem de empresas de capital aberto, instituído em 2001, destinado à negociação de ações de companhias que se comprometeram, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa.

A entrada de uma companhia no Novo Mercado ocorre por meio da assinatura de um contrato e implica a adesão a esses princípios. A grande exigência desse segmento é que o capital social da companhia seja composto somente de ações ordinárias, ou seja, ações que concedem àqueles que as possuem o poder de voto nas assembleias deliberativas da companhia. Boletins trimestrais de demonstrações financeiras, por exemplo, garantem o cumprimento das melhores práticas nessas empresas. A iniciativa tem sido um grande incentivo à adoção das práticas de governança corporativa e o resultado é que, nos últimos dois anos, das 17 empresas que estrearam na Bovespa 14 já entraram no Novo Mercado.

Mas a prática da boa governança corporativa chegou ao Brasil bem antes do Novo Mercado. Seis anos antes da iniciativa da Bolsa de Valores de São Paulo, foi fundado o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com o objetivo de disseminar os princípios da boa gestão. Criada por um grupo de 51 empresários, a entidade hoje já conta com 597 associados e estabeleceu ligações com o Banco Mundial e com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que fez com que o IBGC seja considerado a entidade brasileira representativa da governança corporativa junto à comunidade internacional. O sucesso da instituição pode ser medido por uma das suas ações, a capacitação de administradores. Até hoje, 1,2 mil executivos já se formaram nos cursos promovidos pelo IBGC.

Católica de São Paulo (PUC-SP), ligado à Universidade das Nações Unidas e voltado para temáticas como a promoção de valores humanos, novas consciências e responsabilidades socioambientais dentro das corporações, acrescenta que a discussão sobre governança corporativa pode ser vista por dois aspectos. O sentido *strictu* e o *lato* do termo. O primeiro envolve a questão das relações entre a propriedade e a administração, ou seja, as práticas de relacionamento entre empresa e acionistas. “Essa é a visão clássica do assunto”, comenta. Contudo, segundo Barontini, cresce a cada dia uma percepção mais abrangente, de que a governança corporativa deve ser vista num sentido amplo, ou seja, *lato*. “O que se discute é que para governar uma empresa de forma efetiva é fundamental uma ação calcada num tripé que passa pelo aspecto econômico, mas que também envolve o social e o ambiental”, pontua. Ele lembra que a administração que não levar em conta o impacto da ação na sociedade e no meio ambiente pode ter prejuízos reais no valor das ações, afetando sua imagem e até a percepção comercial de sua marca. Vale lembrar que segundo o último Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), datado de 2004, os princípios básicos são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa ou sustentabilidade (leia quadro ao lado).

O IBGC é pioneiro na defesa dessa mudança. O instituto viu um avanço expressivo nos últimos dez anos na evolução da gestão empresarial no Brasil, segundo a diretora executiva Heloisa Bedicks. “Há uma grande disponibilidade das corporações em investir na governança nos últimos anos; tanto que o IBGC criou, em 2005, um prêmio para auxiliar na divulgação desse conhecimento”, diz. Para a diretora, houve também um grande amadurecimento do empresário brasileiro. “O interesse em entender e aplicar os princípios da governança corporativa é muito grande”, afirma. Heloísa destaca ainda como um dos

fatores de crescimento do IBCG a parceria com a Bovespa, após a criação do Novo Mercado e o índice Bovespa, que obrigaram as empresas de capital aberto a adequar-se às normas de governança corporativa (leia quadro ao lado).

Exemplos Outra iniciativa nesse sentido foi a Mesa-Redonda Latino-Americana de Governança Corporativa, organizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em parceria com o Banco Mundial, a Corporação Financeira Internacional (IFC) e colaboradores regionais, como o próprio IBGC. Em 2004, a mesa-redonda confeccionou um documento chamado *White Paper*, que relata o papel da governança corporativa na América Latina, mostrando estudos de oito exemplos de boa gestão no continente. Seis deles se referem a empresas brasileiras: CPFL Energia, Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), Natura, NET, Suzano e Ultrapar.

Um dos destaques, a CPFL Energia S/A é uma holding que controla empresas e empreendimentos privados nas áreas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. Criada no início do século XX, a CPFL passou por diversas etapas. Foi comprada por uma companhia norte-americana, depois foi estatizada e posteriormente, em 1997, privatizada para os acionistas que até hoje controlam a empresa: VBC, Previ e Petros, entre outros. Atualmente atende mais de 200 cidades paulistas. Para garantir um bom desempenho e a consequente boa remuneração aos sócios, os gestores da CPFL buscaram a excelência na administração. Marco da Camino Soligo, assessor de governança corporativa, revela que a empresa deu início à fase atual de preocupação com a aplicação das práticas de governança corporativa em 2002.

“Era necessário estruturar um processo decisório para a relação entre a administração e os acionistas depois da privatização ocorrida em 1997”, diz ele. A meta era a criação de boas práticas de gestão no processo com o mercado financeiro e de capi-

contratações entre 2000 e 2004, enquanto a média da indústria nacional ficou em 19%

Divulgação



Refinaria de alumínio da Vale do Rio Doce. A companhia investiu no desenvolvimento de novos processos de refinamento de bauxita

tais, para desenvolver uma relação de confiança. Soligo comenta que isso é fundamental para atender às expectativas dos acionistas. “O mercado quer liquidez, não quer sustos”, frisa. De olho nessa questão, a CPFL entrou para o Novo Mercado, da Bovespa, atendendo a toda a longa lista de exigências relativas à governança corporativa.

Um ponto importante da estratégia da CPFL é que ela busca, nas suas melhores práticas, duas ações distintas e simultâneas, uma para dentro e outra para fora da companhia. A externa é justamente esse conjunto de ações que envolvem a relação com o mercado de capitais. Contudo, o outro pilar fundamental para que essa atua-

ção funcione bem é a política voltada para a relação interna com funcionários e com colaboradores. Soligo acrescenta que há uma grande preocupação com políticas de carreira, treinamento e benefícios para que os funcionários tenham grande envolvimento com o projeto de qualidade e boa gestão proposto.

“Com tudo isso é que chegamos a ponto de nos apresentarmos para o mercado como uma opção de baixo risco e alta confiança, superando o período de confusão na gestão no pós-privatização”, diz Soligo. E acrescenta: “O número de empresas listadas no Novo Mercado mostra que há uma grande mudança na mentalidade dos em-

presários e administradores, e que a concorrência está cada vez mais acirrada”.

Inovação Uma grande aliada para sobreviver num ambiente cada vez mais competitivo é a inovação tecnológica, que tem conquistado espaço crescente na gestão de empresas no Brasil. A diretora adjunta do Ipea, Lenita Turchi, conta que o instituto está terminando um estudo, a ser divulgado ainda neste ano, que deve atestar justamente a existência dessa nova tendência nas empresas nacionais. “Estamos buscando índices científicos, por meio de pesquisas de campo e entrevistas, para traçar esse novo perfil”, afirma.

A OCDE confeccionou um documento mostrando estudos de oito exemplos de

Turchi diz ainda que é importante destacar que a inovação tecnológica traz, além de benesses financeiras óbvias, ganhos de capital humano. “As firmas inovadoras pagam melhor e oferecem mais vagas de trabalho, além de investir na qualificação de seu funcionário”, completa. Um bom exemplo de inovação está no trabalho do grupo Totvs S.A. Por meio de suas divisões, a Microsiga e a Logocenter, a empresa atua no desenvolvimento e comercialização de softwares de gestão empresarial integrada e na prestação de serviços ligados a esses produtos. Segundo o vice-presidente do grupo, José Rogério Ruiz, a tecnologia e a inovação estão no DNA da Totvs. “Nós trabalhamos com tecnologia, vendemos inovação tecnológica e acreditamos nesse potencial para oferecer produtos que atendam às necessidades do mercado”, pontua.

Ruiz afirma que um dos objetivos da Totvs é deixar seus funcionários motivados e ávidos por criar novos produtos para o mercado. “O crescimento aliado à inovação é um processo difícil, que demanda investimentos e energia. Seguir as melhores prática de gestão mantém a estrada bem pavimentada para que nosso percurso seja firme e, ao mesmo tempo, suave”, diz.

Turchi lembra que a aposta na capacidade criativa para inovar, tanto tecnológica quanto operacionalmente, é fundamental para a real implantação de uma nova mentalidade nas empresas brasileiras. “Esse novo empresário ou gestor deve estar preocupado em cortar custos sem cortar pessoal, compreendendo plenamente a ligação direta entre crescer e inovar”, afirma.

Vale lembrar que a divisão Microsiga da Totvs ganhou, no começo deste ano, o prêmio do IBGC como melhor empresa não listada na bolsa de valores. Certamente, em 2007 a empresa não repetirá a dose, porque em março fez sua estréia no Novo Mercado da Bovespa. Ruiz diz que esse é um grande desafio, mas que o grupo está preparado. “Como adotamos há muitos anos os princípios de governança cor-



Fachada da CPFL Energia, uma das empresas consideradas exemplares, pela OCDE na aplicação da governança

porativa mesmo sem ter nosso capital aberto, estamos prontos para atuar nesse novo mercado”, completa.

Outro bom exemplo de inovação tecnológica aliada às melhores práticas de governança é a Natura, líder do setor de cosméticos no Brasil. Durante toda a década de 90, a empresa, fundada há 36 anos, optou pela implantação plena dos princípios de governança corporativa, preparando-se para a entrada no mercado de capitais, que aconteceu em 2004, no Novo Mercado da Bovespa.

Para chegar ao patamar atual, a empresa trabalhou continuamente com a inovação, apostando na tecnologia e no desenvolvimento de novos produtos para crescer. Somente em 2005 a Natura colocou no mercado 156 novos produtos e ampliou em 19,8% o número de consultoras especializadas que os revendem, atingindo um crescimento de 29%, bem

acima da média do mercado de cosméticos em geral, que ficou em 16,5%.

Exportação O caminho lógico de uma empresa bem gerida e que investe em tecnologia é a busca da competitividade. Tanto dentro quanto fora do país. Por isso, um dos traços que distinguem o perfil das empresas inovadoras é a aposta na exportação. O Brasil tem se destacado no trabalho com o mercado externo, o que pode ser observado na pesquisa “Inovação tecnológica e exportação das firmas brasileiras”, da pesquisadora Fernanda De Negri, do Ipea, no qual se constata que firmas inovadoras têm 16% mais probabilidade de serem exportadoras. Mesmo assim, ela ressalta, de antemão, que é importante ter em mente que boa parte do comércio exterior continua pautado pelo preço, e não pela inovação tecnológica. “O país ainda precisa inovar mais, criando produtos que

boa gestão na América Latina. Seis deles se referem a empresas brasileiras



Fotos Divulgação

corporativa (à esquerda); central de atendimento da CPFL (acima)

sejam competitivos para exportação”, afirma De Negri. Ela lembra que o Brasil é um tradicional exportador de commodities, tais como café, açúcar, soja e minérios, mas novas fronteiras têm sido abertas, como a alta tecnologia em aviação, exportada para todo o mundo, que é o caso da Embraer.

Ela lembra que, além dos produtos de alta intensidade tecnológica, nos quais o país precisa investir mais, existem os de média tecnologia, como o setor de motores e peças automotivas, que se destacam nas vendas ao exterior. Outro ponto importante é que a exportação estimula, e muito, a nova mentalidade do empresário brasileiro. “Para exportar é preciso que a corporação adapte seus produtos às normas e padrões de qualidade exigidos pelo mercado internacional; isso tem levado, de fato, ao surgimento de um novo empresariado, mais consciente”, diz Fernanda De Negri.

É importante destacar também que a inovação pode se dar em processos ou produtos. “Em processos inovadores o Brasil se destaca mais” afirma a pesquisadora. Um exemplo, é a Companhia Vale do Rio Doce, que vem desenvolvendo novas tecnologias de refinamento de alguns minérios, aumentando assim sua capacidade exportadora. O diretor executivo de Finanças da Vale, Fabio Barbosa, lembra que a empresa vem apostando nos novos processos de refinamento de bauxita, elemento que produz o alumínio, para aumentar as exportações. “Investir em inovações tecnológicas sempre foi um diferencial da Vale para ser forte no mercado externo”, afirma. Ele faz questão de lembrar que a aplicação das melhores práticas tem sido fundamental na gestão da Vale, facilitando a comunicação entre a administração e os investidores. “É preciso ter ética tanto para atuar no mercado interno

quanto no externo; essa postura garante credibilidade à empresa”, pontua.

Firmas pequenas também apostam na exportação e na criação de novos produtos. Um bom exemplo é a Vitaderm, indústria paulista fundada como farmácia de manipulação. Com a linha Vita Amazônia, criada especialmente para o mercado externo e que usa componentes tipicamente brasileiros, como cupuaçu, andiroba e buriti, a companhia tem marcado presença nas exportações brasileiras. O presidente da empresa, Marcelo Schulman, acredita que melhores práticas e a inovação são o caminho para ganhar espaço. “Investimos em tecnologia e pesquisa para crescer nos últimos 20 anos”, afirma. Ele ressalta ainda que a o desempenho dos produtos com a marca Vita Amazônia nos últimos três anos vem sendo melhor do que o esperado.

Responsabilidade Um outro ponto importante que denota, de fato, a existência de um novo empresário brasileiro é a responsabilidade social. Não basta hoje que uma empresa tenha lucros, seja transparente com seus acionistas e fiel a seus estatutos. Ela precisa ter consciência de seu papel na criação de um desenvolvimento mais justo. Deve se preocupar com o meio onde está inserida, tanto sob o aspecto ambiental quanto social. Barontini, do Núcleo de Estudos do Futuro, comemora a existência, hoje, de inúmeras companhias com esse perfil. “Há grupos nacionais pioneiros e algumas multinacionais que colocaram essa questão na pauta administrativa”, diz. Ainda assim ele alerta para a necessidade de despertar um número maior de empresas para a questão.

Um dos termômetros dessa preocupação no Brasil é a criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa. A instituição financeira, em parceria com várias outras, como IBGC, IFC, Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente, criou esse referencial para os investimentos socialmente responsáveis. Atualmente estão listadas nessa avaliação

Firmas inovadoras têm 16% mais probabilidade de serem também exportadoras



Loja da Natura, em Paris. A empresa apostou em inovação para conquistar a liderança do setor de cosméticos

empresas como Itaú, CPFL, Bradesco, Gol, CCR, Natura, Perdigão, Embraer e Araucruz, entre outras.

Já o Instituto Ethos nasceu exatamente com o compromisso de estimular e aferir como se desenvolve a ação social e ambiental das empresas. A iniciativa, que começou em 1999 com 11 empresas, já conta hoje com mais de 1,1 mil associados. Esse crescimento acelerado levou a uma discussão dos conceitos. “O perigo é que nem para todas as empresas é clara a percepção do que seja responsabilidade social”, alerta Barontini. “Muitas não são bem-intencionadas e associam a questão ao marketing.”

A estudiosa Nathalie Beghin, pesquisadora do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), concorda com Barontini. Coordenadora de uma ampla pesquisa sobre a questão, realizada quando trabalhava no Ipea, Nathalie chama a atenção para o fato de que o investimento de algumas corporações na questão social ainda não seja tão transparente quanto deveria. “As firmas fazem propaganda de sua ação socioambiental, mas não contam exatamente para o público o que é feito nem o

quanto é gasto nesses projetos”, diz.

No entanto, a pesquisadora do BID chama a atenção para o lado positivo da questão. “Há, sim, empresas que estão tentando fazer a diferença criando ações em seu entorno, como programas educacionais e ambientais”, afirma. Nathalie lembra que as perspectivas são animadoras, já que existe no mercado uma série de ações e o número deve crescer com a expansão das melhores práticas. De fato, a pesquisa “Ação social das empresas”, realizada por ela em 2000, mostrou resultados positivos. Das cerca de 4 mil empresas pesquisadas, mais da metade (59%) fazem algum tipo de ação social, sendo que cerca de 4,7 bilhões de reais (0,4% do PIB brasileiro) são aplicados em programas desse tipo. A pesquisa está na segunda edição e os resultados devem ser divulgados ainda neste ano.

Barbosa, da Vale do Rio Doce, lembra que o investimento em responsabilidade social é fundamental para o crescimento de uma empresa séria, transparente e sustentável. “Nós, particularmente, temos um princípio de co-responsabilidade com as comunidades onde atuamos e, para agir

nessa frente, criamos a Fundação Vale do Rio Doce”, pontua. E complementa: “Escolhemos como foco de ação social a educação, que é a necessidade mais básica de uma comunidade para se desenvolver. Por isso, nossa fundação atua com o processo educacional de diversas comunidades dos locais onde temos pontos estratégicos de trabalho, como Barão de Cocais, em Minas Gerais, e Marabá, no Pará, entre outros”.

Os diversos exemplos apresentados nesta reportagem demonstram que um grupo de empresários e administradores atingiu um grau de amadurecimento inédito no Brasil, que os leva a buscar o sucesso por meio de práticas mais nobres, criando um ambiente melhor e mais moderno para o desenvolvimento da economia nacional. Essa nova mentalidade pode ser resumida nas palavras extraídas do estudo “Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras”, elaborado pelo Ipea: parcela do empresariado brasileiro, distanciando-se da recorrente passividade e tradicional dependência das iniciativas governamentais, começa a se conformar como um segmento que se dispõe a enfrentar e a se equiparar às melhores práticas da concorrência internacional, particularmente aquelas associadas à inovação tecnológica, com profundas conseqüências para a modernização de suas empresas. **d**

*Colaborou **Helena Jacob**

Saiba mais:



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
www.ipea.gov.br

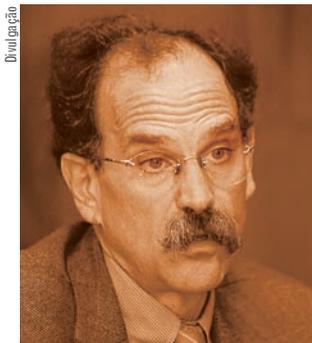
Núcleo de Estudos do Futuro
www.nef.org.br

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
www.ibgc.org.br

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
www.ocde.org (em inglês e francês)

Instituto Ethos
www.ethos.org.br

Vozes do Brasil



Divulgação

Está no Congresso Nacional projeto que flexibiliza o horário de transmissão do programa de rádio *Voz do Brasil*. Concebida pela equipe da Radiobrás, essa proposta, se aprovada, permitirá que a *Voz do Brasil* seja transmitida em qualquer horário, e não apenas às 19 horas. O passo pode parecer pequeno, mas é extremamente importante para quem pensa em ajustar nosso país aos tempos da democracia.

A *Voz do Brasil* incomoda. Sua transmissão imposta remonta ao autoritarismo varguista da década de 30. De mecanismo-chave para o controle estatal da informação, atravessou governos de tonalidades diversas e sobreviveu até os dias de hoje, em que as relações entre Estado e sociedade são radicalmente diferentes e pedem sua remodelagem de modo a atender padrões avançados de sociedade, economia e democracia.

O mérito maior desse projeto da Radiobrás está na disposição de abrir o debate sobre o caráter social da informação. Que comportamento deve ter o Estado diante da informação? Quais ações cabe facilitar? Que oportunidades pode criar?

Se é certo que a obrigatoriedade da *Voz do Brasil* é condenável, não é tranqüila a discussão sobre as relações que devem existir entre Estado, informação e sociedade. Acredito que o Estado tem obrigação de zelar pela qualidade da informação que oferece. Como um bem comum, a informação precisa ser alvo de regulamentação à margem das injunções do mundo político-partidário. Desse ponto de vista, uma visão instrumental e menor da *Voz do Brasil* certamente bloqueará a reflexão necessária sobre a sua reestruturação. Tão nociva quanto as propostas que sugerem um afastamento completo do Estado dos sistemas de produção da informação.

As sociedades precisam de mecanismos que as protejam, tanto dos excessos do mercado quanto dos governos. Não se trata de negar legitimidade a essas instituições, mas sim de reconhecer que a informação, como bem público, não pode ser colonizada nem por dirigismo governamental nem pelos interesses de grupos particulares. Por isso mesmo, o desenho das instituições de Estado

responsáveis pelos sistemas de informação é tarefa tão difícil quanto urgente. Desse ponto de vista, a modificação radical da *Voz do Brasil* só terá consistência se baseada na consolidação de um sistema público descentralizado e forte de geração e disseminação da notícia. A exemplo do que ocorre em vários países, esse sistema pode ser construído aqui com base em agências ou centros orientados para a disseminação da boa informação. Para tanto, essa malha pública precisaria ter autonomia e disposição para brigar pela preferência do público. Assim, o Estado não deixaria de oferecer informação de qualidade nem violentaria o mercado com a força de um decreto.

Preocupado com a qualidade da informação pública desde o seu nascimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulga pela Internet todas as suas pesquisas e publicações; assim como oferece acesso irrestrito ao Ipeadata (banco de dados econômicos e sociais); e publica o *Estado de uma Nação*, relatório anual que analisa e interpreta o Brasil. Com a mesma intenção, nosso instituto lançou há quase dois anos a revista *Desafios do Desenvolvimento*.

Em um universo mais modesto, sem *estatomania* nem *mercadofilia*, o Ipea se prepara para lançar um programa de televisão semanal. O programa *Desafios: o Brasil visto pelo Ipea*, com o apoio da Radiobrás, oferecerá notícias e promoverá debates entre pesquisadores e convidados sobre temas econômicos e sociais relevantes para o país. Com a independência e a imparcialidade que marcam nosso instituto.

A experiência e o capital humano do Ipea talvez possam dar alguma pista sobre como construir um sistema público e descentralizado de geração de informação de qualidade. Se convidados, saberemos responder positivamente, como sempre. Sem aventuras, sem muito custo e, principalmente, sem a herança estatista e autoritária que o Brasil ainda carrega. Se o Ipea puder contribuir para o avanço desse debate, essencialmente democrático, terá valido a pena.

Glaucio Arbix é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor da Universidade de São Paulo (USP)

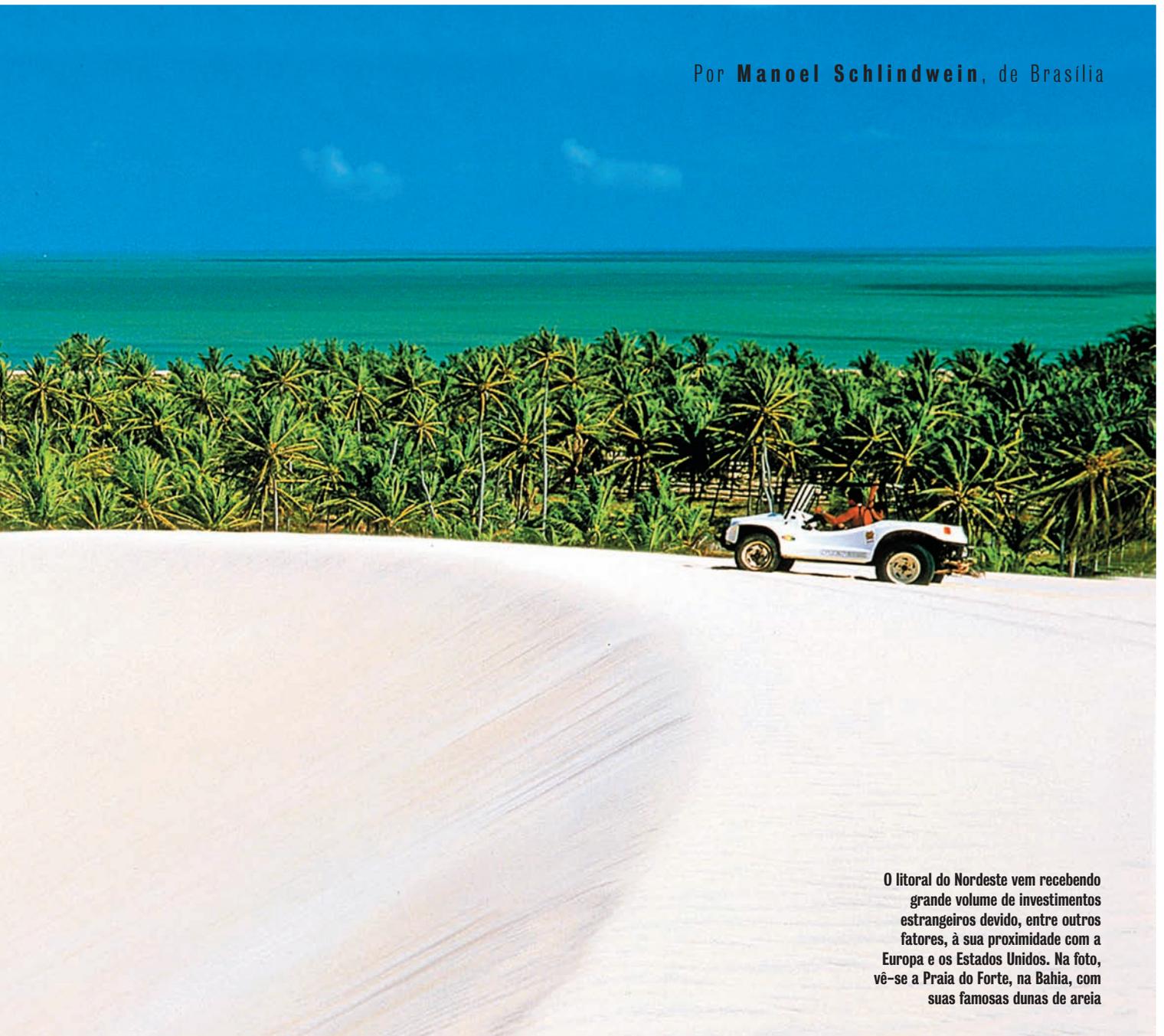
“Se é certo que a obrigatoriedade da Voz do Brasil é condenável, não é tranqüila a discussão sobre as relações que devem existir entre Estado, informação e sociedade. Acredito que o Estado tem obrigação de zelar pela qualidade da informação que oferece”



Christian Knepper/Embratur

Um país para todos

Com maciças campanhas de divulgação aqui dentro e no exterior, o Brasil está conseguindo transformar seus atrativos em receita. Uma série de movimentos vem expondo as maravilhas nacionais aos viajantes e em 2005 os resultados da indústria do turismo foram recordes. Há fortes indícios de que o crescimento continuará, apesar do real valorizado



O litoral do Nordeste vem recebendo grande volume de investimentos estrangeiros devido, entre outros fatores, à sua proximidade com a Europa e os Estados Unidos. Na foto, vê-se a Praia do Forte, na Bahia, com suas famosas dunas de areia

O Brasil tem mais de 8 mil quilômetros de litoral. Tem um território vastíssimo, com diferenciados climas, etnias, costumes e culinárias. Sua biodiversidade é única no planeta. Entre suas cidades há megalópoles cosmopolitas, como São Paulo, e pequenos vilarejos aconchegantes, como Puruba, uma comunidade de pescadores não muito distante da capital paulista. A razão pela qual, até agora, o turismo não se tornou uma indústria pujante no país é uma incógnita. No entanto, o setor vem crescen-

do. Já ocupa o quinto lugar no *ranking* das exportações brasileiras de serviços. É isso mesmo. O turismo de estrangeiro é computado como exportação e colabora para a obtenção de uma balança comercial positiva. Os números a seguir podem parecer excessivos, mas são importantes para dimensionar o fenômeno que vem ocorrendo. De acordo com dados compilados pelo Banco Central e divulgados pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), em 2005 o número de desembarques de voos nacionais cresceu 17,95%. O de desembar-

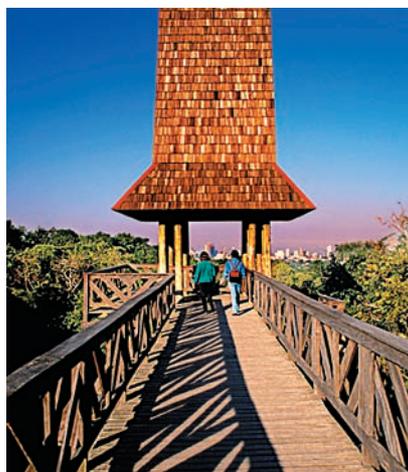
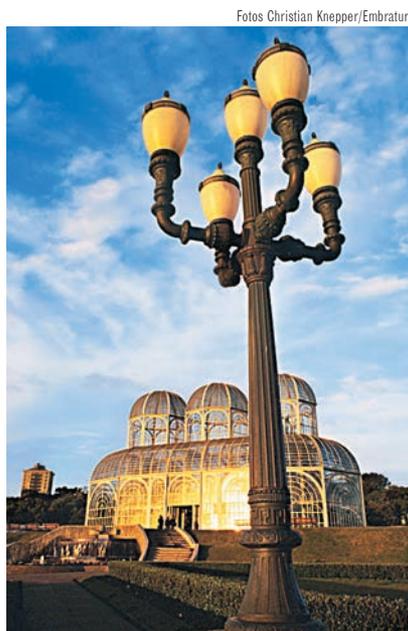
ques internacionais alcançou 10,5% e os turistas estrangeiros deixaram 3,861 bilhões de dólares em terras brasileiras – 19,8% mais que em 2004. Foi o melhor ano da história do turismo no país. Os 52 setores da economia ligados a essa área movimentaram 38 bilhões de dólares. Estimativas do Ministério do Trabalho e Emprego calculam que foram criados 250 mil empregos – 19% mais do que o registrado no ano anterior. No planeta, o setor movimenta 3,5 trilhões de dólares e é responsável pelo emprego de cerca de 180 milhões de pessoas.

No ano passado, turistas estrangeiros deixaram quase 4 bilhões de dólares no Brasil

Uma máquina de produção de riqueza econômica e cultural que ainda não estava sendo bem explorada.

É evidente que nada disso aconteceu por acaso. Houve muito movimento nessas águas nos últimos tempos. E as ondas começam a bater na praia. De acordo com o *International Congress and Convention Association* (Icca), rede internacional de serviços que presta assessoria aos organizadores de congressos, convenções e todo tipo de reunião de trabalho ou lazer promovido por empresas, o Brasil atraiu 147 eventos em 2005 – ocupa a 14ª posição no *ranking* global. As pessoas desembarcam no país para um congresso médico ou para uma feira têxtil e acabam esticando a estada. Por que essa gente está marcando seus encontros em nossas terras? Porque o Brasil era pouco conhecido, mas recentemente passou a se mostrar como nunca – e tem muito a apresentar. Só a Copa do Mundo de Futebol deste ano, na Alemanha (leia reportagem na pág. 44), é uma oportunidade magnífica – e os promotores da Marca Brasil, espécie de selo de identificação do produto nacional, estão aproveitando a chance para obter o máximo de exposição. A Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), serviço social autônomo ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, lançou a campanha *We Do It Different* (Nós Fazemos Diferente), para atrair a curiosidade de investidores. E empresários montaram uma estrutura espetacular, com telões exibindo grandes jogadas de atletas brasileiros, na *International Tourism Exchange*, feira de turismo que ocorreu em Berlim em março. Cerca de 160 mil pessoas deram pelo menos uma paradinha diante do estande.

Atividades A Alemanha é apenas um caso. No ano passado, a Embratur promoveu 28 eventos fora do país. Nos três últimos anos, seus técnicos visitaram, estudaram e prepararam 400 pontos turísticos pouco explorados no Brasil para que pudessem acolher visitantes sem maiores embaraços. Estima-se que essa braçada tenha rendido



A capital paranaense se tornou atração por sua excelente qualidade de vida

cerca de 46 milhões de dólares. Europeus, americanos, australianos, árabes, chineses, japoneses, ou seja, gente de todo o mundo está descobrindo que o Brasil tem muito mais do que a Cidade Maravilhosa. Que há Carnaval também em Manaus, em Salvador, em Pernambuco. E que Brasil não é sinônimo apenas de praia e caipirinha. Tem montanhas, vinhos, um sem-número de boas coisas a apreciar. As belezas naturais e históricas de Minas Gerais, entre outras. Foi em Belo Horizonte, a capital mineira, que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) promoveu seu seminário so-

bre Desenvolvimento Turístico nas Américas, também em março, uma oportunidade para a apresentação de projetos financiados pelo banco nas regiões Nordeste e Sul do país.

A observação de algumas notícias dos últimos 30 ou 40 dias permite que se vislumbre a espuma que está se formando nas águas em que os brasileiros resolveram mergulhar. O governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, foi a Lisboa, capital portuguesa, participar de uma conferência sobre investimentos imobiliários. Lá, encontrou-se com os secretários de Turismo da Bahia e do Rio de Janeiro. Todos tinham o mesmo objetivo – atrair empreendedores, e o dinheiro deles – para suas terras. Goiás, Alagoas e Sergipe foram apresentados aos operadores de agências de viagens de Portugal e da Espanha. Na 26ª *Borsa Internazionale del Turismo* de Milão, outra feira tradicional do setor, constatou-se que, em um ano, 33 novas operadoras italianas passaram a incluir produtos, serviços e destinos brasileiros. A Embratur participou ainda do *Salon Mondial du Tourisme*, em Paris, na França, que contabilizou 100 mil visitantes. Maceió, a capital alagoana, foi sede do *Brazil National Tourism Mart*, que atraiu cerca de 300 agentes de viagem de mais de 30 países. A companhia aérea Varig, apesar de todos os problemas que vem enfrentando, participou, com a Embratur, da Feira de Cruzeiros Marítimos – a *Sea Trade* – em Miami. Montou um estande para divulgar o litoral brasileiro e sua infra-estrutura hoteleira. E pensar que até poucos anos atrás os navios de cruzeiro passavam direto pelos portos nacionais...

A meta do Ministério do Turismo para este ano é atrair 7 milhões de visitantes estrangeiros, criar 310 mil empregos e arrecadar 6,3 bilhões de dólares. Em 2007, se tudo correr bem, deverão ser 9 milhões de turistas. Atualmente há 710 vôos internacionais que pousam no país semanalmente. Entre janeiro e fevereiro foram autorizadas 86 novas frequências: 52 para a América do Sul, as demais para outros continentes. Para atingir os objetivos da indústria nacional

— cerca de 20% mais do que em 2004. Foi o melhor ano da história do setor

O turismo internacional entre 2001 e 2003

Os países que mais recebem turistas e a situação brasileira

(em milhões de viajantes)

	2000	2001	2002	2003
França	75,6	76,5	77,0	75,0
Espanha	47,9	49,5	52,3	52,5
Estados Unidos	50,0	45,5	41,9	40,4
Itália	41,2	39,1	39,8	39,6
China	31,2	33,2	36,8	33,0
Reino Unido	25,2	22,8	24,2	24,8
Áustria	18,0	18,2	18,6	19,1
México	20,6	19,8	19,7	18,7
Brasil	5,3	4,8	3,8	4,1

Fontes: OMT, DPF e Embratur

A receita obtida com a recepção de visitantes estrangeiros pelos países mais procurados e o desempenho do Brasil

(em bilhões de dólares)

	2000	2001	2002	2003
Estados Unidos	82,0	72,3	66,5	65,1
Espanha	31,5	32,9	33,6	41,7
França	30,8	30,0	32,3	36,6
Itália	27,5	25,8	26,9	31,3
Alemanha	18,5	17,2	19,2	23,0
Reino Unido	19,5	16,3	17,6	19,4
China	16,2	17,8	20,4	17,4
Brasil	4,2	3,7	3,1	3,4

Fontes: OMT, DPF e Embratur

As cidades brasileiras mais procuradas por estrangeiros

(em % do total de turistas que passeiam no país)

	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (RJ)	34,1	28,8	38,6	36,9
São Paulo (SP)	19,7	17,0	20,8	18,5
Salvador (BA)	13,5	11,1	12,8	15,8
Fortaleza (CE)	5,4	5,6	7,2	8,5
Recife (PE)	5,8	7,3	8,2	7,5
Foz do Iguaçu (PR)	12,9	11,5	9,3	7,4
Búzios (RJ)	4,0	3,9	3,5	6,0
Porto Alegre (RS)	5,9	7,1	7,9	5,9
Florianópolis (SC)	18,7	15,8	6,4	5,3
Belo Horizonte (MG)	6,6	4,9	3,7	5,1
Camboriú (SC)	6,6	4,9	4,9	3,4

Fonte: Embratur

de turismo, que parece ter despertado para o filão que vinha desdenhando, os aeroportos terão de dar conta de 900 vôos semanais. Para que se tenha noção do volume de pousos e decolagens, só a Tap, principal companhia aérea portuguesa, passou a manter, desde julho do ano passado, 40 vôos semanais para o Brasil.

Administração Existem razões de ordem estratégica para esse avanço. Em 2003 o turismo foi desatrelado dos esportes na cadeia administrativa do Planalto. A independência do Ministério do Turismo (MTur) resultou em maior atenção ao setor. Políticos, técnicos e administradores arregaçaram as mangas. Foi elaborado o Plano Nacional do Turismo, destinado a orientar o governo, a cadeia produtiva e a sociedade. Um de seus filhotes é o Movimento Brasil de Turismo e Cultura, uma associação entre ONGs, governos e entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que estimula o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização da diversidade cultural. Atua, hoje, em 11 cidades, entre elas Diamantina, em Minas Gerais, Penedo, em Alagoas, e Aracati, no Ceará.

Outra cria do plano é a Caravana Brasil, que leva profissionais de turismo a locais pouco conhecidos. Para não alongar demais esse passeio, anotemos apenas que a caravana passou por Belém, Santarém e pela vila Alter do Chão, às margens do rio Tapajós, no Pará. O leitor já ouviu falar de Alter do Chão? Pois está na hora de conhecer esse recanto. Chega-se lá de barco pelo rio, que, de tão largo, não mostra suas margens aos navegantes. O viajante sai de Santarém e faz uma imersão na Amazônia. Ao chegar à vila, antiga aldeia dos índios Borariis, tem outro prazer à disposição: ouvir lendas e mitos contados pelos moradores em toda esquina, pousada ou restaurante. Estrangeiros já andam comprando pacotes para passar uma temporada por lá. A Embratur transferiu parte de suas atribuições para o MTur, tais como cuidar do parque hoteleiro e fiscalizar agências de viagem, e

A meta do Ministério do Turismo é atrair 7 milhões de turistas estrangeiros e criar 310

passou a se dedicar à divulgação do Brasil no exterior. Elaborou-se um projeto de *marketing* internacional, denominado Plano Aquarela, que prospecta os interesses de possíveis clientes e disponibiliza informações que atendam a suas necessidades. Assim, o site Brasil Network – um endereço na Internet disponível em sete idiomas – teve seu conteúdo ampliado.

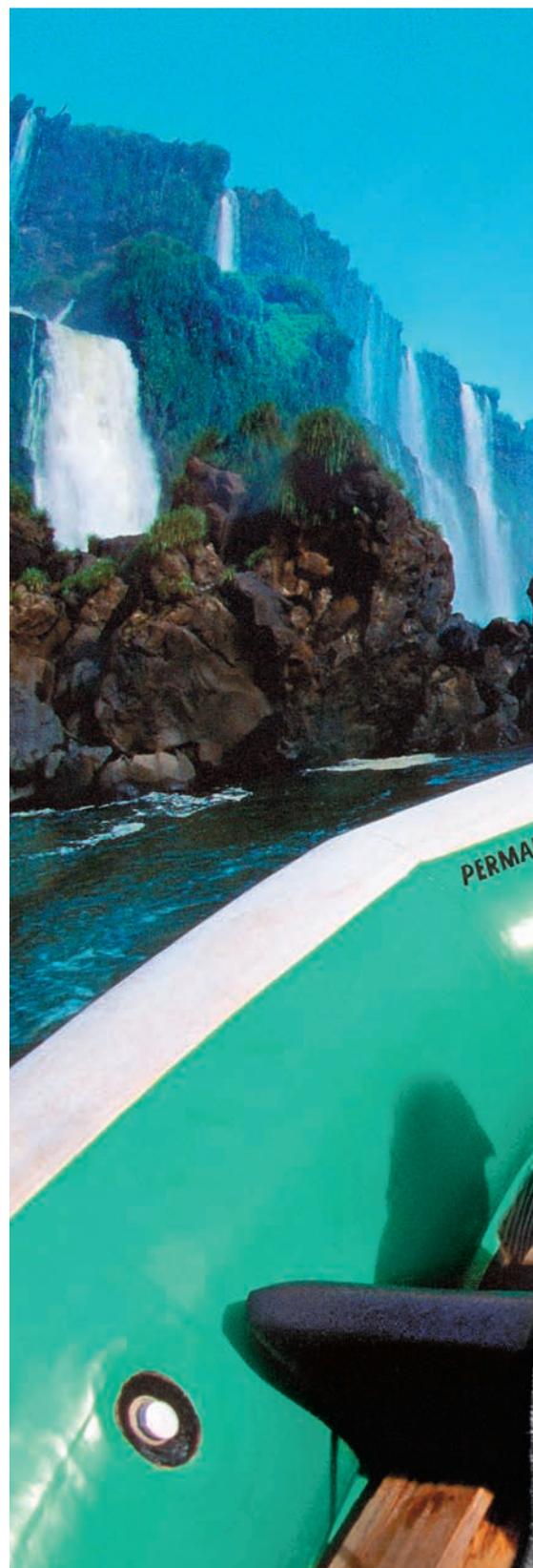
As iniciativas não ficaram só no âmbito de atrair os viajantes de fora. Como o anuário *Estudo da Demanda Turística Internacional*, de 2003, mostrou que a renda média mensal do viajante brasileiro é de 4,9 mil reais e que seu gasto atinge pouco menos de 100 dólares por dia, foi criado o programa Vai Brasil, com pacotes a preços acessíveis em épocas de baixa temporada. A intenção é popularizar as viagens de turismo entre a gente da terra.

A criação do MTur surgiu de um clamor da iniciativa privada, que em 1999 organizou o 1º Congresso Brasileiro da Atividade Turística. Durante o evento foi redigida a Carta de Goiás, uma “Agenda Única do Turismo Nacional”. Nela foram apontados mais de 80 problemas que tiravam o sono de todo o segmento, entre eles financiamento, legislação, competitividade, transporte e infra-estrutura. Junto vinham as respectivas propostas para solucioná-los. Duas providências foram consideradas de fundamental importância: a implantação de um ministério específico para o setor e a sanção da Lei Geral do Turismo. Quase sete anos depois, muita coisa já foi feita. A primeira reivindicação foi atendida, mas a segunda nem sequer chegou ao Congresso. O texto ainda está parado na Casa Civil à espera da aprovação para permitir que se transforme em projeto de lei.

Essa é apenas uma das reclamações expostas pelos empresários do setor. As mais graves são as que questionam os resultados. “Queremos saber onde estão esses empregos. Qual foi o segmento que teve um aumento tão expressivo”, indaga Moacyr Roberto Tesch Auersvald, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade. Nelson de Abreu

Pinto, que preside a Confederação Nacional de Turismo, a Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo e o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo, assevera que os meses de dezembro, janeiro e fevereiro foram os três piores das últimas duas décadas. “Conheço muitos casos de gente que teve de fechar seu negócio”, diz, e pede a implantação de mais uma organização – a Confederação Nacional do Turismo, que foi criada há sete anos, mas permanece na gaveta. Outros protestos vêm de Michel Tuma Ness, presidente da Federação Nacional do Turismo, entidade patronal que reúne 24 sindicatos estaduais e 15 mil agências de viagem: “Precisamos divulgar mais o Brasil internamente e criar mais atrações nos estados. O governo federal deve continuar investindo na construção e ampliação de aeroportos e rodovias, na formação de mão-de-obra especializada e principalmente na promoção do Brasil no exterior”.

Queixas João dos Santos Filho, professor da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, doutorando em Turismo pela Universidade de São Paulo, mestre em Filosofia e História da Educação e fundador da Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo de São Paulo, diz que falta integração entre o turismo e outros setores da economia e da vida pública. “As iniciativas deveriam considerar as demandas das comunidades locais e as limitações do meio ambiente”, afirma. E cita o projeto de construção de 96 hotéis e 18 campos de golfe numa faixa de 200 quilômetros do litoral do Rio Grande do Norte, o chamado pólo Costa das Dunas. O empreendimento está sendo levado adiante, entre outras razões, porque as terras potiguares são relativamente próximas da Europa e dos Estados Unidos, e isso tem elevado o fluxo de estrangeiros para o estado. Entre 2001 e 2004 a alta foi de 126%. Mas a mudança, benéfica para a economia, segundo o professor, pode colocar em risco o equilíbrio social e ecológico da região – ameaça que, sem dúvida, deve ser levada em consideração.



O turismo de aventura é um dos grandes filões a

mil empregos neste ano. Em 2007, se tudo correr bem, serão 9 milhões de turistas

Christian Knepper/Embratur



serem explorados no país, pois, apesar dos avanços, ainda cresce a um ritmo inferior ao da média mundial

Apesar do esforço, o Brasil ocupa o 110.º lugar na lista de 174 países com expectativa

Fotos Christian Knepper/Embraur



Novos empreendimentos ajudaram a atingir o recorde da criação de 250 mil empregos em 2005

Há ainda os que lembram que as agências governamentais não estão dando atenção bastante ao ecoturismo, ou turismo de aventura, tão em voga. Pelos dados da Organização Mundial do Turismo (WTO, da sigla em inglês), esse segmento vem crescendo à taxa de 7,5% ao ano no país – a metade da média mundial. Existem 2.039 organizações ligadas ao turismo de aventura no Brasil, entre elas 628 agências e operadoras, 244 hospedagens, 225 lojas de equipamentos e 198 escolas de treinamento. Muito pouco diante do manancial de adrenalina que as cavernas, as falésias e os parques do país têm a oferecer. “As informações que chegam ao exterior ainda são precárias”, diz a pesquisadora Márcia da Mota Daros, doutoranda em *Economics and Policy Studies on Technical Change* (algo como “Estudos político-econômicos em torno de mudanças técnicas”) na Universidade da Organização das Nações Unidas e mestre em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Campinas (Unicamp).

Outro desafio a ser enfrentado é a qualificação de mão-de-obra. “Os investimentos nessa área ainda são incomparáveis com o que é dispendido na infra-estrutura e na construção de novos empreendimentos”, observa Luiz Felipe Carneiro da Cruz, presidente do Instituto de Hospitalidade, organização não-governamental voltada para o aprimoramento do turismo, primeira no mundo a certificar profissionais da área. Desde 2001 a entidade avaliou 27 mil profissionais e 1,9 mil empresas. Emitiu 14 mil certificações em 20 estados da federação. “Os cursos de capacitação pecam pela falta de objetividade. São distantes da realidade, do dia-a-dia da profissão”, diz Carneiro da Cruz. “As certificações ajudam a resolver esse problema.”

Números Dados internacionais também têm incomodado quem trabalha para melhorar o desempenho brasileiro. O Brasil ocupa o 110º lugar na lista de 174 países com expectativa de crescimento no setor, elaborada pelo Conselho Mundial de Via-

Por que os estrangeiros vêm ao Brasil (2003)

(em %)

Lazer	53,9
Negócios / congressos	26,0
Familiares / amigos	17,1
Educação	1,1
Outros	0,9
Saúde	0,5
Religião	0,5

Do que os turistas mais reclamam (2003) (em %)

Sinalização turística	10,3
Limpeza pública	10,1
Segurança pública	9,3
Comunicações	8,6
Transporte urbano	7,9
Táxi	5,0
Diversões noturnas	3,4

Fonte: Embratur

gem e Turismo (WTTC, da sigla em inglês). Segundo pesquisa elaborada pela empresa de consultoria Accenture e pela Universidade de Oxford, o turismo no Brasil crescerá, em média, 4,3% ao ano até 2016. E a participação brasileira no mercado

mundial, que era de 1,2% no final da década de 80, deve chegar a 1% nos próximos anos. Não é, convenhamos, uma queda livre, mas mostra que o Brasil, apesar de estar avançando muito, ainda não consegue acompanhar o ritmo da indústria turística mundial.

Estatísticas são problemáticas. Frequentemente são defasadas (leia quadros com os mais recentes dados na pág.27). Tornam-se especialmente desconfortáveis quando são usadas para comparar economias e realidades muito diversas. Mesmo assim, pode-se extrair boas lições. Muito se fala sobre questões como a falta de segurança e a exploração do turismo sexual – fatores que denigrem a imagem do Brasil no exterior e espantam quem procura um lugar para relaxar e esquecer a vida corrida das grandes cidades. Os problemas existem, de fato, mas não parecem afetar tanto os viajantes. O item “segurança” é o terceiro da lista de reclamações dos turistas (leia tabela ao lado). “Só a mídia acha o problema da segurança dos turistas uma questão muito séria. Sabe-se que o turista estrangeiro no país tem mais segurança do que em cidades como Madri ou Londres”, alfineta Roberto Dutra, presidente da Associação Brasileira de Turismo Receptivo Internacional. A declaração vem de um carioca que nunca foi assaltado no Rio de Janeiro, mas já foi em Nova York e em Roma, na Via Veneto. “No ano passado, o secretário de Turismo do Rio foi assaltado no metrô de Paris”, lembra, reforçando a idéia de que todos estão sujeitos ao problema nas grandes cidades, independentemente do destino escolhido. A chance de sofrer violência no Rio se torna ainda mais remota para os turistas que compram pacotes fechados, com guias e traslados exclusivos. Alardear crimes contra estrangeiros acaba manchando a imagem do país lá fora, retraindo ainda mais os turistas em potencial, dizem especialistas do setor. Idéia semelhante vale para o turismo sexual infanto-juvenil. A estimativa é que 1% dos turistas venham para o Brasil com tal finalidade. Para afastar esses visitantes indesejados, o governo tem

O IBGE calculará, até o final do ano, o peso real do turismo na economia

Foto: Christian Knepper/Embraer



Apesar de preocupante, a violência nas grandes cidades aparece só em terceiro lugar na lista de reclamações dos viajantes

promovido diversas ações repressivas. Vira-mexe vôos charter destinados ao Nordeste brasileiro deixam de decolar ainda na origem, como no caso de um avião lotado de italianos rumo ao Ceará no ano passado.

Enquanto muitos aspectos geram polêmicas, algumas iniciativas estão sendo tomadas para dimensionar exatamente o impacto do turismo no país. Uma delas é um convênio do ministério com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que prevê a implantação de um sistema de informações sobre o mercado de trabalho no turismo. “Assim poderemos avaliar os impactos socioeconômicos dessa atividade no Brasil”, diz Roberto Arico Zamboni, pesquisador responsável pelo projeto no Ipea. E o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentará, até o final do ano, os resultados de suas contas sobre o peso real do setor turístico na economia. Outro trabalho do Ipea mediu alterações no turismo com base em indicadores econômicos. Se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro se elevasse 1%, por exemplo, teríamos o incremento de 5,6% na receita com a recepção de turistas estrangeiros. O estudo, chamado “Uma aplicação do modelo de dados em painéis na identificação dos principais determinantes do turismo internacional”, foi es-

critado por Marcio José Vargas da Cruz, Cássio Frederico C. Rolim e Guilherme Vampyré Homisy. O IDH é um indicador calculado pela ponderação da renda per capita, da expectativa de vida e do índice de analfabetismo. Apesar de nenhum turista se perguntar qual a expectativa média de vida dos habitantes da cidade que ele vai visitar, uma melhora no IDH reflete avanços na saúde, na educação e na economia, fatores que ajudam a construir uma imagem melhor do país lá fora.

Até agora, falamos apenas sobre como o turismo é benéfico para gerar negócios, receita e, portanto, movimentar a economia. Mas não se pode esquecer sua importância sob outros pontos de vista. As pessoas precisam descansar, recarregar as baterias para voltar à labuta. Também precisam conhecer terras, línguas e costumes diferentes dos seus. Além disso, quando um país experimenta grande movimento de turistas, seu povo ganha de diversas formas. Mesmo que não saia de casa, entra em contato com universos diferentes. Turismo, portanto, é cultura. Para quem viaja e para quem recebe.

Esta reportagem começou afirmando ser uma incógnita o fato de o Brasil, com tantos atrativos, não ter se tornado ainda uma potência mundial no ramo turístico.

Depois do balanço feito nas últimas páginas, vale a pena rever a afirmação. Não há incógnita alguma. O país não cresceu no turismo como em outros setores porque se acomodou, encolheu, se fechou como uma ostra. A atitude até que não causava muitos problemas no passado, quando grande parte dos países vivia protegida atrás de muralhas (físicas, legais ou de outra espécie). Na atualidade, quem se isola perde muito. É preciso trocar. Experiências, conhecimentos, mercadorias. É esse fluxo que vem sendo feito. Custa um pouco a dar resultados, mas eles acabam aparecendo. Já se pode senti-los nas praias de Santa Catarina, nas pousadas paraenses, na Serra Gaúcha, nos salões dos aeroportos. Números mais precisos sobre esse movimento estarão disponíveis em breve. E tomara que eles confirmem o sucesso! 

Saiba mais:



Ministério do Turismo
www.turismo.gov.br

Brasil Network
www.braziltour.com/brasilnetwork

Organização Mundial do Turismo (WTO)
www.world-tourism.org

O turismo e as inovações tecnológicas



Divulgação

“Os quatro maiores Global Distribution Systems (GDS), Sabre, Amadeus, Galileo e Worldspan, detêm cerca de 90% das informações globais sobre passagens, locadoras de carros, hotéis, cruzeiros etc. O Brasil precisa divulgar melhor seus produtos turísticos na Internet e nos GDS”

A indústria do turismo é intensiva em informação. Assim sendo, o acesso a um sistema de informações confiável e preciso é essencial para auxiliar os viajantes a escolher os melhores produtos, bem como para a eficiente operação do mercado turístico. Ademais, um método eficaz de comunicação é indispensável em cada etapa da comercialização.

São várias as tecnologias da informação (TI) utilizadas no mercado turístico. Aqui serão abordadas apenas duas: a Internet e os *Global Distribution Systems* (GDS), imensos sistemas que concentram boa parte das referências desse mercado.

Os quatro maiores GDS (Sabre, Amadeus, Galileo e Worldspan) detêm cerca de 90% das informações globais sobre passagens, locadoras de carros, hotéis, cruzeiros etc. Os GDS são responsáveis por disponibilizar dados dos fornecedores de produtos e serviços turísticos tanto para outros fornecedores (agências de viagem) como para o consumidor final (de lazer ou de negócios). Essas informações, apresentadas por meio eletrônico, por exemplo, permitem a uma agência organizar seus produtos, torná-los acessíveis à venda, reduzir custos, aumentar o número de transações, simplificar e acelerar processos.

Além dos GDS, a Internet – ao permitir que os consumidores finais, sem necessidade de intermediação, façam suas reservas e emitam bilhetes – impôs nova forma de entrega dos produtos, reduziu os custos de distribuição e mudou a configuração do mercado. Mesmo que de modo diferenciado, todas as funções (notadamente marketing, vendas e distribuição) e atores da cadeia de turismo têm sido afetados pelas inovações.

A Internet facilitou o surgimento de companhias aéreas *low-cost/low-fare*, que trabalham com tarifas mais baratas, e das agências de viagem que operam exclusivamente pela rede. Ao mesmo tempo exigiu uma redefinição das novas estratégias a serem adotadas pelos tradicionais atores da indústria.

Se antes da Internet os processos eram controlados pelos fornecedores de produtos e serviços (agências, companhias aéreas, hotéis, operadoras de turismo, locadoras de veículos etc.), com essa e

outras soluções tecnológicas o consumidor final adquiriu papel primordial na escolha e no controle dos produtos, dos processos de reserva e de compra. As soluções tecnológicas, aliadas ao maior controle dos consumidores, implicaram a adoção de estratégias inovadoras pelo mercado: criação de novos conceitos de serviços, novos modos de distribuição e entrega dos produtos turísticos, novas parcerias Business2Business em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produtos e processos, investimentos em TI e novas exigências de capacitação de recursos humanos (RH).

As mudanças no ambiente microeconômico, aliadas ao novo cenário mundial (caracterizado por desregulamentação, redução das comissões e não-intermediação), representam grandes desafios para o maior desenvolvimento do turismo brasileiro. Nesse contexto, duas medidas merecem atenção:

- O mercado turístico, considerado pouco inovador no país, precisa de estratégias ofensivas para tornar-se mais competitivo e dinâmico com investimentos em TI; cooperação empresarial; novas estratégias de vendas, marketing e capacitação.
- No âmbito dos governos (municipal, estadual e federal), caberia melhor conhecimento da cadeia de valor e da dinâmica desse mercado pelos administradores públicos; implementação de políticas para melhorar a infra-estrutura interna, como a capacitação de pessoas; melhores estratégias de divulgação dos produtos turísticos brasileiros na internet e nos GDS; estratégias articuladas de marketing; e investimentos em TI para o turismo.

Márcia da Mota Darós é doutoranda em Turismo pela Merit/United Nations University, na Holanda, e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

MIAMI
↑ FREE
ZONE



Divulgação

Mão na roda

Por Lia Vasconcelos, de Brasília

Centro de distribuição de mercadorias brasileiras em Miami, nos Estados Unidos, abre as portas do mercado norte-americano para micro, pequenas e médias empresas. Ainda neste ano serão criados novos centros em Portugal, na Alemanha e na Polônia

A carioca Agaplastic, pequena fabricante de equipamentos médicos descartáveis, já exportava para diversos países da América Central e do Sul. Vender para os Estados Unidos sempre fez parte de seus planos. O problema eram os custos: ter um distribuidor norte-americano e alugar um galpão para armazenar sua produção sairia muito caro. A solução apareceu quando Cézár Reis, sócio-diretor da empresa, lia no jornal uma reportagem sobre o centro de distribuição (CD) que a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), estava planejando lançar em Miami, nos Estados Unidos. Inaugurado em maio do ano passado, o CD está instalado numa área de 76 mil metros quadrados do *Miami Free Zone*, uma zona alfandegada em que as empresas não precisam pagar imposto até que o produto seja nacionalizado. Lá, o CD ocupa uma área de 1.000 metros quadrados com espaço para armazenamento de mercadorias, além de salas de reunião para rodadas de negócios, showroom e escritórios. “O CD é a grande oportunidade para que os pequenos fabricantes não precisem depender de um distribuidor, que muitas vezes exige exclusividade na venda do produto”, avalia Reis. Além da

Agaplastic, 111 pequenas empresas brasileiras dos setores de móveis, equipamentos médico-odontológicos, cosméticos, instrumentos musicais e têxteis, entre outros, apostam no CD como porta de entrada para o tão almejado mercado norte-americano. E há lugar para mais que dobrar esse número.

As dificuldades que as pequenas empresas enfrentam na hora de exportar já são velhas conhecidas. “Temos problemas como deficiências em infra-estrutura, excesso de burocracia e alta carga tributária. Esses gargalos, entretanto, não chegam a ser um empecilho. Muitas vezes a principal dificuldade das micro, pequenas e médias empresas é saber para quem exportar, como distribuir e como promover seus produtos”, afirma Juan Quirós, presidente da Apex. Segundo Fernanda de Negri, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “a existência de canais de comercialização e de distribuição no exterior é tida como um dos elementos relevantes para o acesso a mercados externos. São poucas empresas brasileiras que possuem capacidade – recursos e escala de exportação – suficiente para criar os próprios centros de distribuição nos mercados externos”. É exatamente esse o papel que o CD da Apex de Miami, o primeiro de uma série, se propõe a cumprir.

Trampolim O objetivo é que esses espaços sejam usados por empresas exportadoras brasileiras como local de negociação e manutenção de estoques. A prioridade é dada a firmas de pequeno e médio porte que já exportam. Produtos perecíveis ou que exigem acondicionamento especial não fazem parte do CD, já que a estrutura de refrigeração encareceria o projeto. Só para ter uma idéia, o orçamento total da Apex para este ano é 190 milhões de reais, dos quais cerca de 6 milhões serão investidos na instalação e na manutenção dos CDs. Para este ano está prevista a inauguração de mais três centros: o de Portugal, o da Alemanha e o da Polônia. Além disso, deve voltar a funcionar o CD de Dubai, nos

Emirados Árabes Unidos, que está passando por uma reformulação para que se torne multissetorial como os outros, já que no início, ainda como projeto piloto, o centro só distribuía móveis.

Pretende-se que os CDs sejam o primeiro passo para que empresas nacionais abram filiais no exterior. A expectativa é que, após uma permanência de 12 a 18 meses nesses locais, elas tenham seus planos de negócios e possam se estabelecer no mercado estrangeiro. “Os centros possibilitam que os produtos brasileiros sejam distribuídos com maior rapidez e a um custo mais baixo nos mercados escolhidos. No caso dos Estados Unidos, o CD favorece imensamente os exportadores porque os americanos, em sua maioria, trabalham com distribuidoras estabelecidas em seu território. É uma questão cultural”, diz Quirós. Segundo ele, o centro elimina o intermediário e coloca a empresa em contato direto com o importador, seja ele um supermercado ou uma rede de lojas.

Foi justamente essa característica que atraiu Reis, da Agaplastic, que emprega 35 funcionários. Seu carro-chefe é a produção do abaixador de língua Tic-Tong, cotidianamente usado por pediatras, otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos em consultas. O instrumento é colorido e tem sabor de frutas, o que aumenta a aceitação

Radiografia do Centro de Distribuição de Miami

- Área de **1.000 metros** quadrados
- Capacidade para **750 paletes**
- **112 empresas** instaladas
- Espaço para **300 empresas**
- **4 salas** de reunião
- **1 showroom**
- Segmentos em destaque: equipamentos médicos descartáveis, instrumentos musicais, confecções e têxteis, cosméticos e móveis

Além do espaço no centro de distribuição, a exportadora recebe orientação

por parte das crianças. “Nossa maior dificuldade era conseguir um grande distribuidor, porque, apesar de o produto ser barato, por ser descartável, o custo operacional acabava ficando muito alto. O centro agiliza o processo de entrega e atendimento. Isso sem falar na credibilidade que a Apex confere”, diz Reis. Em sua avaliação, o mercado norte-americano para os abaixadores de língua gira em torno de 100 milhões de consumidores finais – médicos, clínicas e hospitais. A expectativa é que a Agaplastic venda cerca de 200 mil dólares até o final do ano só nos Estados Unidos. “O comprador tem mais confiança ao ver que a empresa já está instalada no seu país, com toda a documentação exigida e regida sob a mesma legislação”, acredita Quirós.

Estrutura Instalado dentro do *Miami Free Zone*, área que abriga 60 depósitos, o centro coloca à disposição das empresas três salas de reunião equipadas com computa-

dores, telefones e um showroom. “Por um galpão pequeno e não muito bem localizado em Miami, gasta-se mensalmente, entre aluguel e manutenção, cerca de 5 mil dólares, o que inviabiliza o negócio para muitas companhias”, diz Silvia Breda Pierson, gerente operacional do CD da Apex na cidade. Em sua opinião, o grande atrativo do centro é que a Apex transforma informações em oportunidades de negócios. Por 800 dólares mensais, as empresas instaladas no centro têm não só acesso ao espaço mas também à consultoria. Cabe à Apex, se solicitada, depurar as estatísticas e as informações disponíveis sobre determinado mercado para transformá-las num roteiro na hora da conclusão do negócio. Os estudos da Agência trazem, por exemplo, dados sobre hábitos de compra, sobre o perfil do consumidor e dos canais de distribuição. “Cruzamos as informações e colocamos à disposição da empresa análises sobre o potencial dos



Atualmente, o Centro de Distribuição abriga mercadorias

Eles também ajudam a exportar

Empresas dispostas a alavancar suas vendas externas têm, como se vê, a possibilidade de fazer parte do Centro de Distribuição da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). Têm mais alternativas a seu alcance. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, conta com uma linha de financiamento voltada exclusivamente a empresas cujo faturamento anual varie de 1,2 milhão a 60 milhões de reais. É a linha Pré-Embarque Empresa-Âncora, criada em 2004. A idéia é atacar as dificuldades das pequenas e médias exportadoras na origem: logística, certificação, despacho e promoção comercial, entre outras.

O sistema funciona da seguinte maneira. Uma empresa-âncora, geralmente, é uma grande companhia com tradição em exportar, que compra a produção de firmas menores e cuida da venda no exterior. “Um dos critérios que usamos para a concessão de crédito é a inserção dessa companhia numa cadeia de produção polvilhada de micro e pequenas empresas”, explica Leonardo Pereira, gerente do departamento de comércio exterior do BNDES. Assim, a empresa-âncora se encarrega da negociação com clientes, da consolidação do mix de pedidos dos importadores, da avaliação de risco, da viabilização do prazo

de pagamento e de logística de distribuição e gestão operacional. Nos últimos doze meses 440 micro e pequenas empresas obtiveram financiamentos no valor de 30 milhões de dólares. O resultado foi dez vezes maior do que o dinheiro desembolsado. Foram 300 milhões de dólares em exportações.

O Banco do Brasil (BB) também tem um programa especial para impulsionar as vendas de micro e pequenas empresas no exterior — é o Balcão de Comércio Exterior, uma vitrine virtual que funciona como uma bolsa de negócios no endereço <http://trade.bb.com.br>. O site divulga produtos, serve de canal de comunicação entre exportador e importador e facilita a emissão dos documentos necessários à exportação. Também coloca à disposição das importadoras três transportadoras internacionais. O serviço, gratuito, pode ser utilizado por empresas e pessoas físicas para vendas de até 20 mil dólares. “Já temos 5,7 mil exportadoras e 1,7 mil importadoras cadastradas. São 40 segmentos disponíveis, mas os setores de confecções, artesanato e cachaça se destacam”, afirma Rogério Fernando Lot, gerente executivo da diretoria de comércio exterior do BB. Cerca de 70% dos clientes do Balcão são micro e pequenas empresas que não possuem home-page própria.

sobre hábitos de compra e o perfil do consumidor e dos canais de distribuição



Fotos divulgação

de 112 empresas brasileiras, entre elas as estantes da paraense Vamol, que exporta 8% da sua produção

mercados. Esse tipo de conhecimento é vital para o sucesso de quem quer exportar”, afirma Quirós. Para ele, esse esforço resulta em maior objetividade nas ações de promoção, aumento das possibilidades de sucesso e agilidade na tomada de decisões estratégicas.

A Vamol, fabricante de racks e estantes instalada na cidade de Araçatuba, no Paraná, também espera se beneficiar das facilidades que o CD de Miami oferece. Hoje, 8% de sua produção é voltada à exportação. “A meta é que, em 2007, cerca de 30% do que fabricamos seja vendido fora do Brasil”, revela João José Faro, gerente de comércio exterior da Vamol. É o baixo custo do centro que permite sua presença nos Estados Unidos. “Se não fosse a Apex, não estaríamos em Miami”, afirma. A Vamol usa o showroom. Ainda não embarcou seus produtos. “Estamos fazendo os últimos ajustes. O plano é usar nosso tempo no CD para avaliar a viabilidade de abrir uma filial nos Estados Unidos”, conta

Faro. “O CD é um grande facilitador na logística, pois permite que a empresa mantenha um estoque de segurança, o que dá a ela vantagem no jogo comercial”, diz Mônica Romero, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A carioca Kanitz, fabricante de cosméticos, também tem a expectativa de aumentar suas exportações com o apoio do centro de distribuição. “Hoje, as exportações representam 5% do nosso faturamento. Queremos aumentar esse valor para 10% até o final deste ano”, afirma Guilherme Aguiar, sócio da Kanitz. Segundo ele, seus produtos da empresa já estão sendo vendidos numa rede de farmácias e supermercados. “É uma ilusão pensar que as empresas brasileiras podem vender seus produtos diretamente para as redes de varejo dos Estados Unidos. Pouquíssimos compradores aceitam lidar com o processo de importação e a maioria exige reposição imediata dos produtos”, explica Aguiar.

Uma das grandes vantagens do Centro,

em sua opinião, é a localização: além de ficar perto do aeroporto da cidade, a proximidade da Flórida com as ilhas caribenhas é mais uma oportunidade de negócios, apesar de a Apex não se responsabilizar pela distribuição fora dos Estados Unidos. Segundo Quirós, as cidades para instalação dos CDs são escolhidas de acordo com sua estrutura de logística de distribuição, ou seja, com a facilidade de chegada dos produtos do Brasil e de saída para outras regiões. No caso de Miami, a distribuição é apenas para o mercado norte-americano. O CD da Alemanha terá uma logística que atenda a Europa. O alvo do centro que será instalado em Portugal é a Península Ibérica, e a Polônia foi escolhida por ser uma importante porta de entrada para o Leste Europeu. Cidades localizadas em zonas costeiras têm preferência. Nelas, as mercadorias que chegam aos portos são rapidamente distribuídas.

Para o presidente da Apex, as exportações têm grande impacto social, pois, além de contribuir para o crescimento da economia e, portanto, para a geração de emprego e renda, a venda ao exterior traz, outros benefícios. “O mercado internacional demanda qualidade, tecnologia e design diferenciado e, para atender às exigências, as empresas e as entidades setoriais são levadas a melhorar a qualificação profissional de seus empregados”. Segundo ele, essa é uma das razões pelas quais os centros de distribuição ocupam lugar de destaque na estratégia da Apex. A intenção é incrementar ainda mais a pauta de exportação do país – entre 2003 e 2005 foram incluídos 1.063 novos produtos – e aumentar as vendas brasileiras para o exterior. Só em 2004, cerca de 7 mil empresas nacionais exportaram para os Estados Unidos. Especificamente para a Flórida, o país vendeu 4,46 bilhões de dólares, 19,11% mais do que no ano anterior. **d**



Saiba mais:

APEX
www.apexbrasil.com.br

SAÚDE

Por Lia Vasconcelos, de Brasília



Demora no atendimento dos hospitais públicos é 59% maior do que nos privados conveniados ao SUS



Tempo real

Dois estudos elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada procuram medir o tamanho das filas enfrentadas pelos pacientes do Sistema Único de Saúde. O resultado é preocupante: em média, as pessoas ficam 4,5 dias à espera de uma internação. Especialistas acreditam que a solução passa necessariamente por um choque de gestão

Quarta-feira, dia 22 de março. Hospital Regional do Gama (HRG), um dos maiores do Distrito Federal (DF). Às 16 horas, uma centena de pessoas espera para ser atendida. Os pacientes que chegaram entre 9 e 10 da manhã começam a ser chamados para consultas ou retornos. Irani da Silva, de 43 anos, chegou às 13 horas. Para ela, que está no hospital por causa de um problema na garganta, as perspectivas não são nada animadoras. A espera gira em torno de sete horas. Isso porque é um dia em que o hospital está mais vazio do que o costume – o HRG, com capacidade para 600 leitos, recebe diariamente cerca de 1,5 mil moradores do Gama, cidade-satélite de Brasília, e do entorno. Irani da Silva, moradora de Luziânia, em Goiás, conta que sempre recorre ao HRG quando precisa, mas não está nada satisfeita. “O atendimento é péssimo. Uma vez cheguei aqui às 8 da manhã e só fui embora às 20 horas. Sempre tenho de esperar muito. Não tenho idéia da hora em que vou ser atendida hoje”, diz, com olhar cansado. Infelizmente, Irani da Silva não está sozinha. Esperar faz parte da rotina dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), criado com a Constituição de 1988. Muito mais do que dinheiro extra, os especialistas são unânimes em dizer que, no fundo, o SUS precisa é de um choque de gestão.

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos trabalhos que investigam as filas nos sistemas de saúde são comuns, no Brasil pesquisas como essas são raras. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foi pioneiro ao elaborar, em 2004, a pesquisa “Um estudo sobre as filas para internações e para transplantes no SUS”, com base nos dados de 2002. Uma das conclusões de Alexandre Marinho, autor do trabalho e pesquisador do Ipea, é que a probabilidade de um leito estar ocupado no SUS é de 39%.

Parturientes aguardam, em média, 15 horas para serem atendidas em hospitais

Quanto os países gastam com o sistema público de saúde (2001)

País	% PIB	Per Capita*	% Público	% Privado
EUA	13,9	4.887	44,4	55,6
Alemanha	10,8	2.820	74,9	25,1
Brasil	7,6	573	41,6	58,4
Reino Unido	7,6	1.989	82,2	17,8
Espanha	7,5	1.607	71,4	28,6

* Em dólares PPP
Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS), 2004

O que mostra que é preciso, mais do que aumento da rede, uma boa administração dos recursos existentes. Além disso, o tempo médio de espera na fila é 4,5 dias para qualquer tipo de internação – muito elevado para qualquer situação e praticamente fatal para uma emergência. “Descobrimos que o Sudeste apresenta uma situação de saturação de capacidade de atendimento bem pior do que as demais regiões, já que ele ‘importa’ problemas de outros lugares, sobretudo os que exigem intervenções mais complexas”, comenta Marinho. O estudo também constatou que “os hospitais públicos estão muito mais sobrecarregados do que os privados e os universitários conveniados aos SUS”. Estima-se que o tempo de espera nos hospitais públicos seja 59% maior do que nos privados e 46% maior do que nos universitários.

Sobrecarga Em seu segundo trabalho, “Um estudo multinível sobre as filas para internações relacionadas com a gravidez, o parto e o puerpério”, de 2006, Marinho, juntamente com Simone de Souza Cardoso, também pesquisadora do Ipea, analisou o conjunto de procedimentos relacionados à gravidez, ao parto e ao puerpério de acordo com os parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em linhas gerais, o levantamento, relativo a 1999 e 2002, aponta que a probabilidade de a paciente chegar ao hospital e não encontrar leito disponível é de 27%, em média, ou seja, a cada quatro mulheres que procuram um leito, uma não tem sucesso. Outra constatação do traba-

lho: se o número de leitos aumentar em 10%, o tempo de espera cairá 13,5%. Mas esses índices variam caso o município atenda pacientes de outras cidades e estados, os hospitais tenham enfermeiros formados em seu corpo clínico ou haja se houver muitos casos de gestação de risco.

Um exemplo dessas variações está no Distrito Federal. Lá, de acordo com a pesquisa, as gestantes e as mães com recém-nascidos enfrentam uma das maiores esperas do SUS para esse tipo de atendimento. O tempo entre o momento da internação e o atendimento médico é de aproximadamente três dias. Florianópolis e Salvador tiveram índices semelhantes (leia tabela na pág. 42). Já Campo e Grande e Goiânia apresentaram os menores tempos: cerca de oito horas. A média nacional ficou em torno de 15 horas de espera. “O DF tem um hospital que atende a alta complexidade e 11 que cuidam dos pacientes de média complexidade. Realmente as filas existem e o atendimento não é o ideal, mas temos algumas ações para tentar mudar esse quadro, como dar prioridade à área de ginecologia, obstetrícia e ao pré-natal mais especificamente”, diz José Ribamar Ribeiro Malheiros, diretor de promoção e assistência à saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Segundo Norimassa Yoshida, chefe da obstetrícia do Hospital Regional do Gama, a sobrecarga de trabalho no sistema de saúde local se agrava por um problema comum aos grandes centros: eles recebem muitos pacientes de localidades próximas. “O HRG é referência para muitas cidades de Goiás,

Minas Gerais e até da Bahia. No ano passado realizamos o maior número de partos, 8.459, e tivemos o índice mais baixo de mortalidade fetal”, afirma Yoshida.

Nas filas para internações em geral, nas de transplantes ou ainda naquelas relacionadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, há um denominador comum: a dificuldade de gerir um serviço que lida com todos os tipos de problemas de saúde. “As filas são mais visíveis nos sistemas que oferecem atendimento universal, caso do SUS. É necessária uma análise constante e atualizada para que a rede de serviços possa se estruturar de acordo com as necessidades diagnosticadas, mas os serviços brasileiros historicamente têm sido construídos de acordo com a oferta. Mudar essa lógica é difícil”, acredita Julio Manuel Suárez, consultor em sistemas e serviços de saúde da OMS/Organização Pan-Americana de



No alto, Irani da Silva, que depois de seis horas de espera não sabe quando será atendida, e acima a fila do pronto-socorro

públicos. Há cidades, como Florianópolis e Salvador, onde a demora chega a três dias

Fotos Anderson Schneider



Saúde (Opas). O problema, de acordo com Marinho, tem duas origens. “Uma é a falta de produção intelectual a respeito do tema e de indicadores. A outra é uma lacuna gerencial e administrativa para lidar com a questão. A espera é consequência da natureza do sistema. O problema não é a fila em si, mas a fila em excesso”, afirma. Para ele, a municipalização do SUS tem de ser repensada, uma vez que a descentralização pode criar problemas de gestão. Muitos municípios não têm recursos suficientes para investir e também há falta de coordenação e diálogo entre eles.

“O desafio não é acabar com a fila, mas fazer sua gestão, equilibrar a oferta e a demanda de forma socialmente justa. A fila tem de ser organizada não por ordem de chegada, mas por avaliação de risco. Pessoas cujo grau de risco é maior precisam ter prioridade. É simples falar, mas não fazer, porque essa mudança exige que o sistema tenha capacidade de regular a espera, e isso não é corriqueiro”, diz Pedro Ribeiro Barbosa, médico, professor e vice-diretor da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). É nesse sentido que o Ministério da Saúde (MS) tem agido. “Primeiramente, é necessário conhecer a demanda reprimida. Na prática, o enfrentamento da situação passa pela organização da gestão para captar e ordenar a demanda”, afirma José Gomes Temporão, secretário de atenção à saúde do MS.

Providências De acordo com o secretário, as Centrais de Regulação e os programas QualiSUS e Saúde da Família (PSF) são exemplos de iniciativas para diminuir a espera dos usuários do SUS. As centrais são uma porta de comunicação aberta entre os pacientes e o serviço público de saúde. Formada por atendentes, médicos e enfermeiros, a equipe técnica das centrais recebe, por telefone, fax ou rádio, pedidos de socorro da população. Cabe ao médico avaliar o risco da situação e, se for o caso, encaminhar o paciente a um hospital que tenha condições de prestar pronto-atendimento. Ribeirão Preto, cidade no interior

A atenção básica à saúde deveria resolver cerca de 70% dos casos. Mas ela

de São Paulo, é freqüentemente apontada como modelo de aplicação desse sistema. Lá, as filas diminuíram muito a partir de 1999, quando começou a funcionar uma central com um sistema informatizado que identifica o hospital mais próximo, com leito disponível e com os aparelhos tecnológicos adequados à necessidade e à gravidade do caso. No começo do projeto a central só tinha em seu sistema os dados do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), hoje já integra os três hospitais gerais da cidade, a maternidade e o hospital de saúde mental.

A instalação de Centrais de Regulação é, portanto, uma das medidas possíveis para controlar o fluxo de usuários que, se mal organizado, pode culminar nas longas filas de espera para consultas, exames e cirurgias tão comuns nos grandes centros urbanos brasileiros. “A central faz o ordenamento da fila, avalia a necessidade de cada caso e prioriza as demandas”, esclarece José Sebastião dos Santos, secretário de Saúde de Ribeirão Preto. Segundo ele, esse procedimento faz com que o hospital atenda somente os casos mais graves. “Tivemos queda de 50% no movimento”, diz. A porcentagem de ocupação de leitos no HC atingiu 113% em 1999. Havia pacientes mal acolhidos em macas e cadeiras de rodas nos corredores. Em 2001, a taxa de ocupação já tinha caído para 88,4% e, em 2003, a média ficou em 94,3%. Para alcançar esse resultado, Sebastião dos Santos conta que foi feita uma campanha intensa na cidade por meio de TV, rádio, jornal impresso, folhetos e cartazes, para explicar à população como deveria proceder com a implantação da central.

Desde janeiro deste ano funciona também na cidade outra central, que monitora o agendamento de consultas especializadas, exames de média e alta complexidades, assim como a disponibilidade de leitos. “A segunda fase do nosso projeto, prevista para este semestre, é estruturar o Complexo Regulador dos Serviços de Atenção e Vigilância em Saúde, que centrali-

Quantas horas as parturientes gastam nas filas...

...nos estados*

Distrito Federal	66,63
Amapá	38,72
Rio de Janeiro	20,35
São Paulo	15,31
Pernambuco	12,16
Bahia	8,11
Rio Grande do Sul	7,11
Paraná	6,64
Minas Gerais	5,96
Goiás	3,47

...e nas capitais*

Florianópolis	72,18
Salvador	72,12
Brasília	66,63
Recife	58,89
Rio Branco	47,82
Macapá	43,29
Rio de Janeiro	31,53
São Paulo	28,42
Porto Alegre	31,26
Campo Grande	8,17

* Dados de 2002 do conjunto de procedimentos relacionados gravidez, parto e puerpério, de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), da Organização Mundial da Saúde (OMS)
Fonte: Texto para discussão n.º 1151, do Ipea

zará as unidades de trabalho regulatórios, as quais compartilharão o mesmo espaço físico. O objetivo é otimizar e integrar as ações de regulação do sistema público para que o usuário tenha garantida a oferta da melhor assistência disponível para o seu caso”, afirma o secretário. Ele diz também que, sem aumentar o número de médicos e hospitais, as Centrais de Regulação permitiram que a cidade prestasse um serviço de mais qualidade aos cerca de 2 milhões de usuários dos hospitais públicos – 540 mil habitantes de Ribeirão Preto mais apro-

ximadamente 1,5 milhão de pessoas que moram no seu entorno.

Segundo Temporão, todos os estados já possuem algum tipo de ação reguladora – avaliação do risco do paciente. Entretanto, alguns estão mais adiantados do que outros. Além dos 26 estados e do Distrito Federal, há estruturas de regulação em 195 municípios com mais de 100 mil habitantes. A meta para o fim deste ano é expandir as ações das centrais.

Prioridades Para a implantação da Política Nacional de Regulação, estão previstos recursos da ordem de 50 milhões de reais neste ano – 36 milhões somente para mais centrais. Temporão dá mais um exemplo de como a regulação pode ter um impacto positivo na espera: “Uma ótima experiência aconteceu no DF, que, em quatro meses de atuação da central no controle do acesso às consultas em dermatologia, conseguiu eliminar uma demanda reprimida de 34 mil atendimentos”. Sérgio Piola, diretor adjunto da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea: “De acordo com o porte, todo município precisa ter uma central. É uma medida crucial saber para onde as pessoas devem ser encaminhadas antes de procurarem os hospitais”.

Outra iniciativa para encurtar o tamanho das filas e o tempo gasto é o QualiSUS, considerado uma das prioridades do Ministério da Saúde. Para melhorar o atendimento, sobretudo nos pronto-socorros, o QualiSUS prevê a triagem dos pacientes com classificação de risco. A prioridade é o atendimento por gravidade, e não por ordem de chegada. “Depois de ser recebido por uma equipe de acolhimento composta de psicólogas e assistentes sociais, o paciente vai para uma triagem em que seu risco é analisado. De lá, sai classificado como vermelho, amarelo, verde ou azul”, diz Catarina Araújo, coordenadora do QualiSUS no Hospital da Restauração, em Recife, o maior do estado de Pernambuco. Ela esclarece que o paciente classificado como vermelho é imediatamente atendido; o amarelo espera no máximo 15 mi-

é pouco eficaz e as pessoas estão acostumadas a buscar hospitais

Anderson Schneider



Norimassa Yoshida, chefe da obstetria do Hospital Regional do Gama: sobrecarga nos grandes centros

nutos pela consulta; o verde, 30 minutos; e o azul, até três horas. Para isso, a emergência do hospital foi reformulada. Tem entradas diversas para os diferentes pacientes. “O funcionamento do novo sistema foi explicado à população para evitar reclamações quando um paciente que acaba de chegar passa na frente de outros que estão esperando. Não tem mais fila na emergência nem paciente no corredor”, conta Araújo. O programa, que funciona desde 2003, está sendo implantado de forma gradual nos estados. “Ceará, Pará, Paraíba, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte foram os pioneiros. A meta é que 50% dos estados brasileiros implementem a política de humanização até dezembro deste ano”.

Outro fator gerador de fila é a má qualidade do atendimento básico, que deveria identificar uma possível doença quando ela

ainda está no começo ou mesmo quando nem se manifestou. “A atenção básica no Brasil é pouco eficaz. Ela teria de resolver de 75% a 80% dos casos. Assim, menos pessoas procurariam o hospital”, afirma o consultor Suaréz. O problema, como lembra Piola, do Ipea, é que muitas vezes o paciente vai até o posto de saúde e não tem médico para atender nem remédio para ser distribuído. A alternativa que resta é procurar um hospital. Mistura-se a isso um traço da cultura nacional que enxerga no hospital a única fonte de resolução de enfermidades, sejam elas graves ou simples, como o caso de Irani da Silva, que procurou o HRG para tratar de dor de garganta. “Para onde caminha a população? Direto para o hospital. Isso está errado. Ela devia ir para a rede básica, mas esta também fica a desejar e merece investimentos”, diz Carlos Edval Buchalla,

médico e gerente do Hospital São Paulo (Unifesp). Tentando reverter esse cenário, o MS está investindo neste ano 3,2 bilhões de reais no Programa Saúde da Família (PSF), criado em 1994. Hoje, de acordo com Ministério da Saúde, todos os municípios em todos os estados e no Distrito Federal possuem equipes do PSF. São, ao todo, 25,1 mil equipes compostas de médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem que contam com a ajuda de cerca de 211 mil agentes comunitários. “Cerca de 45% da população está coberta. Nosso objetivo neste ano é alcançar 26 mil equipes que atendam 104 milhões de brasileiros. Queremos reorientar o sistema de saúde a partir da atenção básica”, explica Temporão. “O grande desafio é colocar todas as partes dessa rede funcionando em sintonia. Isoladas, as unidades de atendimento básico, de média e alta complexidades não funcionam bem”, lembra Barbosa.

A tarefa é gigantesca, mas não impossível. Pesquisa realizada pelo MS em 2003, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass), revelou que as filas nas emergências dos hospitais, o longo tempo de espera para a realização de exames e cirurgias, e a incapacidade das unidades de saúde acolherem os pacientes; são queixas frequentes entre os usuários do SUS – cerca de 90% da população. O fato de as filas não serem exclusividade do sistema de saúde brasileiro não é, em momento nenhum, justificativa para a paralisia. Iniciativas como as Centrais de Regulação, o QualiSUS e o Programa Saúde da Família mostram que é possível reverter a realidade e a percepção dos brasileiros. **i**

Saiba mais:



Texto para Discussão “Um estudo sobre as filas para internações e para transplantes no Sistema Único de Saúde brasileiro”
www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1055.pdf

Texto para Discussão “Um estudo multinível sobre as filas para internações relacionadas com a gravidez, o parto e o puerpério no SUS”
www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1151.pdf

TECNOLOGIA



Bernd Dückel/WM

Na Copa do Mundo de Futebol, nos Jogos Pan-Americanos, nas academias, ruas, praias, clubes,



Diversão e arte

Por Eliana Simonetti, de São Paulo

a tecnologia dá contornos futurísticos à prática esportiva. Ela se torna mais bonita, fácil e eficiente

Em um mês, o Campeonato da Fifa ocupará 12 estádios com arquitetura primorosa, novos

Os que acompanham as novidades sobre o Campeonato Mundial de Futebol, a Copa do Mundo, que ocorre neste ano na Alemanha – e não tem sido fácil ficar longe dessas notícias –, já sabem: o evento tem a marca da tecnologia. Começa no dia 9 de junho, envolve times de 32 países que disputarão 63 partidas em 12 cidades e deverá atrair 3 milhões de estrangeiros ao país europeu. Nos campos, ruas e parques alemães estarão presentes os conhecimentos desenvolvidos por cientistas de todo o planeta, que farão a competição mais justa para os participantes, mais confortável e divertida para os espectadores e mais informativa para quem acompanha de longe – 350 milhões de pessoas, segundo estimativa da Federação Internacional de Futebol (Fifa).

Os avanços tecnológicos na área esportiva não se restringem ao futebol nem à Alemanha, eles ocorrem em diversas modalidades e locais, mas vamos começar fazendo um passeio pela sede da Copa do Mundo, alvo de todas as atenções. O país está se apresentando como aberto, receptivo e inovador, com o slogan “País das Ideias”. Um grande esforço foi feito para tornar a Alemanha uma Meca do futurismo. Para facilitar o transporte dos turistas, foram construídas novas linhas de trens e metrô e as antigas foram modernizadas. São velozes, têm cabines limpas e confortáveis, e as passagens têm descontos automáticos quanto mais são usadas – o que, espera-se, reduz o volume de automóveis nas ruas e, por consequência, a poluição e os congestionamentos. Os ingressos para os jogos funcionarão como passagens em trens e metrô.

As rodovias também foram reformadas. Uma viagem entre Berlim e Hamburgo, que levava duas horas, agora toma 90 minutos. Pedágios, ingressos para os jogos e passagens de trens e metrô utilizam um sistema de identificação por radiofrequência (na sigla em inglês, RFID). Trata-se de uma etiqueta eletrônica com um chip minúsculo dotado de memória e capaz de

efetuar transmissões de rádio dispensando o contato e permitindo a identificação imediata do portador sem perda de tempo. Um parêntese: no Brasil, mais de 20 empresas produzem etiquetas com tecnologia RFID. Elas serão usadas na organização, na logística e na segurança dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, no ano que vem (leia quadro da pág. 50).

Engenharia Estádios alemães estão em fase final de reforma, construção e equipagem para cumprir os requisitos de comodidade, segurança e tecnologia dos meios de comunicação. São espetaculares. Pela primeira vez numa Copa do Mundo, todos os assentos serão cobertos e parte da demanda por energia será suprida por fontes alternativas, como placas solares.

O Estádio de Munique é translúcido e tem a peculiaridade de mudar de cor conforme os times que estão jogando. Programas de computador cuidam dos estacionamentos e dos ingressos, de imagens de controle e gerenciamento de segurança, de comunicação por voz e dados, da iluminação e da distribuição de força. Uma rede de sensores monitora alarmes contra incêndio e até a temperatura das raízes do gramado. A pressão, a umidade do ar e a temperatura são adaptadas conforme as condições do tempo. Ali acontecerá a partida inaugural da Copa.

Outros estádios também trazem novidades de ponta. Em Hannover, o teto é feito de uma folha transparente. No de Gelsenkirchen, o gramado desliza sobre trilhos e o teto e a arquibancada são móveis. O estádio de Frankfurt foi apelidado de “maior conversível do mundo”, por seu teto em forma de tenda. O de Berlim, construído para os Jogos Olímpicos de 1936, foi inteiramente remodelado. Bem, vamos ficar por aqui. Ao todo são 12 estádios com arquitetura primorosa, novos materiais e muita eletrônica embarcada. Só em Dortmund, onde o Brasil jogará as primeiras partidas, funcionam 25 institutos de pesquisa de tecnologia da informação.

A contenda terá outras novidades. Des-

Sakis Lalas/Artevent



de 2003 passeia pela Alemanha uma escultura produzida pelo artista vienense André Heller. O “Globo”, como é chamado, é uma estrutura aberta de metal e matéria plástica com 20 metros de altura e 60 toneladas. Durante o dia parece uma bola de futebol, com pentágonos claros e escuros. À noite se transforma num objeto de luz que deixa transparecer os contornos dos continentes. A metamorfose ocorre também no interior: de dia, o globo é um espaço multimídia com exposição de filmes e objetos relacionados ao futebol e à noite é um misto de ateliê com salão de eventos. Estudiosos e escritores discutem o significado político-social do futebol, acontecem saraus de poesia e arquitetos apresentam projetos para novos estádios. Catorze artistas internacionais criaram obras para a Copa, que foram

materiais e muita eletrônica embarcada. Os ingressos serão reconhecidos por radiofrequência



Wolfgang Stahl/3deluxe

replicadas em pôsteres. Entre eles está a brasileira Beatriz Milhazes.

Brasil Em campo, a bola não será de couro, mas de plástico. É chamada *teargasit*. Tem 20 hexágonos e 12 pentágonos formados por diversas camadas de materiais sintéticos. A superfície externa é extremamente resistente a pressões. Abaixo há outra espuma sintética, que dá impulso extra ao chute. Esperava-se que ela viesse equipada com microchips que sinalizassem quando a linha do gol fosse cruzada. A Fifa decidiu que essa tecnologia ainda é muito recente para ser utilizada num evento tão importante. Tudo bem, mas as linhas de gol serão monitoradas com câmeras digitais de grande precisão – uma maneira de dirimir dúvidas em torno dos tentos. Existe ainda a possibilidade de utilização de um sistema de comunicação entre o árbitro e seus auxiliares por um microfone e um ponto eletrônico.

Outro parêntese. Na edição 2006 da CeBit, maior feira de tecnologia da informação e comunicação da Europa, realizada em Hannover, na Alemanha, a Confederação Brasileira de Vôlei demonstrou o resultado de seus testes com uma bola desenvolvida pela empresa brasileira de material esportivo Penalty, que utiliza um chip RFID. Ela emite um sinal eletrônico para um conjunto de pequenas antenas instaladas na quadra. Um software disponibiliza aos juízes informações sobre a partida, evitando erros de arbitragem. A tecnologia nacional mostrou ser funcional e eficiente. Mais. Enquanto os dirigentes do futebol internacional debatem vantagens e desvantagens da adoção de novas tecnologias em jogos e campeonatos, o Brasil se adianta. Usa sistema de comunicação avançado entre técnicos e jogadores durante os treinos, bolas inteligentes, e criou uma escola de futebol, na Granja Comary, no Rio de Janeiro, para formar novos talentos com o que há de mais moderno. Em associação com a Universidade do Norte do Paraná, montou um sistema de ensino personalizado on-line. Os cursos, seminários e conferências atingem



Divulgação Adidas

No alto, o “Globus”, misto de escultura com salão de eventos que reflete o slogan da Alemanha na Copa: “País das Idéias”. Acima, a bola que rolará nos campos, feita e testada com tecnologia de ponta.

Funciona na Granja Comary uma escola de futebol, resultado de um acordo entre a CBF e a

27 estados. Tratam de técnicas, táticas, preparação física e arbitragem.

Outras novidades estão sendo avaliadas no país. Um software para captação de estatísticas de jogo, programado por uma empresa júnior do Instituto de Matemática e Estatística, está em teste na Escola de Educação Física e Esporte – ambas as instituições são da Universidade de São Paulo. Denominado FutePerforma, o software substitui a anotação de estatísticas em pranchetas. Antes da partida, o operador registra no computador informações como a escalação das equipes, o local, o estado do gramado e esquemas táticos. Um sistema de coordenadas permite rastrear a posse de bola e teclas de atalho registram as características de cada jogada. Assim é possível obter estatísticas sobre dribles e roubadas de bola ou refazer a seqüência de um ataque. O software pode tornar mais precisa a avaliação do rendimento dos atletas.

Conforto De volta à Copa. O uniforme dos jogadores é de tecido especial, que absorve o calor, aquece em tempo frio e refresca em tempo quente, e não pesa no corpo. O tecido não amassa e tem sensores que monitoram a situação geral do organismo, tecnologia que já vem sendo utilizada por pessoas com problemas cardíacos e diabetes. As camisas da seleção brasileira têm mais: nódulos salientes, no avesso, que impedem o contato do tecido com o corpo. E vale novos parênteses para falar da indústria brasileira nesse universo. A Haco, de Santa Catarina, maior fabricante de etiquetas tecidas da América Latina, além de produzir os distintivos e as etiquetas de segurança do uniforme oficial da seleção, dotadas de sensor eletrônico de radiofrequência para evitar furtos, lançou uma coleção de uniformes para os torcedores do Brasil. O sistema de produção da empresa é totalmente informatizado e ela trabalha com recorte a laser que permite todo tipo de contorno e corte vazado, além de evitar grossuras que possam incomodar ou irritar a pele.

Na Alemanha, onde surgiram as chuteiras de cravo, hoje os futebolistas usam



A aula inaugural da Escola de Futebol da Granja Comary e a comemoração da seleção brasileira pela vitória nas

calçados macios, projetados para reduzir o impacto da corrida em sua estrutura óssea. Os tênis, que há pouco tempo tinham solado de borracha, atualmente são de diferentes tipos de plástico, o que melhora o desempenho e o conforto. Combinam com os gramados plásticos, que são uniformes e evitam contusões.

A tecnologia está presente, ainda, nos ônibus que transportam os jogadores. A seleção Canarinho, na Alemanha, usará um veículo da brasileira Marcopolo – o Paradisso 1800. Com dois andares, tem sala de estar e de jogos com poltronas-leito revestidas de couro, sistemas de áudio e vídeo e duas geladeiras no piso inferior. Em cima tem 42 poltronas reclináveis, monitor de vídeo e forno de microondas.

Tem mais Brasil na Alemanha. O Info Point, um terminal multifuncional de internet, oferece entretenimento e informações aos cerca de 10 mil brasileiros que estarão na sede do Mundial. Tem uma web-

cam e insere fotos em cartões-postais que podem ser enviados por e-mail. O MSN Brasil manterá blogs de sete grandes craques do futebol mundial, inclusive Ronaldinho Gaúcho, em tempo real. E os esportistas – eles mesmos, os sete que participam do blog – filmarão os bastidores das concentrações para exibição no site, com legendas em português. Haverá ainda outro tipo de cobertura da Copa. As cenas gravadas pela TV, reconstruídas em computadores e transmitidas poucos minutos depois, poderão ser baixadas em três dimensões para o celular. O usuário terá a opção de ver as jogadas de ângulos diferentes e até em câmera lenta.

Além do futebol A 23ª Corrida Cidade de Aracaju, um percurso de 25 quilômetros, compôs as comemorações do aniversário da capital sergipana, em meados de março. Geovane de Jesus Santos, nascido no estado, venceu os quenianos, famosos por



partidas eliminatórias para o Campeonato Mundial

sua velocidade e resistência. Por que essa informação está aqui? Porque um chip amarrado no cadarço dos tênis dos atletas garantiu a precisão da classificação.

O Centro de Desenvolvimento de Voleibol, da Confederação Brasileira de Voleibol, instalado em Saquarema, no Rio de Janeiro, concentra equipamentos para o treinamento, a formação e a reciclagem de equipes esportivas. Oferece cursos a árbitros, treinadores, dirigentes e profissionais do esporte. Desenvolveu um sistema de estatística e análise tática para que o técnico da seleção masculina, Bernardinho, tenha informações precisas sobre o comportamento dos jogadores em quadra e corrija possíveis falhas. A coisa funciona assim: há dois laptops, um que recebe informações sobre o desempenho dos atletas brasileiros e outro que armazena dados sobre o posicionamento e as jogadas do time rival. Tudo é repassado a outro computador, que fica no banco de reservas do Brasil. Um auxiliar de Bernardinho observa a tela e fala com o chefe, que recebe as

dicas por um fone de ouvido. O esquema vem funcionando bem, como se pode conferir por meio dos resultados obtidos pela seleção muitas vezes campeã.

O Hospital do Coração, de São Paulo, desenvolveu o Sport Check-up, um programa especializado em medicina preventiva do esporte. É uma ferramenta para técnicos, treinadores e profissionais de saúde que orientam esportistas. Em seis horas a pessoa se submete a uma bateria de exames e avaliações médicas que fornecem informações úteis para seu treinamento. No final da maratona, a pessoa recebe seu prontuário gravado em CD-ROM.

A febre da Copa anda tão alta que na maior rede de academias de São Paulo, a Bio Ritmo, surgiu uma nova modalidade de ginástica: o Futebio, uma aula que adapta os movimentos do futebol à sala de ginástica. Os professores, performáticos, usam uniforme e apito. Por falar em professor, aqui cabe uma aula do mestre Otávio Tavares, membro do grupo de pesquisa em Sociologia das Práticas Corporais e Estudos

Máquinas de jogo

A mania já tem alguns anos. Existem estudantes que promovem torneios, no Brasil e no exterior, entre robôs que jogam futebol. Há até uma confederação internacional que regulamenta os certames, geralmente ligados a pesquisadores e universidades. O RoboCup World Football Championship tem conquistado cada vez maior visibilidade. Durante a Copa do Mundo 2006, a cidade de Bremen será sede do torneio mundial que existe desde 1997. No ano passado, a competição foi realizada no Japão, com a participação de 333 equipes de 31 países, e os alemães foram campeões em todas as categorias. Os brasileiros ainda não experimentaram esse torneio.

No Brasil, todos os anos, na Semana de Engenharia Mecatrônica – Automática da Universidade Federal de Campinas (Unicamp), ocorrem competições desse tipo. Eventos semelhantes acontecem em outros estados. E existem a RoboCup Open Latino-Americana e a RoboCup Brasil apoiadas pela RoboCup Federation, projeto internacional que visa estimular a busca de inovações a serem aplicadas em problemas industriais e sociais. A equipe do Laboratório de Robótica e Inteligência Artificial da Fundação da Universidade Federal de Rio Grande (UFRGS) é a atual campeã brasileira e vice-campeã latino-americana. O time de futebol de

robôs da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Bauru foi campeão da Competição Latino-Americana de Robôs na categoria very small size (muito pequenos).

Outra novidade: a Confederação Brasileira de Futebol Digital e Virtual, com sede em Brasília, criada em janeiro para organizar os campeonatos nacionais de praticantes do futebol digital. A primeira Copa da categoria aconteceu em fevereiro. Em maio, virá o Campeonato Brasileiro e os vencedores participarão do torneio mundial na França.



Brasil e Argentina podem ser ilhas isoladas de excelência no vôlei, no futebol,

Olímpicos do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Ele explica: “Atualmente o investidor privado é um parceiro importante da organização esportiva. Enquanto Estados Unidos e União Soviética disputavam em todas as áreas, inclusive nas quadras, as empresas não se envolviam. A queda do regime soviético provocou alterações importantes nesse quadro. A transformação das competições em grandes negócios econômico-financeiros substituiu a Guerra Fria como motor da busca pela melhoria do desempenho. Indústrias de material esporti-

vo e da construção civil são hoje as grandes investidoras no negócio esportivo”. Sua análise continua. “Esse fenômeno provocou mudanças que merecem destaque: o desenvolvimento de novos materiais, como a ‘pele de tubarão’ na natação e calçados sob medida para atletas de ponta; novas instalações, como piscinas em que a água tem menos ondulação; pisos que aumentam a velocidade na pista de atletismo; lâminas superfinas na patinação de velocidade; transformação de estádios e ginásios em arenas multiuso e centros de negócios, com maior capacidade de geração de renda; instalações

esportivas confortáveis com ingressos a preços elevados.”

Todavia, segundo Otávio Tavares, a transferência de tecnologia para países menos desenvolvidos é baixa. “Atletas com potencial, residentes em países pobres, precisam mudar para regiões mais ricas ou conseguir contratos de patrocínio com fabricantes de material esportivo para ter acesso a melhor tecnologia.” O Brasil e a Argentina podem ser ilhas isoladas de excelência no vôlei, no futebol, no tênis e no basquete, mas isso não atinge outras modalidades. No Brasil, a indústria nacional

Os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro

Entre os dias 13 e 29 de julho de 2007 estarão reunidos no Rio de Janeiro mais de 5,5 mil atletas de 48 países das Américas para competir nos Jogos Pan-Americanos, espécie de ensaio para os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008. Nas três semanas estarão disponíveis 2,4 mil computadores, 4 mil aparelhos de ar condicionado, 4,5 mil celulares e 1,7 mil veículos.

Nas últimas semanas, muita verba tem sido liberada pelos governos federal, estadual e municipal para construir e reformar estádios e vilas olímpicas, restaurar o sistema viário da cidade e cuidar da segurança. O estádio do Maracanã, construído para sediar a Copa do Mundo de 1950, está em obras. Ali serão realizadas as cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos. O Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, bairro da zona oeste, que abrigará as competições de atletismo, está em construção. Outros 15 centros devem estar prontos até o ano que vem.

O governo federal é responsável por 40% dos investimentos necessários para que o Pan seja um sucesso. Aplica cerca de 1 bilhão de reais na aquisição de equipamentos; em obras de infra-estrutura; nas reformas na Vila Militar de Deodoro; na construção e operação da Vila Pan-Americana; em tecnologia e segurança; na estrutura para as competições de vôlei de praia e triatlo em Copacabana; e nas cerimônias de abertura e encerramento. O Pan conta também com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) nas obras da Vila Militar e na implantação da agenda social voltada para comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano para possibilitar a prevenção da violência não somente com repressão. O plano inclui 18 ações. Um dos projetos, o Segurança Cidadã, visa transformar moradores de 40 comunidades carentes da capital fluminense em guias turísticos. Cerca de 10 mil jovens estão frequentando cursos de noções básicas de inglês e espanhol, e de informações sobre os principais pontos turísticos e a história da cidade. Outra iniciativa desenvolvida em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro vem capacitando 4 mil jovens para trabalhar nas obras de construção

para os Jogos. E mais uma parceria com o Corpo de Bombeiros oferece treinamento de primeiros socorros e atendimentos de emergência.

A tecnologia marcará presença nos Jogos do Rio. O grupo Dimep, empresa familiar brasileira com mais de seis décadas de história, concorre para cuidar do monitoramento de público, da instalação de catracas eletrônicas e da fabricação de ingressos criptografados para o Pan. Josué Dimas de Melo Pimenta, presidente do grupo, explica que sua companhia tem trabalhado em eventos como o Carnaval paulista, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, o São Paulo Fashion Week e a Festa do Peão Boiadeiro de Barretos. “Catracas eletrônicas ligadas a uma central informatizada validam ingressos e credenciais”, diz. Outra que participa da concorrência para o fornecimento de tecnologia logística e de segurança ao evento é a Atech. “Nossa solução é nacional e competitiva, pode ser implantada em oito meses, inclusive com o treinamento do pessoal de operação”, diz José Salomão Júnior, diretor da empresa. E os aparelhos para treinamento dos atletas também poderão ser nacionais. “A indústria brasileira está capacitada para o fornecimento de esteiras, bicicletas e equipamentos de musculação”, diz o presidente da Câmara Setorial de Equipamentos de Ginástica José Manuel Correia.



Jorge Marinho

no tênis e no basquete, mas isso não se estende a outras modalidades

Alexandre Arruda/CBV



Treino da seleção feminina de voleibol do Brasil no Centro de Desenvolvimento de Saquarema, no Rio de Janeiro

de material esportivo experimentou significativa evolução nos últimos 20 anos, mas se limita a esportes populares.

“Temos um grande desafio: ações e políticas que garantam o acesso de todos os cidadãos aos benefícios da prática desportiva”, diz Fernando Gripp Lopes, professor e coordenador do Centro de Educação Física da Universidade de Belo Horizonte (UNIBH) e das Faculdades Unidas do Norte de Minas (Funorte). Boas notícias: a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) lançou, no início de março, chamadas para a apresentação de projetos de pesquisa na área de tecnologia esportiva. Há iniciativas também no Paraná. “Com o Paraná Digital e com a implantação de laboratórios de in-

formática nas escolas, certamente haverá maior desenvolvimento tecnológico”, diz Paulo Cezar Theodorovitz, professor de Educação Física e assessor da Secretaria de Estado de Educação de Foz do Iguaçu. Mais: em maio, o Ministério do Esporte promoverá em Brasília a II Conferência Nacional do Esporte. O objetivo é mobilizar a participação popular na construção de um sistema eficaz, democrático e moderno.

Ninguém duvida do talento esportivo dos brasileiros. Resta criar um ambiente favorável e mostrar que a competência dos cientistas e pesquisadores – e a eficiência da indústria – podem ajudar os atletas nacionais a subir mais alto nos pódios de todo o mundo. **d**

Saiba mais:



Confederação Brasileira de Futebol
www.cbfnews.uol.com.br

Governo alemão sobre a Copa
www.germany.info

Fifa
www.fifaworldcup.yahoo.com

MSN na Copa
<http://copa.br.msn.com>

Cobertura da Copa via celular
<http://mobile.dw-world.de/brazil>

Serviço de cobertura da Copa em 3D pelo celular
www.servingo.org

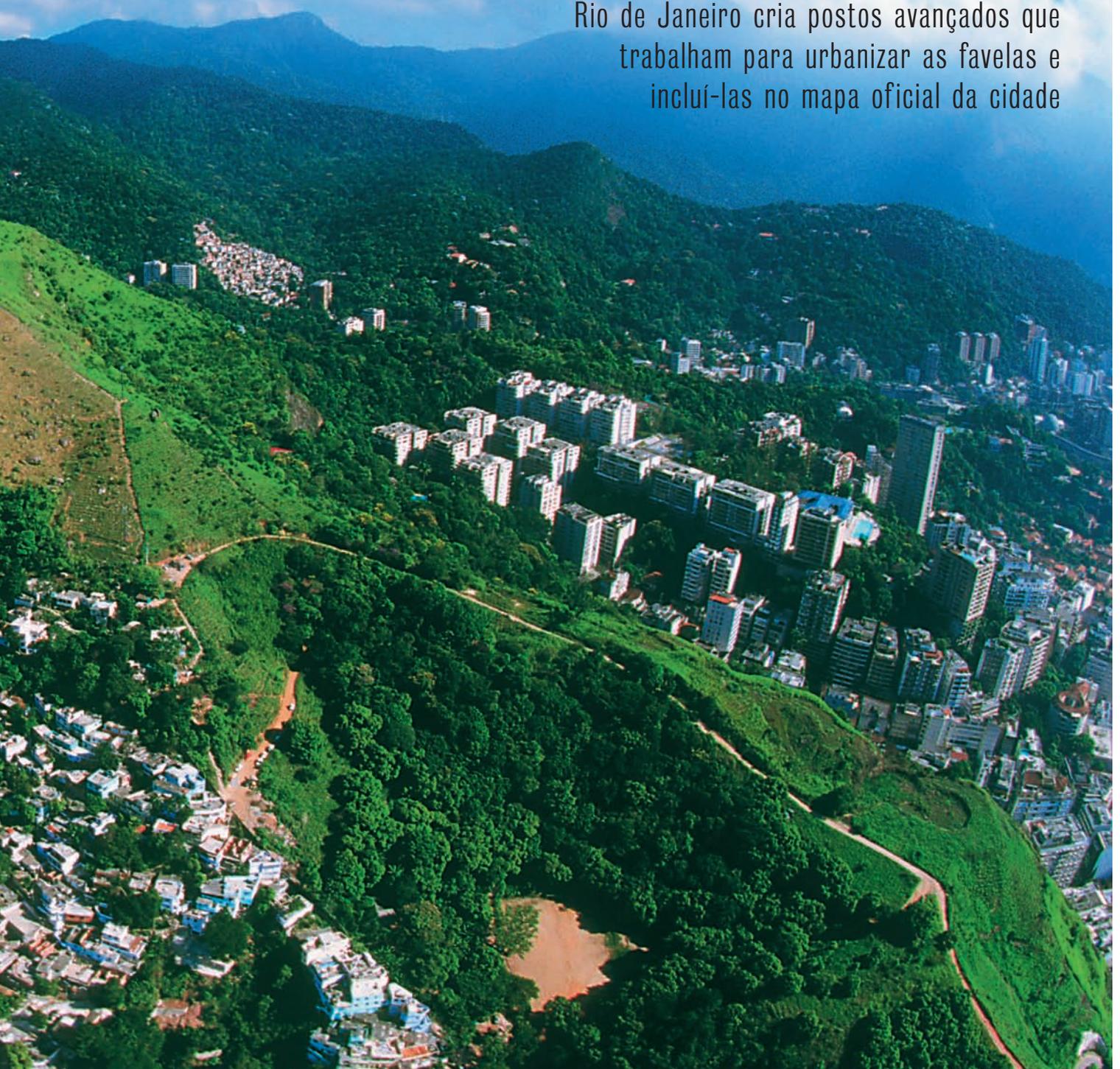
MELHORES PRÁTICAS

Por **Gustavo de Paula**, do Rio de Janeiro



Cidade legal

Iniciativa da prefeitura do Rio de Janeiro cria postos avançados que trabalham para urbanizar as favelas e incluí-las no mapa oficial da cidade



As habitações irregulares respondem por 40% das construções no Rio de Janeiro;

O Brasil é internacionalmente conhecido por seu futebol, seu Carnaval, suas praias e, infelizmente, por suas favelas. De acordo com o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final do século XX o país tinha 3.905 favelas – 22,55% mais do que o registrado em 1991. O tema continua na pauta do dia. Há anos os noticiários de TV mostram cenas de combate nos morros do Rio de Janeiro – onde 19% dos habitantes vivem em cerca de 750 favelas (veja quadro ao lado). As mazelas, mal ou bem, são conhecidas. Esta reportagem está sob o rótulo Melhores Práticas por trazer algo novo, a informação sobre uma experiência de sucesso: o Posto de Orientação Urbanística e Social (Pouso), da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro, que atua em 60 favelas, alcança 58 mil domicílios e cerca de 250 mil pessoas. Em dezembro passado, o programa recebeu o Prêmio Medellín no 1º Concurso Latino-Americano e do Caribe para a Transferência de Boas Práticas, organizado pela Fundação Hábitat Colômbia em parceria com a prefeitura de Medellín e com o Fórum Ibero-Americano e do Caribe sobre Melhores Práticas. Concorreu com 162 projetos de 14 países e 72 cidades. Além do prêmio de 10 mil dólares, a prefeitura se classificou para a final do Prêmio Dubai 2006, uma espécie de copa do mundo da administração pública que ocorre a cada dois anos.

Técnicos da prefeitura de Medellín, na Colômbia, já anunciaram que pretendem implantar ainda neste ano um projeto piloto similar ao Pouso na comunidade de Moravia. E a experiência deve ser replicada também no Peru. No ano passado, o ministro da Habitação, Construção e Saneamento do país, Carlos Bruce, visitou o Morro do Borel, e a comunidade Quinta do Caju – ambos beneficiados pelo Pouso. “Esse trabalho é magnífico por sua grandiosidade e complexidade, e vai mudar completamente o perfil da favela, facilitando o dia-a-dia de seus moradores. Meu objetivo é levar essa expe-



Tânia Castro, coordenadora do Pouso, e um arquiteto caminham pela ruas da Quinta do Caju, onde mais de 15

O movimento das favelas cariocas

Atualmente, quando se fala tanto em urbanização das favelas, quase ninguém imagina que o problema não foi sempre encarado dessa forma. Historicamente, a política voltada para os pobres no Rio de Janeiro via uma única solução: a remoção, o afastamento dos centros urbanos. Foi nesse contexto que foram construídas Vila Kennedy, Antares e a tristemente famosa Cidade de Deus. As coisas começaram a mudar no final dos anos 70, quando os movimentos de favelas conquistaram um lugar na cena pública. A urbanização dos morros do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho foi um marco. Pela primeira vez o Estado admitiu urbanizar a favela sem removê-la, mantendo sua tipologia. Ainda na década de 80 surgiu o mutirão comunitário, experiência que constituiu as bases para a implantação do Programa Favela-Bairro, reconhecido como um dos melhores programas do mundo em termos de urbanização de áreas carentes. Desde sua criação, em 1993, o Favela-Bairro já beneficiou, entre obras concluídas e em andamento, 557 mil moradores de 143 comunidades. Mesmo assim, e apesar de as favelas terem ocupado definitivamente o cenário carioca, como constata o arquiteto Itamar Silva, do Ibase, o preconceito que havia no início do século passado permanece. A prova é o relato produzido por um jornalista que visitou o Morro da Favella em 1909. Ele registra o medo e o estranhamento que até hoje são provocados pelos imensos aglomerados que povoam os morros cariocas.

e 19% da população carioca vive nos morros. É impossível ignorar as favelas



João Paulo Engelbrecht

mil moradores já obtiveram o Habite-se

riência bem-sucedida para meu país”, disse na ocasião.

Sustentabilidade O Pouso foi concebido há dez anos com a missão de criar condições para a consolidação das favelas como novos bairros integrados à cidade legal. Como se constatou que as iniciativas para a urbanização registradas ao longo da história se perderam por falta de continuidade e acompanhamento, em 1996 começaram a ser criados postos descentralizados da prefeitura nas favelas, para assegurar a manutenção dos equipamentos instalados, cuidar da articulação com a rede de serviços públicos e planejar o crescimento. “Raramente as autoridades se preocupam em monitorar a evolução das áreas beneficiadas, assegurando a sustentabilidade. Esse foi o grande mérito do Pouso”,

diz a arquiteta e urbanista Marlene Fernandes, assessora internacional do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), uma das instituições que integram o Fórum Ibero-Americano e do Caribe sobre Melhores Práticas.

O primeiro resultado visível desse movimento surgiu em 2003, com a criação da Coordenadoria de Regularização Urbanística, encarregada de planejar, licenciar e fiscalizar a chamada cidade informal, que inclui as favelas e os loteamentos irregulares. “Até então, a Secretaria Municipal de Urbanismo não entrava em favela. Mas as habitações irregulares respondem por 40% das construções no Rio de Janeiro e é impossível ignorá-las. O Pouso deixou de ser apenas um braço educativo do Programa Favela-Bairro e passou a atuar de forma independente, combinando educação com normatização e fiscalização”, diz Alfredo Sirkis, secretário municipal de Urbanismo. Retirar as favelas da informalidade é o principal objetivo do Pouso. Para isso, o programa investe na regularização urbanística dos assentamentos precários. A Coordenadoria de Regularização Urbanística estabelece e normas para as construções e limites para o crescimento – vertical e horizontal. Aprovada a legislação, a concessão da certidão do Habite-se é o último estágio para a consolidação da nova ordem urbanística. O documento atesta que a construção é regular, facilita a obtenção do título de propriedade, permite que o imóvel seja inscrito no Registro Geral de Imóveis (RGI) e seja vendido legalmente.

Realização Mais de 15 mil moradores de Fernão Cardin e da Quinta do Caju já tiveram suas moradias regularizadas. A carioca Iraydes Pinheiro Henrique, presidente da associação de moradores da Quinta do Caju há 18 anos, recebeu o Habite-se em dezembro de 2004. Onze meses depois obteve o título de propriedade de seu imóvel. Ela conta sua longa saga em poucas palavras: “Meu pai veio morar na Quinta do Caju em 1940. Durante quatro décadas lutou para regularizar a situação.

Número da população do Rio de Janeiro (2000)

Em mil habitantes



Taxa de crescimento da população do Rio de Janeiro (1991-2000)



Fonte: IBGE

Por suas reivindicações, nos anos 50 quase fomos expulsos de casa. Mas eu não desisti da luta e consegui realizar seu sonho. A maior vitória da minha vida de líder comunitária foi ver os moradores daqui receberem a certidão de Habite-se e o título de propriedade. Estamos vivendo um momento histórico”. Outro caso é o de Marluce de Oliveira. Ela ainda luta. Há cerca de 80 anos seu bisavô construiu uma casa de madeira na Quinta do Caju que, sem manutenção, tornou-se pouco segura. A casa foi posta abaixo e em seu lugar foi construída uma nova, de alvenaria – obra que está quase pronta. “Construir uma nova casa era um desejo antigo. Decidi transformá-lo em realidade quando a obtenção do Habite-se passou a ser uma possibilidade concreta. Deixar de viver na ilegalidade significa muito para mim e para todos os

moradores da comunidade”, diz.

Com 843 domicílios e cerca de 2,5 mil habitantes, a Quinta do Caju, situada na zona portuária, foi uma das cinco primeiras favelas da capital fluminense. No início do século XIX, era uma quinta à beira da praia do Caju e, por indicação médica, dom João VI chegou a banhar-se ali algumas vezes. Nessas ocasiões, o rei freqüentava a casa da família Tavares Guerra, hoje Museu da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb). Os primeiros habitantes da praia eram pescadores portugueses. Suas casas foram construídas na orla e havia um caminho que circundava o morro, a atual Rua Circular. Como se vê, muita coisa mudou. Primeiro para pior. Mais recentemente para melhor. A área foi se degradando com o passar dos anos e se tornou um ambiente insalubre. “Antes das obras de urbanização, havia uma vala na porta da minha casa. Nos últimos anos, nossa qualidade de vida deu um salto muito grande. Somos mais respeitados”, diz Ida Marquechi Medina, de 86 anos, uma das moradoras mais antigas da Quinta do Caju. Criado em 1997, o Pouso que atende à comunidade também cuida das favelas de Parque Conquista, Parque São Sebastião, Vila Clemente Ferreira, Ladeira dos Funcionários e Parque Boa Esperança.

Vista para o mar Na comunidade de Morro Azul, no Flamengo, há outro posto. O aglomerado de casebres começou a se formar por volta de 1936, quando famílias chegaram do Nordeste e de outros municípios do Rio de Janeiro em busca de trabalho e se instalaram ali. Não havia energia elétrica. Muito menos água encanada. Só mato e lama. O morro sofreu um incêndio em 1957 e a comunidade foi ameaçada pelas obras do metrô nos anos 70, mas terminou por se consolidar. Hoje, com 332 domicílios, abriga cerca de 990 moradores. A costureira Francisca Balduino Pinto, de 66 anos, 21 na comunidade, mora com a família numa casa de quatro pavimentos, cuja cobertura foi reformada recentemente com o apoio dos técnicos do Pouso. A vista

que a família Balduino Pinto tem da praia do Flamengo, lá de cima, é de fazer inveja a muitos moradores de apartamentos da zona sul carioca. “Nossa realidade mudou muito. Quando preciso realizar alguma obra em minha casa, a primeira coisa que faço é procurar o Pouso, onde sou bem recebida”, diz dona Zula, apelido pelo qual a costureira é mais conhecida.

O Pouso não realiza obras. Oferece orientação técnica para quem deseja erguer ou reformar sua casa. Também não mantém um programa habitacional. Promove a regularização urbanística. Mas isso não impede que seus funcionários sirvam de ponte entre os moradores e o programa de Crédito Direto ao Consumidor para a Compra de Material de Construção (Credmac), da Caixa Econômica Federal. Trabalharam na mobilização da comunidade 17 assistentes sociais, 17 agentes supervisores e 33 agentes comunitários – apenas três homens. “A mulher enxerga a favela como uma extensão da sua casa”, explica Tânia Castro, coordenadora de regularização urbanística da Secretaria Municipal de Urbanismo e idealizadora do Pouso. Há ainda 259 voluntários, moradores que zelam por determinada área. Essa turma usa cartilhas ilustradas, de fácil compreensão, para incentivar o respeito ao espaço público e

ao ecolimite (fronteira entre as favelas e as áreas verdes delimitada pelo governo com cabos de aço e marcos de concreto), além de ensinar noções básicas de saúde e higiene. “O morador tem de se envolver no processo. Ele precisa entender o que está se passando. É um trabalho de inclusão social, que estimula o exercício da cidadania”, diz Tânia Castro.

Democracia A equipe atua na rua, atendendo a solicitações dos moradores e organizando reuniões e palestras, inclusive em escolas. Os assuntos são discutidos de forma participativa. Um exemplo: para a escolha de nomes de ruas e praças, funcionários da prefeitura e moradores elaboram uma lista que é submetida à votação na comunidade. Até fevereiro deste ano, 1.253 logradouros de 32 comunidades haviam sido legalizados. “O Pouso consiste numa prática de gestão democrática da cidade, de inclusão territorial. A grande questão é o reconhecimento desses espaços informais como parte do território da cidade”, explica a secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, Raquel Rolnik.

Como muitos programas exemplares mantidos no Brasil, o Pouso enfrenta lá seus percalços. Um deles, citado pelo secretário

Dados da ONU mostram que o problema é mundial

- No mundo, quase 1 bilhão de pessoas habitam zonas urbanas degradadas, e 31,6% da população urbana mundial é favelada.
- O crescimento urbano nos países em desenvolvimento atinge a cifra de 1 milhão de pessoas por semana. Há 39 cidades com mais de 5 milhões de habitantes e 16 megalópoles abrigam mais de 10 milhões.
- Em 2030, cerca de 3 bilhões de pessoas, ou 40% da população mundial, demandarão moradias e serviços de infra-estrutura. Isso significa que terão de ser construídas 96.150 casas por dia, ou 4 mil por hora.
- Até 2050 a situação tende a se agravar. A população mundial, hoje pouco superior a 6 bilhões de habitantes, deverá atingir 10 bilhões, com 90% dos nascimentos registrados em países pobres ou em desenvolvimento.

1,2 mil logradouros de 32 comunidades da capital fluminense haviam sido legalizados

Fotos João Paulo Engelbrecht



Três momentos no Morro Azul: em sentido horário, dona Zula e a vista de sua “cobertura”; placas indicam logradouros oficializados; e crianças em ruas urbanizadas

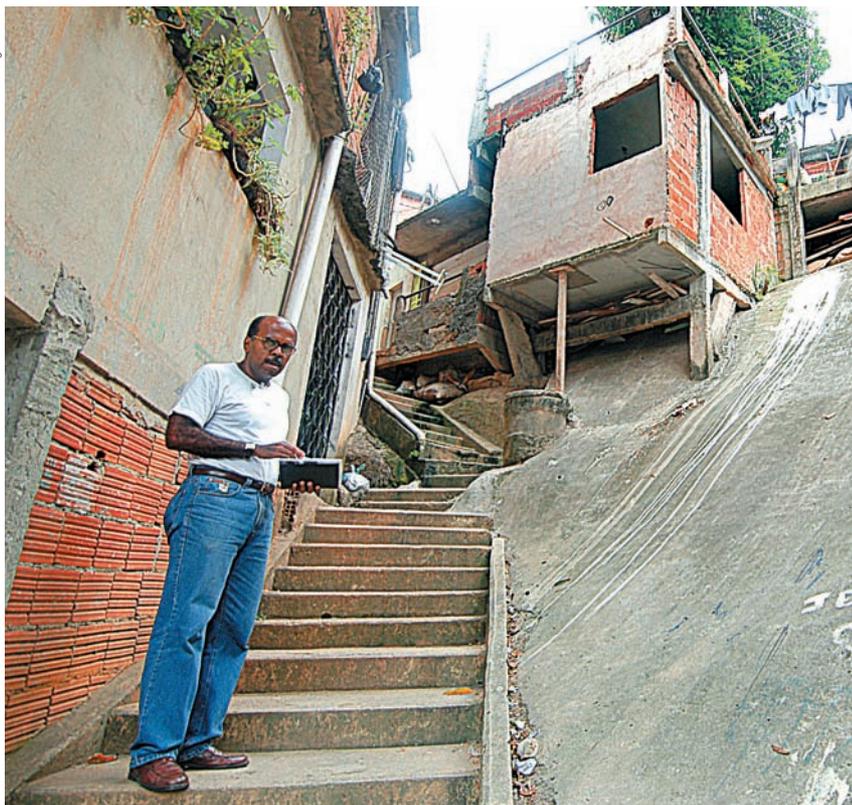
Escritos recentes sobre o tema

Quatro livros recém-lançados podem ser úteis para que se entenda a problemática das favelas na cidade do Rio de Janeiro:

- *A Invenção da Favela*, da socióloga Licia Valladares, publicado pela Editora FGV, faz um passeio pela história para explicar a origem do preconceito em relação à população favelada. Conta, por exemplo, que o atual Morro da Providência, ocupado em 1897 por ex-combatentes da Guerra de Canudos que pressionavam o Ministério da Guerra a cumprir promessas feitas aos soldados, era chamado de Morro da Favella. E que jornais da época tratavam-no como uma peste a ser eliminada e aos moradores como criminosos.
- *Favelas Cariocas*, de Maria Lais da Silva, publicado pela editora Contraponto, analisa o período de 1930 a 1964. Revela que a Rocinha não surgiu de uma invasão, mas de um loteamento autorizado pela prefeitura que acabou se expandindo devido à lentidão na regularização dos terrenos.
- *Favela, Alegria e Dor na Cidade*, dos geógrafos Jailson de Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa, editado pelo Senac, mostra, entre outras coisas, que 43% dos imóveis do Rio, nos dias atuais, apresentam alguma irregularidade. E que as favelas da Rocinha, da Maré e do Alemão têm indicadores melhores do que a média do Nordeste no que diz respeito à alfabetização, ao acesso a água tratada, luz e esgoto.
- *Da Favela para o Mundo*, de José Silva, um dos fundadores do Grupo Cultural Afro Reggae, ONG com experiência bem-sucedida no resgate de jovens envolvidos direta ou indiretamente com a marginalidade, publicado pela Ediouro. É um depoimento pessoal.

Cinco novos postos do Pouso devem ser inaugurados ainda neste ano

João Paulo Engelbrecht



Arquiteto do Pouso visita obra que foi embargada no Morro do Borel

Sirkis, são as dimensões gigantescas do problema. Pelas suas contas, serão necessários pelo menos 15 anos para que se possa constatar uma mudança profunda no ambiente urbano carioca. Outro problema é a falta de recursos. “As prefeituras brasileiras são as que têm o maior volume de atribuições na América Latina, mas nem todas têm recursos para realizá-las”, diz o economista Alberto Paranhos, oficial principal da Representação para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações

Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat). De fato, os indicadores sociais do Rio de Janeiro melhoraram, mas a cidade caiu no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros (veja quadro abaixo). “Considerando que as favelas são muito dinâmicas e mudam quase que diariamente, como política pública o Pouso ainda apresenta resultados pequenos”, diz o arquiteto Itamar Silva, coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

(Ibase) e ex-presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj).

Os problemas, no entanto, não impedem que o movimento cresça. Cinco novos postos do Pouso deverão ser criados ainda neste primeiro semestre. “Enfrentamos muitos obstáculos. Não é fácil lidar com o tráfego, assim como mobilizar a população e se inserir na rotina dos serviços públicos de manutenção. Mas o caminho está traçado. E vamos seguir em frente realizando esse trabalho de formiguinha”, garante a arquiteta Tânia Castro. Ótimo. Outras boas providências tomadas nessa área, na esfera federal, merecem registro: a criação do Fundo de Desenvolvimento Social, com 500 milhões de reais para serem destinados ao financiamento de projetos de investimento de interesse social nas áreas de habitação popular; o lançamento do Programa Especial de Habitação Popular, com financiamentos de 20 mil reais, sem juros, para famílias pobres; e o aumento do investimento público em saneamento. Mais: segundo dados da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, estão em pleno andamento processos de regularização fundiária solicitados por 352 mil famílias de 360 comunidades residentes em 134 municípios brasileiros. Moral da história: o problema é imenso, mas, enquanto a solução definitiva não chega, e ninguém sabe se ela virá algum dia, tem muita gente fazendo trabalho de formiguinha e melhorando a vida daqueles que foram empurrados para fora dos limites oficiais da cidade. **d**

Índice de Desenvolvimento Humano da Cidade do Rio de Janeiro

Os indicadores melhoraram, mas a situação piorou na comparação com outros municípios brasileiros entre 1991 e 2000

Ano	Classificação Nacional	IDH-M	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (em %)	Taxa bruta de frequência escolar (em %)	Renda per capita de 2000 (em R\$)
1991	24	0,797	67,85	93,90	78,18	446,67
2000	60	0,842	70,26	95,59	88,62	596,65

Fonte: Cide-RJ

Trabalho decente



Divulgação

“O conceito de trabalho decente se apóia em quatro pilares estratégicos: os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade, a extensão da proteção social e o diálogo social”

Trabalho decente é condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia de governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Essa idéia foi afirmada em três reuniões realizadas em 2005, evidenciando a relevância do tema na agenda política latino-americana e internacional.

Na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro, a promoção do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todos, especialmente mulheres e jovens, foi definida como meta de políticas e estratégias nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Na XV Cúpula Ibero-Americana realizada em outubro, na Espanha, 22 chefes de Estado e governo definiram que trabalho decente é direito humano e fator fundamental para impulsionar a distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico, favorecendo a inclusão social. Deve ocupar lugar central na agenda ibero-americana.

Na IV Cúpula das Américas de novembro, em Mar del Plata, na Argentina, 34 chefes de Estado e de governo do hemisfério americano assinaram uma declaração na qual reafirmam o compromisso “... de combater a pobreza, a desigualdade, a fome e a exclusão social para melhorar as condições de vida dos povos e fortalecer a governabilidade democrática nas Américas. Conferimos ao direito ao trabalho, tal como está estipulado nos instrumentos de direitos humanos, um lugar central na agenda hemisférica, reconhecendo assim o papel essencial da criação de trabalho decente para a realização desses objetivos”. E aprovaram um plano de ação com medidas concretas, como a implementação de políticas dinâmicas que gerem trabalho decente, criem condições de emprego de qualidade, promovam o respeito aos direitos fundamentais no trabalho e dotem as políticas econômicas e a globalização de forte conteúdo ético e humano. Na ocasião, o diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), embaixador Juan Somavia, exortou os chefes de Estado a defender fortemente a adoção de agendas do trabalho decente em seus países.

Mas, afinal, o que é trabalho decente, expressão à qual devemos nos acostumar? É trabalho adequadamente remunerado, exercido em liberdade, equidade e segurança, e capaz de garantir vida digna. O conceito se apóia em quatro pilares: os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade, a extensão da proteção social e o diálogo social.

Para a OIT é possível e necessário formular políticas para estimular a criação de mais e melhores empregos; reduzir a informalidade, combater o trabalho infantil, o trabalho escravo e todas as formas de discriminação no emprego; promover o emprego juvenil; ampliar e melhorar a cobertura da proteção social; impulsionar a educação e a capacitação para o trabalho; reforçar a produtividade e a competitividade das empresas; e fortalecer os direitos trabalhistas. Delegações de ministros do Trabalho e representantes de organizações sindicais e empresariais de 35 países estarão na Reunião Regional Americana da OIT, em Brasília, entre 2 e 5 de maio. O diretor-geral da Organização submeterá a discussão uma proposta de agenda hemisférica para o trabalho decente.

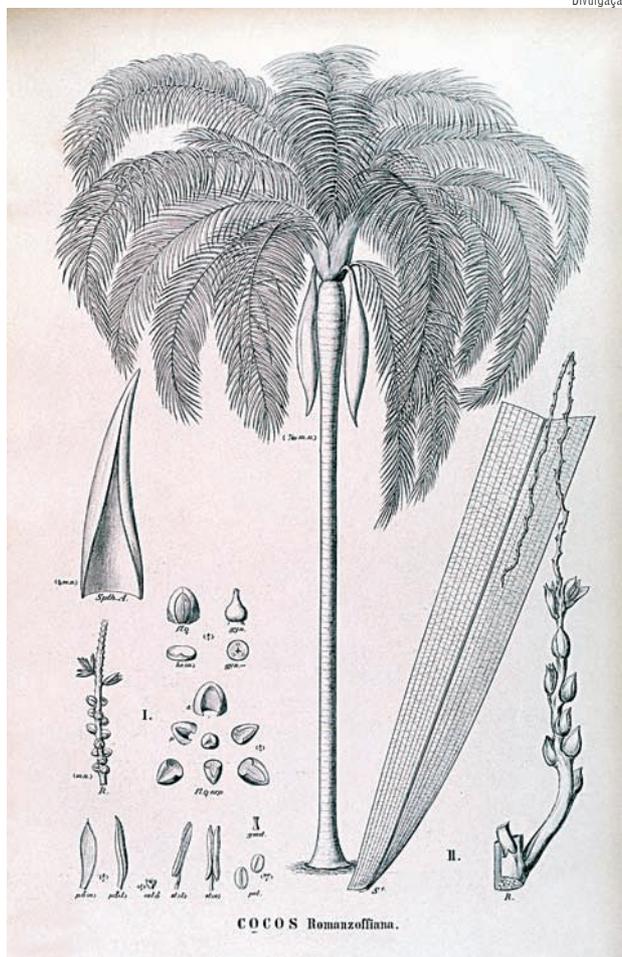
O Brasil comprometeu-se a estabelecer um Programa Especial de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de uma Agenda Nacional do Trabalho Decente, em consulta com organizações de trabalhadores e de empregadores, em junho de 2003. Um Memorando de Entendimentos entre o presidente da República e o diretor-geral da OIT foi assinado nessa data. O compromisso dos chefes de Estado em Mar Del Plata está tendo seguimento. O escritório da OIT no Brasil apóia firmemente ações nesse sentido. Trabalho decente e produtivo é a principal ferramenta para superar a pobreza que afeta 220 milhões de latino-americanos e caribenhos. É fundamental para a construção de sociedades mais democráticas e socialmente inclusivas.

Laís Abramo é diretora do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil

Digitalização

Nas ondas do rádio

Sim, tem-se falado muito sobre a escolha do padrão de televisão digital no Brasil. O burburinho é tanto que pouco se notam as discussões sobre a implantação da rádio digital. Desde setembro do ano passado, emissoras de rádio testam as alternativas disponíveis para a sua adoção. O modelo preferido, até o momento, é o norte-americano, que permite transmissão simultânea dos sinais analógico e digital com melhor qualidade, e que tem custo de implementação inferior ao dos concorrentes. O custo é a grande preocupação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), responsável por monitorar os resultados dos testes feitos pelas emissoras, cujos resultados estão disponíveis para consulta no site www.anatel.gov.br. Duas condições foram impostas para a definição do sistema a ser adotado: uma é a possibilidade de transição lenta dos receptores, e a outra é justamente o custo, que não pode ser elevado. A Anatel estima que cerca de 95% da população brasileira tem acesso ao rádio. Ele exerce um papel fundamental em regiões interioranas e na Amazônia. A escolha de um sistema que promova a exclusão é injustificável. O que se pretende é o contrário. A nova tecnologia deve permitir a multiplicação das emissoras, ao usar o espectro de ondas de forma eficiente. Mais: o som deve ganhar nitidez. Será o fim do chiado, que não deixará saudades.



Conhecimento

Flora sem fronteiras

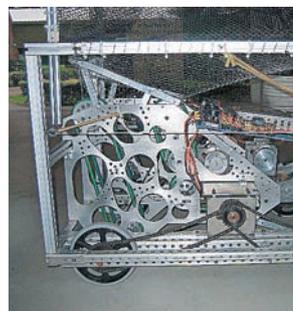
Quando dona Leopoldina se mudou para o Brasil, em 1817, para casar com dom Pedro I, trouxe na bagagem bem mais do que seu rico enxoval. Em sua comitiva estavam cientistas e artistas europeus que integravam uma Missão Austríaca. Seu objetivo era estudar e registrar a exuberância tropical verde-amarela. O médico e botânico alemão Carl Friedrich Philipp von Martius estava entre eles. Foi o responsável por uma expedição de reconhecimento e catalogação da flora brasileira que durou três anos. Essa incursão resultou no precioso catálogo *Flora Brasiliensis*, com a descrição de mais de 22 mil espécies de plantas e 3.811 desenhos detalhados. O trabalho é

tão espetacular que, com mais de um século, permanece sendo uma referência para os botânicos. A boa nova é que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e outras instituições lançaram sua versão eletrônica. Dessa forma, tornaram o acervo disponível tanto ao público leigo quanto ao especializado. No site <http://florabrasiliensis.cria.org.br> é possível passear pela exposição virtual das imagens em alta resolução. Para os curiosos, é um prazer. Para os cientistas, a iniciativa tem grande importância. Atualmente eles têm acesso a poucas obras históricas, que em sua maioria se encontram em bibliotecas e herbários fora do Brasil.

Robótica

Brasil, sil, sil, sil...

Alunos de uma escola pública de São José dos Campos, no interior paulista, honraram o nome da cidade, sede da Embraer e do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, reconhecidos por sua capacidade inovadora. Um grupo do Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza conquistou o prêmio Melhor Rookie 2006, destinado à equipe revelação da *For Inspiration and Recognition of Science and Technology (First)*, competição internacional de robótica que acontece nos Estados Unidos desde 1989. Como a proposta deste ano era de que as máquinas participassem de um torneio de futebol, os estudantes do curso técnico de Mecânica construíram o TSC1, um robô que armazena bolas e as lança para a área do gol. Ana Karoline Santos, participante do time vencedor, conta que a experiência trouxe resultados concretos. Os que se destacaram na *First* têm melhores perspectivas de obter emprego. Tanto que Ana Karoline Santos já chegou até a recusar ofertas de trabalho. Em 2000, uma turma do Rio Grande do Sul foi a primeira de língua não inglesa a competir. Este ano, além dos brasileiros, havia 1.125 equipes compostas por 28 mil estudantes de Israel, Estados Unidos, Canadá, Equador, Inglaterra, México e Gana.



Pesquisa

Vida no Brasil e trabalho na Europa

A União Européia (UE) divulgou a liberação de 20 milhões de euros para promover a participação de cientistas de países em desenvolvimento em pesquisas do velho continente. Na concorrência pelas vagas há candidatos da África, Ásia, da América Latina, Caribe e do Leste Europeu, entre outros. O Brasil faz parte do time latino-americano. O mais interessante da iniciativa é que os selecionados não terão de se mudar. Poderão trabalhar em seus países de origem e, de longe, colaborar com as investigações. Estudos sobre genoma e biotecnologia para saúde estão entre as sete áreas priorizadas pelo programa. Nanotecnologia, aeronáutica e desenvolvimento sustentável também aparecem na lista.

1,5 minuto

é o tempo necessário para identificar o tipo de cobra picou uma pessoa e que antídoto deve ser aplicado. Essa é a marca atingida por um novo método desenvolvido por pesquisadores do Instituto de Química da Universidade de Campinas. Ele tem tudo para se tornar o mais eficiente procedimento no atendimento a vítimas desse tipo de acidente.



Sxc.hu

Geologia

Oh, doce Napoli...

A força de um dos mais famosos vulcões do mundo, o Vesúvio, ficou registrada na histórica explosão ocorrida no ano 79 a.C., que destruiu as cidades de Pompéia e Herculano e fez aproximadamente 20 mil vítimas. Pesquisadores italianos e norte-americanos, entretanto, descobriram recentemente que aquela erupção foi relativamente suave se comparada a outra ocorrida há

3.780 anos, durante a Idade do Bronze. A desertificação provocada pelo acidente, que vem sendo chamado de Avelino, tornou a área inabitável por séculos. Se um desastre similar ocorresse hoje, atingiria cerca de 3 milhões de pessoas num raio de 12 quilômetros ao redor do vulcão. Arrasar a cidade de Nápoles, uma lástima que deve ser evitada, segundo os autores da pesqui-

sa, com a alteração dos parâmetros do plano de emergência do Vesúvio. O plano ainda toma por base cálculos feitos a partir da explosão ocorrida em 79 a.C.. Mas agora se sabe que há a possibilidade de erupções mais devastadoras. O estudo foi divulgado pela Academia de Ciências dos Estados Unidos e está disponível para consulta no site www.pnas.org.

Informática

Vamos eSpantá-los!

Acontece a todo o momento. Basta acessar a Internet e abrir a caixa de e-mails para se deparar com dezenas de mensagens não solicitadas à espera de um minuto de atenção. Esses e-mails são os spams, que lotam as caixas de entrada, muitas vezes propagam conteúdos impróprios, indesejados ou danosos, e atrapalham a produtividade. Pois os menos avisados devem anotar: existe um Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). E ele lançou o site www.antispam.br para ajudar os internautas a combater invasores incômodos. Ali há explicações sobre os principais tipos de spam,

os problemas que eles podem causar às máquinas e aos arquivos e os meios de evitá-los, além de outras dicas. O site também explica que procedimentos tomar para denunciar o recebimento de spams. No ano passado, 2,4 milhões de reclamações foram contabilizadas. Os especialistas lembram que esse número representa apenas uma pequena amostra, já que a maioria das pessoas não reporta os incidentes ao CGI.br., mas a amostra basta para indicar as principais fontes da chateação. Entre os 15 maiores emissores de spam, 11 são empresas ligadas à área de comunicação.

Serviços

Banco de bolso

Consultas de saldo, pagamento de contas e transferência de dinheiro pelo computador, via Internet, já são coisas corriqueiras. Fazer tudo isso pelo telefone celular é novidade. A facilidade foi lançada pelo Banco do Brasil (BB) em parceria com as principais operadoras. Foi batizada de *mobile bank*. Passou por um período de testes em que foram realizadas milhares de transações, e o BB garante que oferece tanta segurança quanto o sistema via computador. Para que a moda pegue no Brasil, como em outros países, o *mobile bank* é tema de uma maciça campanha publicitária.

Otimismo com fundamento

Uma questão recorrente entre os pesquisadores de todos os segmentos, há algum tempo, é a razão por que alguns países enriquecem e alcançam o desenvolvimento econômico e social e outros permanecem como que enclavados, presos à pobreza, à desigualdade e à injustiça de maneira geral. Em *O Futuro Chegou – Instituições e Desenvolvimento no Brasil*, Mailson da Nóbrega examina o problema. Busca entender por que o Brasil encontra dificuldades para proporcionar bem-estar e boa qualidade de vida à população. Há décadas, conta o autor, ele cisma com a importância de instituições – e aí se incluem a ordenação legal, a Justiça, a educação, o Estado, entre tantas outras – na criação de ambientes estáveis e seguros. A principal contribuição de seu livro é a constatação de que o Brasil, hoje, conta com instituições já bastante fortes e estáveis para garantir equilíbrio a seu crescimento. Admite haver, ainda, desafios a enfrentar, mas seu balanço é otimista.

O trabalho, que ocupa 400 páginas, compõe uma pesquisa abrangente. Contém análise histórica nacional e internacional, revisão do que há disponível na bibliografia acerca do tema, um mapa de boas práticas e estatísticas que, analisadas de forma criteriosa, fundamentam suas conclusões. O país tem crescido pouco desde os anos 80, não devido à aplicação de políticas econômicas desta ou daquela linha, mas por razões estruturais. Nada de espantar. O processo de amadurecimento das instituições é mesmo lento.

No caldeirão das instituições cabe muita coisa. A capacidade de inovação, a geografia, a mídia, as religiões e a cultura, in-

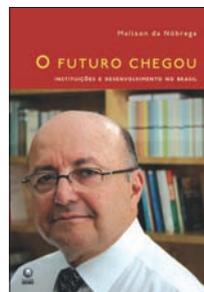
clusive. “Crenças corretas levam tempo para serem construídas e o êxito das sociedades de mercado nos últimos séculos decorre de sua evolução” (p. 70). O desenvolvimento, segundo Mailson da Nóbrega, “(...) é um processo complexo que depende de muitos ingredientes. Sua construção requer tempo, paciência e competência” (p. 75). Depende também de como os ingredientes são combinados. O livro trata desses temas, do preconceito contra o sistema financeiro, da corrupção nas sociedades. Democracia, nesse contexto, é o “fermento do bolo”. “A democracia é favorável ao desenvolvimento porque reduz substancialmente o risco de prevalência de predadores” (p. 106). A experiência ainda é relativamente nova no Brasil.

O país vive uma fase de transição. Sua história é repleta de autoritarismo, práticas pouco transparentes, baixo estímulo ao empreendedorismo e exclusões. “O novo modelo que está nascendo tenderá a ser caracterizado por três elementos básicos: a democracia, a economia orientada pelo mercado e ancorada em fortes instituições e políticas sociais focalizadas nos segmentos menos favorecidos.” Essa é a constatação. Seguida da declaração de otimismo: “(...) há alguns sinais muito claros de que o futuro chegou (...) Surgiram multinacionais brasileiras e uma nova classe empresarial não dependente do Estado (...) Na sociedade assiste-se a uma vigorosa emergência de organizações civis e à disposição crescente das pessoas em atuar como voluntárias em causas nobres”. Tem mais. Em 1960, o Brasil tinha apenas 95 mil estudantes matriculados no ensino superior. Em 2002, eram 3,5 milhões e hoje se for-

mam 7 mil doutores por ano. “As novas instituições fiscais e monetárias têm contribuído para a preservação da estabilidade (...) crises políticas já não causam crises de confiança nos mercados” (pp. 351 e 352). Há a atuação do Ministério Público em defesa dos direitos difusos dos cidadãos, e mais, muito mais.

Acerca dos desafios. A redução da carga tributária e dos encargos sobre o emprego. A reforma dos sistemas político-eleitoral e judiciário (o autor cita um trabalho de Armando Castelar Pinheiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no qual se comprova que parte do Judiciário está alheia ao papel dos contratos nas economias modernas). O estabelecimento de prioridades que norteiem a ação do Estado no incentivo ao investimento e à expansão dos negócios; na defesa da concorrência; no provimento de educação básica de qualidade; no amparo à pesquisa, à arte e à cultura; na manutenção de redes de proteção social e nas negociações internacionais. “Sistema capitalista é isso: democracia e economia orientada pelo mercado” (p. 154).

Pode haver quem discorde dos princípios teóricos do autor, mas certamente não da clareza de seus argumentos e da importância dos dados que reúne. “Meu objetivo é levar informações inéditas e uma mensagem de esperança ao grande público”, diz. Para os mais à esquerda ou mais à direita, a leitura de *O Futuro Chegou – Instituições e Desenvolvimento no Brasil* será, sem dúvida, esclarecedora e prazerosa. **[Eliana Simonetti]**



O Futuro Chegou – Instituições e Desenvolvimento no Brasil

Mailson da Nóbrega

Editora Globo, 2005, 400 p., R\$ 45,00

Geometria de uma relação

O livro reúne trabalhos apresentados no seminário *Brazil and United States in a Changing World: political, economic, and diplomatic relations in regional and international contexts*, promovido pela Embaixada do Brasil em Washington, com a colaboração do Programa Brasil, do Woodrow Wilson International Center for Scholars, em 2003.

O texto, organizado por Paulo Roberto de Almeida e Rubens Antônio Barbosa, respectivamente, na época, ministro-conselheiro e embaixador do Brasil nos Estados Unidos, é dividido em quatro partes, além de uma introdução em que são resumidas as principais contribuições de cada capítulo. Em cada parte, sob o mesmo tema, há sempre dois autores, um de cada nacionalidade, o que permite apresentar visões distintas sobre questões similares, ainda que nem sempre com a mesma abordagem metodológica.

Na primeira parte, Paulo Roberto de Almeida e Lincoln Gordon apresentam as relações Brasil-Estados Unidos em perspectiva histórica com ênfase nas questões de natureza econômica e financeira. Na segun-

da parte, enquanto John DeWitt examina os fatores geográficos que influenciaram o processo de desenvolvimento econômico do Brasil e dos Estados Unidos, Eliana Cardoso, após descrever os principais elementos determinantes do crescimento econômico, tais como recursos naturais, fatores geográficos; instituições fortes; garantia de direitos de propriedade; solução de conflitos etc. –, argumenta que o fraco desempenho econômico do Brasil pode ser atribuído à fragilidade fiscal e à volatilidade cambial. Na terceira parte, Rubens Antônio Barbosa descreve as relações comerciais Brasil-Estados Unidos com enfoque histórico e conclui destacando as dificuldades para alcançar um resultado equilibrado nas negociações no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Jeffrey J. Schott reconhece as dificuldades nas negociações da Alca devido a algumas barreiras agrícolas norte-americanas que dificilmente serão eliminadas, mas destaca a importância do tema de acesso a mercados devido ao crescimento potencial de 127% no comércio bilateral se todas as restrições forem retiradas de ambos os lados. Na úl-



Relações Brasil-Estados Unidos: Assimetrias e Convergências

Paulo Roberto de Almeida e Rubens Antônio Barbosa (organizadores)
Editora Saraiva, 2006, 297 p., R\$ 49,00

tima parte – perspectivas futuras das relações bilaterais –, Thomas Guedes da Costa e Peter Hakim efetuam um balanço das relações americano-brasileiras sob diferentes perspectivas.

O livro, apesar de escrito por acadêmicos, é apresentado de forma acessível a todos os leitores, independentemente de sua formação, propiciando um excelente entendimento da evolução e dos conflitos que permeiam as relações comerciais e políticas entre o Brasil e os Estados Unidos.

[Honório Kume]

Longe do centro

O próprio título dessa obra já indica a tese que o autor quer comprovar, ou seja, que a globalização da economia é só mais uma etapa do mesmo processo que dividiu o mundo em nações centrais e periféricas. Mas Paulo Roberto Corbucci não se restringe apenas a constatar a realidade por meio de números. Ele opta por acompanhar a linha histórica do capitalismo desde quando a Europa expandiu seus horizontes comerciais, a partir do século XV, até chegar à integração planetária das relações comerciais e financeiras, mostrando passo a passo a consolidação de um modelo que jamais permitiu que uma economia migrasse da condição de dependência para a de liderança. Nem mesmo o recente avanço dos Tigres Asiáticos é tido como meritório, por

ser considerado conseqüência do desenvolvimento japonês, que só teria se dado por interesse do hemisfério ocidental em estimular a economia daquele país para barrar o avanço soviético. O livro surpreende por ser tão abrangente ao longo do tempo, sendo uma obra pequena, com menos de 200 páginas. Sua inevitável conclusão é que nunca os mercados estiveram tão liberalizados e tampouco as relações de troca foram mais desvantajosas para a periferia capitalista. Ao mesmo tempo, reconhece que os governos das nações periféricas estão cada vez mais impotentes diante da pressão dupla de melhorar as condições de vida de suas populações e cumprir os ajustes exigidos por organismos de crédito multilaterais. Apesar de afirmar que não defende a existência de “determinação” histó-



O Brasil e a Globalização: a Renovada Condição Periférica

Paulo Roberto Corbucci
Editora Universa, 2005, 189 p., R\$ 25,00

da condição periférica, o autor talvez peque por elencar todas as perversidades do capitalismo às quais as nações menos desenvolvidas estão expostas, sem apresentar uma via alternativa. [Andréa Wolffenbüttel]

O que é?

Mercado spot

A leitora Fernanda Montenegro Pereira de Moraes nos escreveu perguntando o que é mercado spot. Pois bem, um dos vários significados que a palavra inglesa spot tem é “instantâneo”, “imediatamente”. E é exatamente essa a característica do mercado spot, porque ele admite apenas transações em que a entrega da mercadoria é imediata e o pagamento é feito à vista. Por isso, é também chamado de mercado disponível, mercado físico ou mercado pronto, contrastando com a natureza dos mercados futuro e a termo, cujos pagamentos são efetuados em prazos que variam de cinco dias a dois anos após a negociação. O mercado spot abrange basicamente operações na bolsa de mercadorias. É muito usado por produtores agrícolas quando precisam urgentemente de recursos financeiros ou quando o preço de seus produtos está em um patamar elevado. Também se aplica às vendas de gás e energia elétrica. Nesse caso, a entrega não é tão instantânea como a das commodities agrícolas. Mesmo assim é realizada em um prazo curto para a natureza desse mercado, normalmente em poucos dias, e a remessa é única e por tempo limitado, servindo quase sempre para suprir uma demanda imprevista de energia.

Mercado

Medindo a dificuldade para fazer negócios

O Banco Mundial criou uma base de dados batizada de “Doing Business”, isto é, Fazendo Negócios, na qual ele reúne uma série de indicadores que retratam o ambiente, favorável ou hostil, enfrentado por empresários de 155 países na hora de fazer negócios. O Brasil não se sai mui-

to bem. Ele aparece apenas na 119ª posição no principal ranking, onde são ponderados todos os indicadores. Nas tabelas abaixo, apresentamos apenas alguns dos tópicos contidos na base de dados, que pode ser acessada no endereço www.doingbusiness.org.

Fazer negócios

Onde é mais fácil	Como se posiciona o Brasil	Onde é mais difícil
1 Nova Zelândia	117 Albânia	1 República Dem. do Congo
2 Cingapura	118 Croácia	2 Burkina-Fasso
3 EUA	119 Brasil	3 República Centro-Africana
4 Canadá	120 Venezuela	4 Chad
5 Noruega	121 Síria	5 Sudão

REPARA: em termos de ambiente favorável aos negócios, a Nova Zelândia é campeã mundial. Além de ocupar o primeiro lugar no ranking geral, ela está presente entre os cinco primeiros em todos os outros critérios, exceto na obtenção de crédito. O Brasil ocupa 119ª posição, ou seja, está no último terço da lista, abaixo de países do Leste Europeu, que entraram há pouco tempo na economia de mercado.

Abrir uma empresa

Onde é mais fácil	Como se posiciona o Brasil	Onde é mais difícil
1 Canadá	96 Azerbaijão	1 Angola
2 Austrália	97 Coreia	2 Chad
3 EUA	98 Brasil	3 Rep. Dem. do Congo
4 Nova Zelândia	99 Líbano	4 Gaza
5 Cingapura	100 Uganda	5 Iêmen

REPARA: apesar das muitas reclamações acerca do tempo gasto no Brasil para abrir uma empresa, o país está, pelo menos, na primeira metade da lista, logo abaixo da Coreia do Sul, considerada um exemplo em termos de desenvolvimento econômico.

Contratar e demitir empregados

Onde é mais fácil	Como se posiciona o Brasil	Onde é mais difícil
1 Palau	142 França	1 Burkina-Fasso
2 Tonga	143 Rep. Centro Africana	2 Nigéria
3 Hong Kong	144 Brasil	3 Togo
4 Nova Zelândia	145 Portugal	4 Serra Leoa
5 Ilhas Maldivas	146 Congo	5 Espanha

REPARA: a facilidade em admitir e dispensar empregados é um indicador ambíguo, já que pode representar tanto agilidade dos processos trabalhistas como falta de segurança para o trabalhador. Por isso, o ranking apresenta grupos tão heterogêneos, com vizinhos como Tonga e Hong Kong ou França e República Centro Africana. O Brasil se posiciona entre os países onde é mais complicado contratar e demitir. Tem seu lado bom, tem seu lado ruim.

Pagar impostos

Onde é mais fácil	Onde estão os ricos	Onde é mais difícil
1 Emirados Árabes	11 Arábia Saudita	1 Brasil
2 Cingapura	12 Nova Zelândia	2 Ucrânia
3 Iraque	13 França	3 Camarões
4 Namíbia	14 Irlanda	4 Bielorrússia
5 Etiópia	15 Hong Kong	5 Armênia

REPARA: o Brasil é considerado o país onde os empresários mais gastam tempo pagando seus impostos. Não necessariamente gastar pouco tempo é bom porque pode indicar que não há uma boa regulamentação fiscal. Para que se tenha um padrão, a tabela apresentou a colocação da Nova Zelândia em termos de tempo despendido em pagamento de tributos. Ela está na 12ª colocação.

Conseguir crédito

Onde é mais fácil	Como se posiciona o Brasil	Onde é mais difícil
1 Reino Unido	78 Armênia	1 Timor Leste
2 Hong Kong	79 Bolívia	2 Togo
3 Austrália	80 Brasil	3 Laos
4 Botswana	81 Equador	4 Afeganistão
5 Alemanha	82 Geórgia	5 Camboja

REPARA: esse é o item em que o Brasil tem melhor desempenho o que comprova que os esforços no sentido de facilitar o acesso ao crédito estão surtindo efeito.

Mulheres

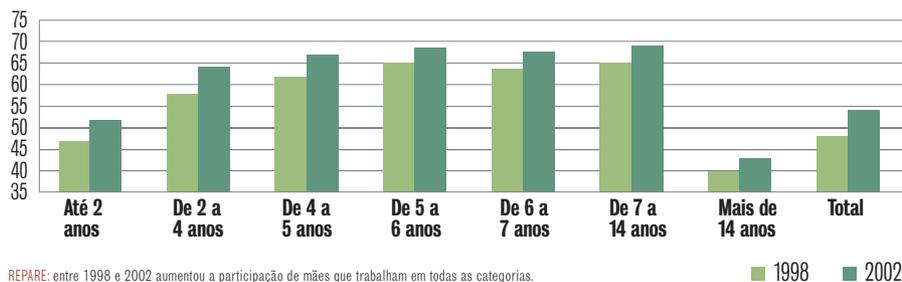
O avanço delas

Por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, diversos estudos sobre a condição feminina foram divulgados. Um deles, elaborado por três pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, traz uma análise sobre trabalho, renda e políticas sociais.

Abaixo estão alguns dos números apresentados no trabalho, cuja conclusão é que as mulheres brasileiras estão mais qualificadas e conquistam cada vez mais postos de comando, porém continuam ganhando menos do que os homens em cargos semelhantes.

Há mais mães trabalhando

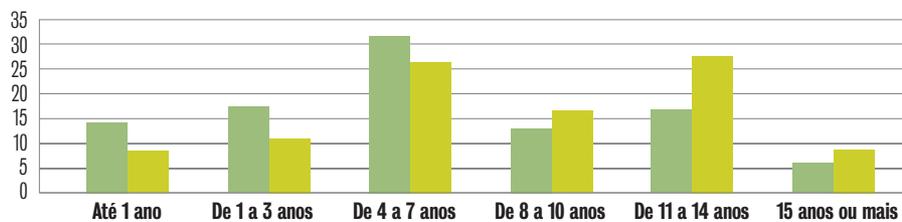
Taxa de atividade das mulheres de acordo com a idade do filho mais novo (em % sobre o total de mães)



REPARÉ: entre 1998 e 2002 aumentou a participação de mães que trabalham em todas as categorias.

As mulheres estudam mais

Evolução da escolaridade feminina (em % da população)



REPARÉ: em dez anos, caiu o número de mulheres com menos de oito anos de escolaridade e cresceu a quantidade das com mais de 11 anos.

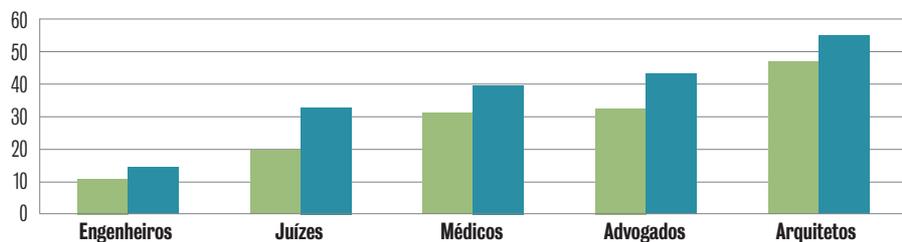
Número de mulheres que se formaram no ensino superior (em mil)



REPARÉ: entre 1990 e 2002, a população cresceu 20,3% e o número de mulheres que concluíram o curso superior aumentou 102%.

Há mais profissionais qualificadas

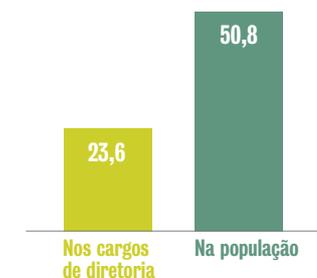
Participação das mulheres em algumas ocupações (em % do total de profissionais)



REPARÉ: a participação das mulheres cresceu em todas as ocupações apresentadas, com especial destaque para o número de juízas.

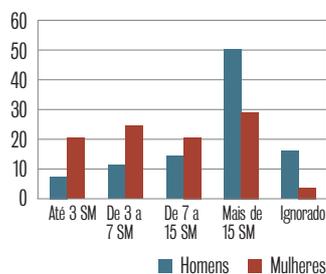
Ainda há poucas diretoras...

Participação feminina (2000) (em %)



...e elas ganham menos que os diretores

Quanto ganham os diretores e as diretoras (em número de salários mínimos - 2000) (em % do total de diretores)



Onde trabalham as diretoras

Participação feminina nos cargos de diretoria por setor de atividade (2000) (em % do total de cargos de diretoria)



Fonte: Fundação Carlos Chagas

A correspondência para a redação deve ser enviada para cartas@desafios.org.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 801 - CEP: 70076-900 - Brasília DF



Reprodução

Na página 80 da edição 19 de **Desafios**, a coluna “Objetivos do Milênio - Retrato da América Latina” contém um gráfico com o percentual de jovens entre 15 e 24 anos que não estudam nem trabalham. Estranhei o índice do Chile, de 6%, que me pareceu demasiado alto, principalmente ao compará-lo com os indicadores contidos nos outros gráficos da mesma coluna. Por favor, confirmem a informação.

Ademir Manoel Gonçalves
Blumenau - SC

Caro Ademir, o caso do Chile é realmente intrigante. O país tem uma população de 16 milhões de habitantes, cerca de três vezes maior que a do seu estado, Santa Catarina, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB per capita é 4.250 dólares – um dos mais altos da América Latina. Em média, os chilenos têm expectativa de vida de 78 anos, estudam 13,4 anos e praticamente todos os adultos são alfabetizados. No entanto, a economia do país, que chegou a ser uma das mais vigorosas do planeta, com crescimento médio de 7,5% ao ano entre 1984 e 1994, desacelerou após a crise asiática. O Chile perdeu investimentos externos e exportou muito menos durante anos. Entre 1994 e 2005, a econo-

*mia cresceu à taxa média de 3,9% ao ano. Vem se recuperando, mas a crise deixou marcas. Uma delas é o desemprego entre os jovens. Daqueles com idade entre 15 e 24 anos, 21,2% estão desempregados e 6% não estudam nem trabalham. Isso tem explicação. O desemprego atinge 54,9% dos que têm o ensino médio completo e 21,6% dos que têm diploma universitário. Muita gente que poderia estar numa universidade desistiu de estudar. As informações podem ser confirmadas não apenas no site do Banco Interamericano de Desenvolvimento, indicado na coluna de **Desafios** que lhe causou estranheza, mas também no site do Banco Mundial (<http://worldbank.org>).*

Parabéns pela reportagem “Muito além do astronauta”, publicada na edição de março. A matéria apresenta um ótimo trabalho, com uma apreciação balanceada dos sucessos e dos desafios do programa espacial brasileiro.

Gilberto Câmara

Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
São José dos Campos - SP

Gostaria, se possível, de ter uma explicação sobre o significado da expressão Produto Interno Bruto e sobre sua forma de cálculo.

Auraneton José de Macedo
Petrobrina - PE

Caro Auraneton, sua questão requer uma resposta longa, mas resumimos a definição do economista Paulo Sandroni, em seu Dicionário de Administração e Finanças: “O Produto Interno Bruto é o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do territó-

rio econômico do país, independente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras (...) Exclui as transações intermediárias, é medido a preços de mercado e pode ser calculado sob três aspectos. Pela ótica da produção (...) pela ótica da renda (...) e pela ótica da despesa”. No Brasil, as contas oficiais são feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em cujo site, www.ibge.gov.br, há outras informações interessantes sobre o tema.

Sou estudante de gestão para indústria de petróleo e gás e gostaria de saber o que é mercado spot.

Fernanda Montenegro Pereira de Moraes
Rio de Janeiro - RJ

Prezada Fernanda, a explicação que você busca pode ser encontrada na seção “Indicadores”, na pág. 64 desta edição. Esperamos que a coluna “O que é?” satisfaça às suas expectativas.

Quero parabenizar a revista pela reportagem “Longe do paraíso”, que trata do problema da adoção no Brasil. É triste ver que as crianças passam anos vivendo realidades partidas. Vivem em abrigos, como

órfãs, e ao mesmo tempo mantêm laços com sua verdadeira família. Essa situação seguramente provoca seqüelas que são levadas para a vida adulta. Enquanto não se resolve a questão da pobreza, mãe de todos os problemas, talvez fosse melhor encaminhar as crianças para a adoção. Pelo menos assim elas poderiam experimentar plenamente a convivência com uma família e não se sentir parte de um grupo apenas quando recebem a visita dos pais nos abrigos.

Maria Helena Calda
São Paulo - SP

Aproveito o fato de **Desafios** ter publicado, em janeiro último, uma reportagem sobre o trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para avisar aos que se interessam pelo assunto que a empresa participou da 44ª Feira Botânica, em Brasília, no mês de março. Mostrou seus estudos para promover a utilização das plantas nativas da região Centro-Oeste como insumo para as indústrias de alimentos, de cosméticos, de corantes e de medicamentos fitoterápicos, entre outras.

Elaine Carneiro
Brasília - DF

Erramos

Na reportagem “A todo gás”, veiculada na edição passada de **Desafios**, há um erro de informação quanto à capacidade boliviana de fornecimento de gás natural. Na página 18, onde se lê 119 bilhões de metros cúbicos diários, o correto é 119 milhões de metros cúbicos.



Acesse o conteúdo da revista **Desafios do Desenvolvimento** no endereço:
www.desafios.org.br